



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO  
CENTRO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS – CECEN  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA, NATUREZA E  
DINÂMICA DO ESPAÇO - PPGeo**

ALEX NUNES SILVA

**TERRITÓRIOS DA VIDA EM RAPOSA - MA: geossimbolismos de rendas,  
redes e barcos**

São Luís – MA

2019

ALEX NUNES SILVA

**TERRITÓRIOS DA VIDA EM RAPOSA - MA: geossimbolismos de rendas,  
redes e barcos**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço – PPGEQ da Universidade Estadual do Maranhão para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

**Orientador:** Prof. Dr. José Arilson Xavier de Souza

São Luís – MA

2019

ALEX NUNES SILVA

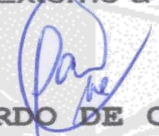
**TERRITÓRIOS DA VIDA EM RAPOSA - MA: geossimbolismos de  
rendas, redes e barcos**

**BANCA EXAMINADORA**

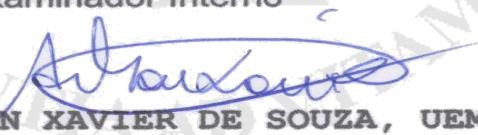
Aprovado em: 19 / 08 / 2019



**Dr. CHRISTIAN DENNYS MONTEIRO DE OLIVEIRA, UFC**  
Examinador Externo à Instituição



**CLAUDIO EDUARDO DE CASTRO, UEMA**  
Examinador Interno



**JOSÉ ARILSON XAVIER DE SOUZA, UEMA**  
Presidente

## AGRADECIMENTOS

Penso que redigir os agradecimentos é um dos momentos mais difíceis na construção / conclusão da dissertação. Quando recordo que o trabalho em tela trabalha com a vida, lembro que os dois anos de mestrado foram in(tensos), mas ao mesmo tempo foi tempo de reflexão, recomeço e oportunidade para o desenvolvimento pessoal e profissional.

Tem sido de suma importância todo o apoio que recebo dos meus pais para a realização dos meus objetivos profissionais. Antonio e Francineide, vocês são fundamentais na minha vida.

Aos professores da UEMA que proveram todo o suporte para que essa dissertação pudesse ser feita, em especial a Prof<sup>a</sup> Edilea – a você a minha eterna gratidão; ao Prof. Arilson – pelos conhecimentos que adquiri e pelas pressões mais que necessárias e ao Prof. Cláudio – que confiou em mim na construção inicial desse projeto.

A amiga mais que especial que ganhei do mestrado – Jucélia, no qual espero levar para além do mestrado. Faço referência ainda para outras pessoas que levo com grande apreço dessa temporada: Rejane e Renata – que foi além de tudo, testemunha e parceira dos melhores e piores momentos de um intercâmbio, que resultou em nosso encontro mais que especial, em Lisboa.

Não posso deixar de mencionar as meninas da turma do estágio da graduação: Tallita, Sasha, Jaicia, Lorena, que acabou culminando nas nossas partidas de vôlei de quinta na quadra da UEMA, além do time de vôlei masculino, proveniente da atlética *Dionísio* da Geografia, em que fiz bons amigos ali.

Agradeço ainda a FAPEMA pela concessão da bolsa do mestrado. Essa bolsa significa a confiança em que essa instituição em mim depositou para que eu pudesse realizar um trabalho de qualidade. O trabalho que revela um pouco das múltiplas e diversas faces presentes no estado do Maranhão. A dissertação se mostra como um incentivo para que outros pesquisadores venham a compreender, viver e divulgar tantos outros territórios da vida presentes no estado, ou ainda a aprimorar os resultados obtidos em Raposa.

Ainda fazendo referência à FAPEMA, agradeço também pela oportunidade do intercâmbio à Universidade de Glasgow, Escócia. É um programa primoroso, que forneceu todo o suporte necessário para a realização do mesmo. Em Glasgow, agradeço a acolhida do Prof. Hayden, que ali também me ajudou no momento em que mais precisei. O melhor do intercâmbio, além do conhecimento, são os amigos que fazemos, em especial a italiana Floriana, em que pude viver e conhecer mais da cultura desse país de muitas maneiras (principalmente a culinária).

Claro que não deixaria de mencionar aquela moça do tamanco e vestido colado que anda desfilando nos corredores da UEMA e que adora deixar todo mundo assustado, mas que é super engraçada – *Nana Banana*, obrigado pelos momentos divertidos em que passei com você. Sorte a de quem tem você como amiga. E Thainá, com quem dividia as melhores risadas do PPGeo.

Por fim, gostaria de deixar o meu enorme apreço e agradecimento à todos aqueles de Raposa – pescadores, rendeiras, promotores turísticos e representantes da Prefeitura, que me permitiram conhecer e interpretar as suas visões e narrativas de vida. Essas visões se manifestam em seus territórios, na forma como interagem entre si, como se organizam, como se mantêm, como dele sobrevivem e como dele se identificam. Raposa se mostrou assim: plural, diversa e rica, simbolicamente falando.

*“Ao lado das obras didáticas ou enciclopédicas que chamam a atenção, a geografia está presente nas práticas, nas habilidades, nos conhecimentos que todos sempre mobilizamos em nossa vida diária, nos preceitos que os governos observam para dirigir seus países ou nos procedimentos aos quais recorrem os empreendedores para conceber, fabricar e divulgar os bens que eles produzem e vendem. Muito antes de se tornar uma ciência, a geografia já produzia discursos ao estruturar habilidade e conhecimentos empíricos, os quais ela colocava em ordem. Para entender o que é a geografia e a quais necessidades ela responde, é importante partir do conjunto dessas realidades”.*

**Paul Claval**

## RESUMO

SILVA, Alex Nunes. **Territórios da Vida em Raposa - MA: geossimbolismos de Rendas, Redes e Barcos.**

Analisar os *territórios da vida* no município maranhense de Raposa é a intenção central desta pesquisa. Localizado acerca de 30 km de São Luís, situado no norte maranhense, o município tem a sua fundação relacionada com migrações que tiveram como motivações principais a pesca. Dada às condições ambientais favoráveis, os pescadores recém-chegados foram responsáveis por articular a vinda de parentes e conterrâneos para a então *terra prometida*, na qual se destaca as rendeiras. Na produção da vida naquele espaço, o turismo é outra atividade significativa, a qual é favorecida por um lado pelo quadro natural formado por praias, dunas, ilhas e manguezais e, por outro, pela associação das atividades turísticas com a pesca e com o artesanato local – rendaria. De tal modo, os territórios e as territorialidades (HAESBAERT, 2014) que interessaram ao estudo estão vinculados à pesca, às atividades das rendeiras e do turismo. Entende-se, portanto, que o geossimbolismo (BONNEMAISON, 2012) de rendas, redes e barcos traduzem culturalmente o que é a *vida* em Raposa. Com efeito, buscou-se gerar interpretações sobre os territórios e as territorialidades que espacializam a vida ali. A saber, os direcionamentos teórico-metodológicos que aqui são seguidos se alinham mais de perto com os estudos da chamada nova Geografia Cultural, campo de estudos que busca engendrar pesquisas que valorizam as representações sociais acerca do espaço geográfico (CLAVAL, 1997). No que concerne ao exame do campo empírico, tais visões de mundo traduziram a história, o cotidiano, as problemáticas e o sentimento de pertencimento à Raposa, desvelando redes físicas e simbólicas que funcionam como mantenedoras da vida. Desse modo, infere-se que a organização e a dinâmica do espaço de Raposa, perpassando pela perspectiva do trabalho dos homens e das mulheres, traduzem uma vida complexa, *simples*, mas plural, simbólico e territorialmente tratando.

Palavras-chave: Território. Territorialidade. Vida. Raposa-MA. Geossimbolismo.

E-mail: alexnunes\_18@hotmail.com

## ABSTRACT

Analyzing the *territories of life* at the municipality of Raposa is the main intention of this research. Located around 30 km distance from São Luís, situated at the north portion of Maranhão State, the municipality has its foundation related to migrations that had as main motivations the fishing. Given such favorable environmental conditions, the newcomers fishermen were responsible in articulate the arrival of relatives and fellow countrymen to the *Promised Land*, in which the *rendeiras* stands out. In the production of life in that space, tourism is another meaningful activity, in which is favored in one side for the natural resources as beaches, sand dunes, islands and mangroves, and in another side, for the association of touristic activities with the fishing and with the local handcraft - the *bilro* lace. In such way, the territories and the territorialities (HAESBAERT, 2014) that interest to the study are linked to fishing, the *rendeiras* activities and the tourism. It is understood, therefore, that geosymbolism (BONNEMAISON, 2012) of *bilro* lace, fishing nets and boats mention what is life in Raposa, culturally speaking. In effect, it was aimed to generate interpretations about the territories and territorialities that spatialize the life over there. About it, the theoretical-methodological directions that here are followed come closer with the studies in what is called new Cultural Geography, field of study that search in engender researches that valorize the social representations about the geographical space (CLAVAL, 1997). In what concern to the exam of the empirical field, such world views translated the history, the daily life, the problems and the feeling of belonging to Raposa, revealing physical and symbolic networks that work as keeper life. In this way, it is inferred the space and dynamic of the space of Raposa, coming through the perspective of the work by the men and women, that translate a complex, simple life, but plural, symbolic and territorial treating.

Key Words: Territory. Territoriality. Life. Raposa –MA. Geosymbolism.



## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1:</b> Localização do município de Raposa-MA.....	15
<b>Figura 2:</b> Limites do município de Raposa.....	57
<b>Figura 3:</b> Zé Martins (Baiaco) e Antônio Pucal.....	58
<b>Figura 4:</b> Montagem do Curral, em Raposa.....	59
<b>Figura 5:</b> Pesca em Curral na Praia de Carimã, em Raposa.....	59
<b>Figura 6:</b> Fluxo migratório dos cearenses para Raposa a partir dos anos 50.....	60
<b>Figura 7:</b> Pontos toponímicos privilegiados.....	64
<b>Figura 8:</b> Estátua dos animais símbolos do município de Raposa.....	66
<b>Figura 9:</b> Praça Chico Noca, Raposa.....	69
<b>Figura 10:</b> Chico Noca.....	69
<b>Figura 11:</b> Praça Chico Noca, anos 1990.....	70
<b>Figura 12:</b> Praça Chico Noca, anos 2000.....	70
<b>Figura 13:</b> Porto do Braga.....	76
<b>Figura 14:</b> Porto da Emília.....	77
<b>Figura 15:</b> Região Metropolitana da Ilha.....	84
<b>Figura 16:</b> Área Central de Raposa.....	85
<b>Figura 17:</b> Feira dos Pescadores.....	87
<b>Figura 18:</b> Colônia de Pescadores Z-53.....	88
<b>Figura 19:</b> Colônia dos pescadores nos anos 1990.....	88
<b>Figura 20:</b> Feira dos Pescadores.....	93
<b>Figura 21:</b> Antigo Mercado do Porto do Braga.....	94
<b>Figura 22:</b> Início do <i>Corredor das Rendas</i> .....	97

<b>Figura 23:</b> Padronização do letreiro das lojas de renda.....	97
<b>Figura 24:</b> <i>Corredor das Rendas</i> .....	99
<b>Figura 25:</b> Lojas de renda.....	100
<b>Figura 26:</b> Novo prédio da Associação das Rendeiras.....	101
<b>Figura 27:</b> Placa de inauguração do novo prédio da Associação das Rendeiras.....	102
<b>Figura 28:</b> Atual sede da Associação das Rendeiras Bilros de Ouro.....	102
<b>Figura 29:</b> Localização da nova e da atual sede da Associação das Rendeiras de Raposa.....	103
<b>Figura 30:</b> Agência de Turismo e comercialização da renda.....	109
<b>Figura 31:</b> Passeios Náuticos Carimã.....	110
<b>Figura 32:</b> Alegria Turismo.....	110
<b>Figura 33:</b> Centro de Informação ao Turista.....	111
<b>Figura 34:</b> Ponto final dos ônibus.....	111
<b>Figura 35:</b> Guarita onde os promotores turísticos ficam posicionados.....	112
<b>Figura 36:</b> Bar onde se concentram turistas.....	113
<b>Figura 37:</b> Embarcando para o passeio náutico.....	116
<b>Figura 38:</b> Saída do barco para o passeio.....	117
<b>Figura 39:</b> Preparação do peixe.....	117
<b>Figura 40:</b> Fluxo de barcos com turistas.....	118
<b>Figura 41:</b> Criatório de Ostras.....	119
<b>Figura 42:</b> Parada na Ilha de Hélio Viana.....	120
<b>Figura 43:</b> Banho do Marisco.....	121
<b>Figura 44:</b> Dunas de Carimã.....	121
<b>Figura 45:</b> Turistas Maranhenses em Raposa.....	124

<b>Figura 46:</b> Turismo Estadual / Nacional em Raposa.....	124
<b>Figura 47:</b> Turismo Internacional em Raposa.....	125
<b>Figura 48:</b> Número de turistas em Raposa.....	126
<b>Figura 49:</b> Mapa de migração dos pescadores raposenses.....	137
<b>Figura 50:</b> Localização da Praia de Carimã.....	159
<b>Figura 51:</b> Ponto de saída dos barcos para Carimã.....	160
<b>Figura 52:</b> Trajeto para a Praia de Carimã.....	160
<b>Figura 53:</b> Barraca que abriga pescadores.....	165
<b>Figura 54:</b> Prática esportiva náutica.....	166

## LISTA DE SIGLAS

CADASTUR – Sistema de Cadastro de Pessoas Físicas e Jurídicas voltadas para o turismo

CEPRAMA – Centro de Comercialização de Produtos Artesanais do Maranhão

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFMA – Instituto Federal do Maranhão

INSS – Instituto Nacional do Seguro Social

LGBTs – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Travestis

NEPEC – Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Espaço e Cultural

PPGeo – Programa de Pós-Graduação em Geografia

Promoart – Programa de Promoção do Artesanato de Tradição Cultural

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SESC – Serviço Social do Comércio

SETUR (MA) – Secretaria de Turismo do Maranhão

UEMA – Universidade Estadual do Maranhão

UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

UFMA – Universidade Federal do Maranhão

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	14
<b>CAPÍTULO 1 - GEOGRAFIA, CULTURA, TERRITÓRIO E SIMBOLISMO</b>	
1.1. Abordagem cultural em Geografia: algumas explicações.....	25
1.1.1. A noção de cultura em Geografia.....	28
1.1.2. Geografia Cultural: fases e pensamentos .....	31
1.1.3. A Geografia Cultural sob uma perspectiva renovada.....	34
1.2. Espaços simbólicos e análises territoriais.....	36
1.2.1. Formas simbólicas territoriais e territorialidades.....	39
1.2.2. Geossímbolos: marcas do homem no espaço.....	45
1.3. A Geografia praticada no espaço e tempo do dia-a-dia.....	49
1.3.1. Aspectos espaciais e culturais do trabalho e da vida cotidiana.....	49
<b>CAPÍTULO 2 - RAPOSA-MA: HISTÓRIA, ORGANIZAÇÃO ESPACIAL E TERRITORIAL</b>	
2.1. Primeiras ocupações do território e gênese municipal.....	54
2.2. A toponímia <i>Raposa</i> : questão de identidade.....	63
2.3. Raposa: organização espacial e geossímbolismo de territórios e territorialidades.....	78
2.3.1. Sobre a noção de organização do espaço.....	78
2.3.2. A organização do espaço de Raposa.....	81
2.3.2.1. A pesca e o pescador no espaço.....	85
2.3.2.2. A renda e a rendeira no espaço.....	96

2.3.2.3. O turismo e o turista no espaço.....	107
---	-----

### **CAPÍTULO 3 - ENTRE REDES, RENDAS E BARCOS: TERRITÓRIOS GEOSSIMBÓLICOS DE RAPOSA**

3.1. As redes dos pescadores, das rendeiras e do turismo.....	130
---	-----

3.2. A renda dos pescadores, das rendeiras e do turismo.....	143
--	-----

3.3. Entre o lazer e o trabalho: uma interpretação sobre a Praia de Carimã.	158
---	-----

<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>168</b>
----------------------------------	------------

<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>175</b>
--	------------

<b>Apêndice I – Roteiros de entrevista com os agentes espaciais pesquisados.....</b>	<b>182</b>
--	------------

## INTRODUÇÃO

O trabalho intitulado **Territórios da vida em Raposa – MA: geossimbolismos de rendas, redes e barcos** tem por objetivo discorrer, a partir de uma visão geográfico-cultural, sobre o desenrolar da vida no município maranhense de Raposa, perpassando, para tanto, por questões territoriais ligadas às atividades desenvolvidas pelas rendeiras, pelos pescadores e pelo setor de turismo.

No início do mestrado, em agosto de 2017, com o intuito de delinear o referido trabalho no que concerne ao campo empírico, entramos em contato com os agentes espaciais estudados; consulta em bibliografias afins, além de tomarmos como referência artigos que contribuíram na busca por outros referenciais sobre a temática abordada.

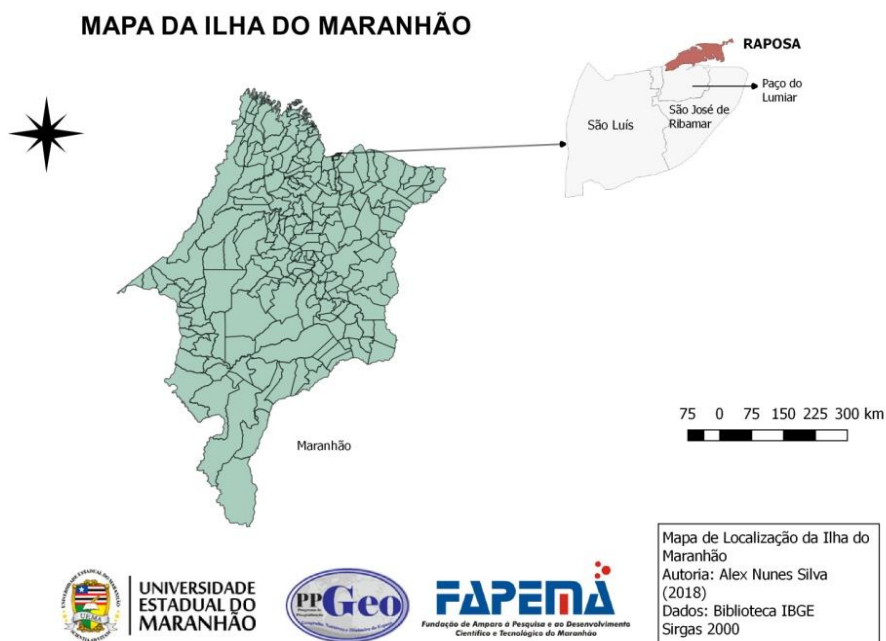
O artigo intitulado *Geossímbolos, representações e práticas socioespaciais do modo de vida rural no contexto urbano da cidade de Ponta Grossa-Paraná*, de Nicolas Floriani e Gilliane Gonzales Gracina (2015), foi a primeira referência que tivemos acerca da ideia de geossímbolo. A partir do referido estudo, novas literaturas surgiram, como, por exemplo, a obra *Viver no Limite*, de Rogério Haesbaert (2014), que trabalha, sobretudo, com questões relacionadas para as noções de território e territorialidade.

Com o decorrer das primeiras leituras e aulas do mestrado, o campo empírico foi, então, delimitado: a princípio, o município de Raposa. A escolha do referido município ocorreu pela curiosidade, pelo desejo em compreender o significado e as relevâncias do trabalho das rendeiras, dos pescadores e dos promotores turísticos. Tais trabalhos se revelaram como uma espécie de trama identitária do município e dos agentes espaciais pesquisados. A vida ali é movida pelo conhecimento da *Terra* habitada, da qual tiram o sustento. Conhecimento que gera renda e faz surgir certo orgulho em desenvolver a vida naquele chão, que territorialmente é diverso.

No que diz respeito ao município de Raposa, como ilustrado na figura 1, localiza-se na região norte da Ilha do Maranhão, Ilha composta ainda pelos municípios de São Luís, São José de Ribamar e Paço do Lumiar. As principais

vias de acesso são as MA's-203 e 204. A saber, de acordo com dados do IBGE (2018)<sup>1</sup>, o município possui, atualmente, 30.337 habitantes.

**Figura 1:** Localização do município de Raposa - MA



Fonte: autoria própria (2018)

Raposa é um município social e economicamente dinâmico. Muitos dos seus habitantes se deslocam diariamente para outras paragens da Ilha do Maranhão, principalmente para São Luís, a fim de trabalhar, estudar ou, ainda, para se fazer do comércio e de serviços ligados à saúde e à educação, os quais não são ofertados no território raposense.

Para, supostamente, adentrar e compreender esse universo simbólico de Raposa, traçamos algumas etapas de pesquisa: disposição de referenciais teóricos relacionados ao tema em discussão; estudo e descrição do processo histórico de ocupação, gênese municipal, toponímia e organização do espaço de Raposa; realização de atividades de campo, a fim de compreender os aspectos do mundo vivido e percebido manifestados nos territórios das rendeiras, pescadores e turistas e, também, compreender o elo (i)material entre

<sup>1</sup>Dados IBGE. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/raposa>. Acesso em 23 de dezembro de 2018.



os pescadores e as rendeiras quanto aos geossímbolos citados, carregados de conhecimento, vivência e afetividade; o embarque à Ilha de Curupu, como etapa para se compreender o significado do passeio náutico, que gera renda para os promotores turísticos e atrai turistas. Ainda na Ilha de Curupu, em especial na Praia de Carimã, se fez, ali, uma análise sobre trabalho e lazer.

Como mencionado, as primeiras iniciativas para se compreender o campo empírico *Raposa* ocorreram a partir da apropriação do extenso referencial teórico disponibilizado pela Geografia Cultural, além da bibliografia local, que discorre sobre a história de Raposa no que diz respeito à chegada dos primeiros pescadores cearenses que povoaram a referida Praia.

A pesquisa se aporta em discussões enveredadas por meio da Geografia Cultural, campo de estudos originado com a Escola de Berkeley, nos Estados Unidos, e que teve como grande precursor o geógrafo Carl Sauer. As ideias de Sauer se destacaram até aproximadamente os anos 1960, quando esse campo de estudo passou a ser criticado, principalmente, pela natureza da abordagem empírica que empreendia e pela sua limitada ideia de cultura.

Entre os anos de 1970 e 1980, até os dias atuais, a Geografia Cultural passa por processos de renovação, sabendo, portanto, se fazer das críticas recebidas. Surgem daí, novas possibilidades de análises empíricas, bem como se amplia sua abordagem teórica e metodológica. De tal modo, significado e contexto passam a ser compreendidas como palavras-chave de tais estudos, e é por esta lógica que se associa esta pesquisa, ou seja, pelos direcionamentos de uma Geografia Cultural renovada.

A paisagem, antes destacada quase que exclusivamente pela Geografia Cultural, deixa de ser a única categoria de análise privilegiada. Território e lugar são categorias que, por ora, passam a ser abordadas no que tange às leituras das múltiplas relações que ligam o homem ao mundo, um mundo afetivo, conflituoso, colaborativo, globalizado, enfim, cultural.

No que se refere ainda à abordagem teórica, cumpre salientar que a referida pesquisa se desenvolve tendo como referência central a teoria central do geógrafo Joël Bonnemaison (2012), que escreve sobre territórios, territorialidades e geossímbolos. A saber, os geossímbolos são entendidos como marcas espaciais físicas e imateriais que, por conotações territoriais, têm

o poder de manter e fazer emanar a força identitária que sustenta a vida de indivíduos e grupos culturais. Assim, historicidade e saberes ambientais são aspectos relevantes na análise geossimbólica, como diz o autor supracitado. As ideias de Bonnemaïson foram de grande valia para a melhor compreensão dos territórios da renda, da pesca e do turismo, manifestados como formas geossimbólicas, expressas pontualmente por meio, por exemplo, da Associação das Rendeiras, do Corredor das Rendas, da Feira dos Pescadores, da Colônia dos Pescadores e das Agências de Passeios Náuticos.

Compreender o elo entre os agentes espaciais com seus territórios, no que tange à organização espacial e ao modo como imprimem significado a esses espaços é um dos focos de análise da pesquisa. Tomando por referência, dentre outros, Haesbaert (2014), território e territorialidade, aqui, são compreendidos como sinônimos de poder, sobretudo poder simbólico. O território traduz espaço de poder em relação ao controle e dominação de um determinado grupo frente a outros. A territorialidade é entendida como as ações que firmam e dinamizam o território, inclusive simbolicamente. Elementos imateriais como identidade, pertencimento, resistência, estética, uma vez vinculados ao uso e permanência no/pelo território, também são características da territorialidade.

São múltiplos os usos dos territórios (simbólicos) que constituem Raposa. Com efeito, buscamos **compreender os territórios e as territorialidades que espacializam a vida em Raposa**. Eis o ponto inquietador da pesquisa. Assim, algumas questões nortearam o problema da pesquisa e o seu desenvolvimento enquanto dissertação: **como é e o que é viver em Raposa?** A partir deste questionamento, outros surgiram: quais estratégias os agentes espaciais em questão usam para viver e (re)produzir suas cotidianidades? Quais ações, na relação com a natureza e com a sociedade, são engendradas para a manutenção da vida em Raposa? Quais as texturas das qualificações identitárias que envolvem os agentes espaciais com o território de Raposa? Como é a relação entre rendeiras, pescadores e agentes do turismo? De que modo essa relação se manifesta no território?

No tocante à rendaria, buscamos compreender as origens da renda, os procedimentos adotados na confecção, a transmissão dos conhecimentos entre

gerações, como os *mais novos* lidam com a atividade, como a casa se materializa ao mesmo tempo como residência e oficina de produção, entre outras questões. Salvaguardando as proporções, tais questionamentos são investigados, também, no que concerne à pesca e ao turismo. Discutimos, ainda, sobre a origem de Raposa e os significados (i)materiais impressos em logradouros nos dias de hoje, como a Praça Chico Noca, o Porto do Braga e o Porto da Emília.

A saber, ao longo das visitas de campo para desenvolvimento das entrevistas com os agentes espaciais, surgiram novas inquietações, levando o trabalho para além do que se projetou inicialmente, como, por exemplo, a migração de pescadores raposenses para outros estados em busca do peixe e de melhores condições de vida.

Desse modo, elaboramos roteiros de entrevista para cada grupo social investigado (Apêndice I), dando liberdade para o entrevistado expor sua visão de mundo, a partir de suas vivências e das vivências de pessoas próximas. Para a realização das entrevistas, utilizamos gravador de celular e agenda para registrar o conteúdo em questão, além de câmera fotográfica para registrar extratos de tais territorialidades e geossímbolos. As entrevistas, ao final, se mostraram como narrativas significativas, nas quais se (re)construíram eventos passados, presentes e com vistas para o futuro, estando relacionadas, assim, com a própria identidade dos mesmos (BASTOS e SANTOS, 2013).

As narrativas advêm da experiência, “que considera os sentimentos e as ideias de um grupo ou de um povo sobre o espaço a partir da experiência vivida” (TELES, 2009, p. 15). Não englobam somente o agente entrevistado em si, mas um conjunto de outros agentes – familiares, amigos e conhecidos, revelando-se, portanto, histórias espaciais singulares.

O início das atividades voltadas para o desenvolvimento da dissertação ocorreu em setembro de 2017, na mesma época em que foram realizadas as primeiras visitas de campo. Durante essas visitas, ficou perceptível que seria necessário privilegiar datas específicas para que se pudesse conhecer os agentes espaciais em questão: pescadores, rendeiras, promotores turísticos e turistas, tanto para observação quanto para o desenvolvimento das entrevistas.

Nesse sentido, tanto as observações quanto as entrevistas ocorreram entre os anos de 2017 e 2019. Primeiramente, privilegamos a observação acerca da dinâmica do município e dos padrões de comportamento dos próprios agentes espaciais. Após o período de observação, fizemos os primeiros contatos, estabelecendo as conversas iniciais, a saber, sem o auxílio de questões norteadoras, permitindo que os agentes espaciais nos direcionassem suas visões a respeito do território onde viviam, bem como as suas ideias de mundo e do trabalho desempenhado.

Após essa fase, desenvolvemos as entrevistas. No que diz respeito à identificação dos agentes espaciais entrevistados, foram revelados os nomes daqueles que possuem vínculo com a Prefeitura de Raposa (Secretário de Turismo, Secretária de Pesca e Secretário de Cultura), do representante da Colônia de Pescadores, da presidente da Associação das Rendeiras Bilros de Ouro; dos Promotores Turísticos, além do condutor de barco *Zequinha*, obtendo para tanto a autorização dos mesmos.

Em relação aos moradores de Raposa, os associados da Colônia de Pescadores, os pescadores também não associados, as rendeiras e os turistas tiveram seus nomes ocultados, sendo identificados por números, conteúdo que se esclarece através das notas de rodapé.

A respeito dos pescadores, esclarecemos que em dias de grande movimento na Feira de Pescadores as entrevistas não se tornavam exequíveis, nos restando desenvolvê-las, sobretudo, entre os dias segunda-feira e sexta-feira, no período matutino, permitindo que pescadores, vendedores ou atravessadores pudessem construir as suas *verdades* perante a pesquisa. No Porto do Braga, onde também foram feitas entrevistas com pescadores, também se deu preferência aos dias e hora supracitados. Na Colônia de Pescadores, as entrevistas foram realizadas conforme a disponibilidade do funcionário Luan. Em relação aos usuários da mesma, as entrevistas se desenvolveram ao fim do horário de expediente, quando os colonos e funcionários já estavam de saída da instituição.

No que diz respeito às rendeiras, foi possível conhecermos a dinâmica que ocorre na Associação das Rendeiras Bilros de Ouro, a partir das narrativas fornecidas pelas rendeiras entrevistadas. Todas as entrevistas com as agentes

especiais supracitadas ocorreram em suas casas, a partir de indicações de moradores locais e/ou de outras rendeiras. Priorizamos realizar entrevistas durante os dias segunda-feira e sexta-feira, no período vespertino, quando estavam menos ocupadas, tendo sido possível, assim, estabelecer um diálogo mais fortuito.

Já em relação aos promotores turísticos, realizamos uma intensa visitação às agências de turismo náutico durante os finais de semana, no período matutino, no início da época de estiagem (maio, junho, julho de 2019). Em relação aos turistas, também privilegiamos tais momentos. A respeito dos barqueiros que transportam turistas para a Praia de Carimã, as narrativas ocorreram no período matutino e vespertino, respeitando a variação da maré. Nesta Praia, também entrevistamos banhistas e turistas que utilizavam daquele espaço para fins de lazer.

As entrevistas desenvolvidas com agentes da Prefeitura de Raposa (Secretaria de Pesca, Secretaria de Turismo, Secretaria de Cultura) e da Câmara de Raposa (para obtenção de informações a respeito da toponímia *Avenida dos Pescadores*), foram feitas a partir de agendamento prévio, por telefone ou pessoalmente.

Sobre o método, compreendemos que este é o *caminho* a ser trilhado durante a pesquisa, podendo, certamente, ganhar novos traçados ao largo de todo o processo de investigação. Esse caminho possui conteúdos de cunho filosófico, afinal, é a partir de diretrizes histórico/científicas que se pretende conhecer o campo de estudo. Como afirma Sposito (2004, p. 23), o método “é um instrumento intelectual e racional que possibilite a apreensão da realidade objetiva pelo investigador”.

No nosso caso, conhecer a realidade diz respeito ao campo empírico de Raposa. Conhecer esse mundo envolve vivência, permanência como experiência para viver mais a fundo o que está sendo visto e muitas vezes não compreendido (HISSA, 2017). Nesse sentido, os agentes espaciais estão no centro da discussão que propomos, tendo como cerne o desenrolar das suas vidas, os significados impressos em seus espaços habitados.

Tendo os sujeitos como centro das discussões, Sposito (2004, p. 38) ressalta que é através do “método fenomenológico, é o sujeito quem descreve

o objeto e suas relações a partir do seu ponto de vista, depois dele se apropriar intelectualmente”. Para Moreira (2002, p. 67), a fenomenologia “é a investigação direta e a descrição dos fenômenos como experimentados na consciência”. Para Relph (1970, p. 193), a fenomenologia segue três passos:

[...] first, the importance of man's "lived-world" of experience; second, an opposition to the "dictatorship and absolutism of scientific thought over other forms of thinking"; and third, an attempt to formulate some alternative method of investigation to that of hypothesis testing and the development of theory<sup>2</sup>.

Assim, compreendemos que, a partir da teoria ensaiada pelos autores, a fenomenologia é a descrição densa, interpretativa, e, mais ou menos alcançada do mundo do vivido, cultural e politicamente (GEERTZ, 1978). A fenomenologia se opõe a um pensamento pragmático. Representa a oportunidade para que o sujeito descreva sua própria realidade, a partir do mundo no qual está inserido e é capaz de avaliar.

A abordagem do mundo vivido é vista por Corrêa (1995) como uma nova temática que começou a ser trabalhada por geógrafos humanistas e culturais a partir dos anos 1970. O “espaço vivido” aqui é entendido como a relação entre os grupos sociais e os seus espaços de vida, o que envolve crenças, saberes, experiências, isto é, um conjunto de representações simbólicas que se revelam no e por meio do espaço.

Assim, o método fenomenológico no âmbito da ciência geográfica ganha destaque a partir dos impulsos iniciais lançados pela Geografia Humanista, nos anos 1970, ao mesmo tempo em que novas categorias e temas passaram a ser problematizados pela Geografia Cultural. Em todo caso, a fenomenologia é uma diretriz para que os cientistas sociais, campo em que se inclui o geógrafo, possam *ver* o mundo para além das aparências, permitindo, com sorte, a projeção qualitativa de outros mundos de significados, que não os deles mesmos. Os significados estão impressos no espaço, resultantes das experiências de vida, vida esta reproduzida incessantemente por meio de saberes que nem sempre são de fácil decodificação.

---

<sup>2</sup>A importância da experiência do mundo vivido dos homens; segundo, uma oposição à “ditadura e absolutismo da ciência através de outras formas de pensamento”; e, terceiro, uma tentativa de formular alguma alternativa de método de investigação a aquele de teste de hipótese e desenvolvimento de teoria (Tradução do original).

O interesse em trabalhar com questões geográficas culturais em Raposa ocorreu a partir de um olhar inquietante no qual percebemos uma significativa gama de possibilidades oportunizadas por aquele quadro geográfico. Saberes transmitidos entre gerações, que moldam e *colorem* a paisagem, caracterizando as territorialidades ali presentes, traduzem um rico universo de trabalho em Geografia, e foi isso o que nos desafiou.

Aproximar-se e viver tais realidades, amparado pelo conhecimento geográfico, é uma espécie de detonador para a ampliação da visão de mundo. Neste sentido, **pesquisar em Geografia Cultural se justifica, dentre outros motivos, por gerar e multiplicar distintas visões de mundo**. Conhecer a cultura de *outros*, contidas e significadas nos seus espaços de vida, pode contribuir para a formação de novas sociedades, mais críticas e humanas. Com relação à realidade raposense, seguindo estes pressupostos, justificamos a presente pesquisa.

A dissertação está estruturada em três capítulos.

O primeiro capítulo se detém a fazer um levantamento bibliográfico no que tange à Geografia Cultural, perpassando por suas origens, principais pensadores e escolas de pensamento. A abordagem cultural em Geografia é assim brevemente contextualizada entre as escolas norte-americana, francesa e alemã. Além de Bonneimeson, temos ainda, como referências significativas: Claval (2003, 2011); Corrêa (2003, 2007, 2011, 2012, 2013); Rosendahl (2003, 2012, 2013); Wagner e Mikesell (2003); Sauer (2003). A Geografia Cultural também é abordada a partir de uma perspectiva renovada, com abordagens que despontam, principalmente, entre os anos 1970 e 1980, refletindo ainda sobre como este conhecimento adentra na geografia brasileira, no início dos anos 1990. O primeiro capítulo ainda traz uma análise a respeito das discussões sobre território, territorialidade, geossímbolo e vida.

O capítulo dois objetiva apresentar o campo empírico em estudo: o município de Raposa-MA, e de sua organização espacial. A partir de um levantamento bibliográfico e de outros dados, mostramos que Raposa, por exemplo, nos anos de 1950, era uma praia *afastada* de São Luís, de difícil acesso e com poucos moradores.

Os primeiros pescadores cearenses que chegaram em Raposa são lembrados por muitos dos raposenses entrevistados, (i)materializados através de homenagens toponímicas. O exame sobre tais toponímias rendeu à dissertação um tópico. Ademais, o tratamento com questões direcionadas à organização do espaço do município e para parte de seus geossímbolos é direcionado para os pescadores, as rendeiras e os promotores turísticos. Percebemos que há uma intensa dinâmica nesses territórios, no sentido do uso e da apropriação, inclusive do ponto de vista simbólico. A saber, também desenvolvemos mapas temáticos a respeito do perfil do turista que visita Raposa, a partir de dados obtidos através da SETUR – MA.

Já no capítulo três propomos reflexões que reconhecem Raposa como um espaço multiterritorial, constituído por vários simbolismos. As **redes** serão compreendidas como *redes* – elos – entre os pescadores, as rendeiras e os promotores turísticos, revelados a partir da mudança de funções de profissionais que migram da pesca para o turismo; da renda para o turismo, ou quando acumulam ambas as funções. Ainda assim, descrevemos sobre a migração de pescadores de Raposa para outros estados, ilustrado em um mapa temático. As **rendas** serão entendidas como as rendas financeiras conseguidas pelas rendeiras, pescadores e agentes do turismo, sendo feita assim, uma análise da estrutura das famílias. Além disso, a Praia de Carimã, a partir da metáfora dos **barcos**, será problematizada como um espaço que abriga o lazer, de diferentes modos, mas, ao mesmo tempo, é o espaço do trabalho, visto na perspectiva dos barqueiros.

Sendo assim, tais procedimentos adotados ajudaram a nortear os direcionamentos da pesquisa, consubstanciando as considerações expostas. De tal modo, a averiguação realizada sugere como a Geografia Cultural pode contribuir para o entendimento do cotidiano, desvelando os significados dos territórios construídos pelos agentes em meio a um amplo campo de territorialidades, sendo o tempo e a temporalidade tessituras cabais para a avaliação científico-geográfica, reveladora de vidas, identidades, mais ou menos estáveis, como percebemos em Raposa, Maranhão, Brasil.





**Cais de Raposa.** Fonte: autoria própria (2018)

---

## **CAPÍTULO 1 – GEOGRAFIA, CULTURA, TERRITÓRIO E SIMBOLISMO**

### 1.1. Abordagem cultural em Geografia: algumas explicações

Os estudos que sistematizaram a Geografia Cultural datam o fim do século XIX e início do século XX. Àquela época destacava-se a paisagem como elemento espacial cultural de maior interesse por parte das pesquisas. Para Corrêa e Rosendahl (2003), tais estudos tiveram como precursor, no ante 2ª guerra mundial, Carl Sauer, integrante da Escola de Berkeley, que abordava a paisagem pelos seus aspectos naturais e destacava certa centralidade ao homem como agente modelador das formas espaciais. De acordo com McDowell (1995), os interesses dos estudos de Sauer consistiam em compreender a maneira como os homens imprimiam suas marcas na paisagem através de suas atividades e seus assentamentos.

Sauer (2003) defende a tese de que o geógrafo deveria saber bem definir a matéria que observava. O autor assim menciona: “a Geografia Cultural se interessa, portanto, pelas obras humanas que se inscrevem na superfície terrestre e imprimem uma expressão característica” (SAUER, 2003, p. 22).

A visão de Geografia Cultural, empregada por Sauer, ajuda assim a compreender, inicialmente, os rumos conceituais desenhados a partir de então neste campo de pesquisas geográficas. A teoria de Sauer valoriza “a observação direta de campo baseada na técnica de análise morfológica desenvolvida em primeiro lugar na Geografia Física” (SAUER, 2003, p. 25). Nesta empreitada, o homem, considerado um agente geomorfológico racional, ainda era pouco interpretado acerca dos simbolismos de suas ações.

É assim, por meio desse caráter naturalista dado à paisagem, que Sauer analisa a ação cultural humana, a partir das formas geográficas como o homem, variavelmente, tira proveito da terra. Para o referido autor (2003, p. 25), “a Geografia Cultural implica, portanto, um programa que está integrado com o objetivo geral da Geografia, isto é, um entendimento da diferenciação da Terra em áreas”. Esquemáticamente, segundo as ideias sauerianas, a paisagem natural é transformada pelo trabalho humano e passa a ser entendida como paisagem cultural, sendo esta última uma forma simbólica espacial, denunciadora de parte da identidade dos homens, que lhes deram vida e magnitude geográfica.

Conforme apontam Corrêa e Rosendahl (2013), a Geografia Cultural, ao longo desses mais de cem anos de contribuição ao exame geográfico, apresentou dois caminhos destacáveis do ponto de vista teórico-metodológico: o primeiro diz respeito ao que se chama de Geografia Cultural tradicional, um campo que transparece as noções ventiladas pela Escola Berkeley, de relevante tradição saueriana; o segundo, reconhecido como nova Geografia Cultural, em que a partir da década de 1970 foram introduzidas novas abordagens e temas, inovadores para a época.

A saber, dentre essas duas fases, a Geografia Cultural acabou representando certa fragilidade teórica. Para Corrêa e Rosendahl (2003), no pós-Segunda Guerra Mundial, as transformações vividas pelo mundo nas esferas social e cultural requeriam muitas respostas dos cientistas. Na Geografia Cultural, assim como em outras ciências, um reexame das bases de ideias foi necessário não só para revitalização das pesquisas afins, como também representou sua manutenção no seio científico-geográfico. O novo momento exigia aproximação com outros campos de estudo da Geografia, bem como com outras ciências sociais.

Neste contexto, Corrêa e Rosendahl (2003) apontam que a antologia *Readings in Cultural Geography*, lançada em 1962 pelos autores Wagner e Mikesell, dá uma espécie de sobrevida à Geografia Cultural. Na obra, cinco temas são privilegiados: cultura, paisagem cultural, áreas culturais, história da cultura e ecologia cultural. Desdobrados desses temas, Corrêa e Rosendahl (2003, p.10-11), destacam ainda:

Estudos sobre limites, contatos e mudanças culturais, difusão espacial, migrações, língua, religião, dieta alimentar, gênero de vida, nome dos lugares, tipos de casas, *habitat* rural, domesticação de plantas e animais, sistemas agrícolas, regiões agrícolas, diversidade e unidade regional e impactos ambientais devido à ação humana.

De fato, com o processo de evolução conceitual, as bases tradicionais da Geografia Cultural passam a ser criticadas. Para Corrêa e Rosendahl (2003), as críticas se acentuam como o falecimento de Carl Sauer. Desse modo, a Geografia Cultural é questionada pela ausência de abordagens críticas

e por não priorizar questões relacionadas às dinâmicas econômicas e sociais de ambientes urbanos.

Segundo os críticos, a Geografia Cultural deveria responder às inquietações do *novo mundo*, devendo assim, se desprender das análises exclusivas que faziam de espaços rurais, no qual “os estudos focalizavam espacialmente sociedades tradicionais, pouco reportando-se às sociedades urbano-industriais” (CORRÊA e ROSENDAHL, 2003, p. 10).

Outra forte crítica residia no fato de que a perspectiva de Sauer entendia a cultura como uma força além do homem. Nesse sentido:

A cultura era, assim, concebida como algo exterior aos indivíduos de um dado grupo social; sua internalização se faz por mecanismo de condicionamento, gerador de hábitos, entendidos como cultura (CORRÊA e ROSENDAHL, 2003, p.11).

Cosgrove e Jackson (2003) citam que a “nova” Geografia Cultural se debruça em compreender fatos históricos e contemporâneos contextualizados e respaldados na teoria, sendo, portanto, propostos novos olhares sobre a empiria. O entendimento que se passa a ter a respeito da paisagem parece lhe atribuir alma. A forma dá margem à leitura dos significados. O mundo pesquisado, para os referidos autores (2003, p. 136), é:

Contemporânea e histórica [...]; social e espacial [...]; urbano e rural; atenta à natureza contingente da cultura, às ideologias dominantes e às formas de resistência. Para essa “nova” Geografia a cultura não é uma categoria residual, mas o meio pelo qual a mudança social é experienciada, contestada e construída.

Cumprido salientar que, para tanto, a Geografia Cultural sofre influência da fenomenologia e do materialismo cultural. Raymond Williams é um dos nomes notáveis em termos dessa influência. As humanidades e a Geografia Social também contribuíram efetivamente neste cenário. Tais contribuições levam o geógrafo cultural a ter um olhar mais crítico, no que diz respeito a temáticas envolvendo aspectos de resistência ou hegemonia de determinados agentes espaciais pelo poder simbólico ou material de dado território.

Chega-se, com efeito, a um momento no qual a “a cultura pode sempre ser representada como uma construção social e politicamente contestada”

(COSGROVE e JACKSON, 2003, p.142). A Geografia Cultural se revela como plural, crítica, e com muito a desenvolver em termos de pesquisa.

Sendo assim, será feita uma discussão mais aprofundada a respeito da noção de cultura em Geografia.

### 1.1.1. A noção de cultura em Geografia

McDowell (1995) nos lembra de que definir o termo cultura não é tarefa fácil dada a sua complexidade. Cultura não é algo homogêneo, é algo inerente aos indivíduos e a cada grupo social que estabelece seus modos de vida, suas visões de mundo e, assim, fazem a vida acontecer. Se é a cultura algo inerente, certamente pode haver situações de conflito entre as *verdades* dadas pelos indivíduos e grupos, sobretudo pela falta de habilidade em reconhecer determinados comportamentos enquanto representações do outro.

Como a cultura está relacionada com a noção de poder, McDowell (1995, p.161) afirma que “determinados grupos na sociedade tentam impor sua definição de cultura e outros grupos a contestam”. Numa tentativa de conceituação de cultura, a autora em tela assim se coloca, ela é:

Um conjunto de ideias, hábitos e crenças que dá forma às ações das pessoas e à sua produção de artefatos materiais, incluindo a paisagem e o ambiente construído. A cultura é socialmente definida e socialmente determinada. Ideias culturais são expressas nas vidas de grupos sociais que articulam, expressam e contestam esses conjuntos de ideias e valores, que são eles próprios específicos no tempo e no espaço (MCDOWELL, 1995, p. 161).

Por sua vez, Cosgrove (2003) defende que o termo cultura é amplo, não podendo ser reduzido a um único significado. Contudo, para o referido autor, o termo é empregado para caracterizar aspectos do *ser social* relacionados ao trabalho e à consciência, ou seja, aquilo que move o *eu* enquanto ser, alguém detentor de uma ou várias identidades.

O conceito de cultura em Geografia tem como origem a antropologia. Como afirma Ziegenfus e Le Bossé (2012, p. 114), Sauer e seus discípulos tinham como inspiração “a sister social science – anthropology”<sup>3</sup>. Desse modo,

---

<sup>3</sup>Uma ciência irmã – antropologia (Tradução do original).

conforme prosseguem os autores, “Sauer’s approach was to study the landscape to understand how humans had modified the natural setting to suit their needs”<sup>4</sup>.

A relação entre cultura e a Geografia, “está assentada em uma base geográfica” (WAGNER e MIKESELL, 2003, p. 29). É nessa base geográfica, delimitada, que os agentes espaciais ocupam, vivem, trabalham, atribuindo significado a partir dos símbolos (i)materiais da comunicação, transformando o espaço pelas técnicas adquiridas ao longo do tempo.

Para Bonnemaïson (2012), a cultura se define como uma representação simbólica do real, uma *visão de mundo*, que se dá através da relação entre o homem com o espaço. Já para Berdoulay (2012), a imbricação entre o espaço e a cultura ocorre uma vez mediada pelos grupos culturais que imprimem no espaço conformações de paisagens e de territórios que caracterizam os seres que eles são.

Claval (1997, p. 96) menciona que a cultura “resulta de um processo de construção sem fim, levado a cabo pelos indivíduos”. Para o referido autor, é através da acumulação de *know how*, isto é, de todos os saberes, práticas, hábitos, habilidades, dentre outros conhecimentos, adquiridos ao longo da vida, amparado por aqueles que cercam e fazem o indivíduo, que o homem aprende a se comunicar, a interagir, a ter e a se fazer experiência de vida.

Cultura também é resistência. Os agentes espaciais que se opõem a uma ideia de cultura centralizada, unilateral, podem criar mecanismos para resistir e propor outros modos de compreender o mundo – discorre-se sobre as chamadas *subculturas*. Tais subculturas são fortemente carregadas de símbolos, representando assim a própria identidade sócio-cultural, atribuindo valor e significado às suas existências.

Ratificando: tais subculturas se revelam nos grupos ou indivíduos que não se identificam com os modelos dominantes de manutenção da sociedade. Ademais, as subculturas também podem ser observadas mediante posicionamentos extremistas e de ordens similares. Um dos casos

---

<sup>4</sup>O alcance de Sauer era estudar a paisagem para entender como os humanos tinham modificado o ambiente natural para satisfazer as necessidades deles (Tradução do original).

emblemáticos diz respeito à contrariedade de determinada parcela da população mundial frente aos ideários ocidentais de vida.

Retornando a discussão para a Escola de Berkeley, é válido destacar novamente que o conceito de cultura foi tema de intenso debate naquele seio intelectual. Corrêa (2009) declara que tal efervescência se dava por conta da visão abrangente que se tinha sobre cultura. *Cultura era tudo e parecia não ser nada*, tinha caráter de uma entidade supraorgânica<sup>5</sup>.

Já no tocante a Geografia Cultural renovada, o conceito de cultura é apresentado de modo mais refinado, abrangendo os significados espaciais criados pela imaginação criativa do homem. Daí então, Cosgrove e Jackson (2003) fazem reconhecer a paisagem e o lugar como instâncias significativas para a problematização da cultura nos estudos geográficos, atribuindo ao mundo material aspectos poderosos do mundo simbólico.

Além da paisagem e do lugar, o território também é mais uma categoria de abordagem para a cultura em Geografia:

Território que pode ser percebido em suas múltiplas perspectivas, desde aquela de uma paisagem como espaço cotidiano, “vivido”, que “simboliza” uma comunidade, até um recorte geográfico mais amplo, e, em tese, mais abstrato, como o do Estado-nação (HAESBAERT, 2013, p. 238).

Desse modo, ainda de acordo com o autor supracitado, o território é visto como um referencial concreto, onde os símbolos (i)materiais se fixam, criando assim uma identidade territorial.

Há ainda o aspecto da difusão da cultura por meio do território, conforme Wagner e Mikesell (2003) mencionam. Quando os agentes espaciais se deslocam, levam consigo seus saberes, seus costumes, formando assim novos territórios culturais.

Portanto, o conceito de cultura é vasto e complexo e se desenvolve mediante as críticas ensejadas ao longo do tempo e dos anseios humano-sociais. Assim, cabe ao pesquisador proceder com as escolhas teóricas na condução de suas investigações.

---

<sup>5</sup> De acordo com Duncan (2003), a teoria supraorgânica surgiu a partir de Hebert Spencer, um antropólogo que influenciou Ratzel e outros discípulos na escola norte-americana. A cultura era tida como algo abrangente, externa aos indivíduos. “O supraorgânico implica uma visão de homem como relativamente passivo e impotente”. DUNCAN (2003, p. 77).

### 1.1.2. Geografia Cultural: fases e pensamentos

A Geografia Cultural como escola de pensamento surgiu no início do século XX, em 1925, a partir dos estudos de Carl Sauer, na Escola de Berkeley, Califórnia, tendo como foco o estudo da paisagem e sua modificação pelo homem.

Apesar da importância da contribuição da Escola de Berkeley, legítima até os dias atuais, as críticas à Sauer foram inúmeras. O conceito de cultura respondia pelas críticas mais ferrenhas, bem como se questionava bastante porque a Geografia Cultural não tratava de espaços e paisagens consideradas *modernas* do ponto de vista metodológico. Com a obra de Wagner e Miksell<sup>6</sup>, lançada em 1962, este campo do conhecimento geográfico ganha ares de renovação.

É importante ressaltar que, antes da Escola de Berkeley, a cultura era trabalhada pelas principais escolas de pensamento, merecendo alusão nesse trabalho. Dentre as escolas de pensamento, se destacam a alemã, a francesa e a norte-americana. Foi na Alemanha onde os estudos em Geografia começaram a se institucionalizar.

Dentre eles, Ratzel, um naturalista, lecionou Geografia em universidades alemãs. O destaque nos estudos desta escola era a paisagem, em que se “estuda a presença de traços culturais [...], o recuo da floresta e de outras formações naturais diante do machado dos cultivadores e das queimadas repetitivas dos criadores de gado” (CLAVAL, 1997, p. 91-92).

Ratzel também é o criador do termo *Antropogeografia*, oriundo dos seus estudos desenvolvidos nos Estados Unidos que resultaram na sua tese de doutoramento, a respeito da migração de chineses ao estado norte-americano da Califórnia. Para Ziegenfus e Le Bossé (2012, p. 113), a antropogeografia “describe his studies of human societies, their distribution on the planet, and their relationships with the physical world”<sup>7</sup>.

---

<sup>6</sup>MIKESELL, M.W; WAGNER, P.L. Os temas da Geografia Cultural. IN: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R.L. *Introdução à Geografia Cultural*. Bertrand Brasil. Rio de Janeiro, 2003.

<sup>7</sup>Descreve os estudos dele das sociedades humanas, as suas distribuições no planeta e as suas relações com o mundo físico (Tradução do original).



Sobre a escola francesa, ressaltamos que essa escola possui uma maior proximidade com os estudos culturais, também contribuindo significativamente para o desenvolvimento da abordagem cultural em Geografia no início do século XX.

A abordagem cultural em Geografia leva em consideração um conjunto de elementos que são trabalhados pela cultura. Claval (2003, p. 163), os menciona: “gestos, práticas, comportamentos, técnicas, *know how*, conhecimentos, regras, normas e valores herdados dos pais e da vizinhança, e adaptados através da experiência a realidade sempre mutáveis”. A partir da internalização e reprodução desses elementos pelos agentes espaciais, que ocorre ao longo da vida, através do aprendizado e da observação, o indivíduo passa a atribuir sentido à sua vida e à relação com o ambiente no qual está inserido. O existir é fruto das experiências passadas e dos “horizontes futuros” (CLAVAL, 2003, p. 163).

Dentre os pensadores da escola francesa, mencionamos Vidal de La Blache e Deffontaines. Para Claval (2003, p. 149), na visão de La Blache, “a Geografia devia analisar e explicar as relações entre os grupos humanos e o meio ambiente onde moravam”, o que, necessariamente implicaria na consideração dos elementos culturais.

Ainda segundo Claval (2003, p. 149), “Vidal de La Blache nunca falou de cultura, mas a ideia de cultura tinha um lugar central na sua concepção da disciplina”. Nesse sentido, Claval (2003) afirma que o gênero de vida, isto é, as formas como o homem se adapta ao meio, através de técnicas, deu um tom cultural aos estudos de La Blache, ao se compreender o modo como se dá a relação entre a sociedade e o meio ambiente.

Outro pensador francês de destaque é Pierre Deffontaines. Para Claval (2003, p. 153), Deffontaines tinha “um grande interesse pelo folclore e pela etnografia rural das regiões e países onde morou e trabalhou”. Dentre os países em que Deffontaines viveu, foi o Brasil. Claval (2012, p. 12) menciona que “a Geografia praticada por Pierre Deffontaines é cultural. Os artigos que ele redige na época de sua estadia no Brasil demonstram isso. Deffontaines questiona, por exemplo, a origem das cidades brasileiras”, envolvendo questões relacionadas à paisagem e cultura.

Já a escola norte-americana sofreu influência direta da escola alemã, tendo como maior pensador Carl Sauer, tendo grande influência no início do século XX. Para Sauer (2003, p. 23) “o desenvolvimento da Geografia Cultural procede necessariamente da reconstrução das sucessivas culturas de uma área, começando pela cultura original e continuando até o presente”.

Entendemos que, para se compreender a cultura de um determinado grupo, seguindo as ideias de Sauer, far-se-ão necessários uma caracterização dos elementos morfológicos do espaço analisado, pois de acordo com o autor, é na terra onde o homem expressa o seu aproveitamento, seus interesses; é ali onde estão suas marcas que, em determinada época, registrou e fixou a sua passagem e permanência, levando o pesquisador a buscar dados históricos, com o intuito de elaborar uma cronologia para se desvendar “as sucessões de cultura que ocorrem numa área” (SAUER, 2003, p. 25).

De acordo com Claval (2012), as pesquisas de abordagem cultural perdem força entre os geógrafos brasileiros a partir dos anos 50 até o início dos anos 70. O interesse dos geógrafos brasileiros era outro: economia e atualidades (CLAVAL, 2012). Até os anos 80, os geógrafos brasileiros seguiam uma linha mais crítica, ou, uma “Geografia Radical”.

A Geografia Cultural chega ao Brasil tardiamente, no início dos anos 1990, fase da *nova* Geografia Cultural. Há um consenso entre os geógrafos culturais de que esse campo do conhecimento geográfico demorou a ser reconhecido pela Geografia brasileira. O modo como era proposto o tratamento empírico, por exemplo, gerava críticas, bem como a visão reduzida da compreensão da paisagem, que acabava por valorizar aspectos naturais e, em muito, apurados a partir de realidades rurais.

Em 1993, a Geografia Cultural brasileira ganha expressividade com a criação do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Espaço e Cultura – NEPEC, no Departamento de Geografia da UERJ, tendo como grande percussora a Professora Zeny Rosendahl.

Nesse núcleo criou-se o Simpósio Internacional sobre Espaço e Cultura e o periódico Espaço e Cultura, ambos com mais de vinte anos, com o intuito de revelar novas temáticas da cultura na Geografia, além de difundir tal

conhecimento por um vasto país e repleto de manifestações espaço-culturais, permitindo, assim, a problematização de várias possibilidades de abordagem.

### 1.1.3. A Geografia Cultural sob uma perspectiva renovada

De acordo com Corrêa e Rosendahl (2003), a renovação da Geografia Cultural ocorreu a partir da década de 70, sendo mais expressivo na década de 80. No fim da década de 70, os *novos* geógrafos culturais passaram a atribuir novas significações a esse campo de estudo, a partir de uma abordagem mais crítica e mais abrangente, indo além do conceito paisagem.

McDowell (1994) aponta dois autores responsáveis pela “nova” Geografia Cultural: Raymond Williams e Stuart Hall. Ainda de acordo com a autora, a *nova* fase da Geografia Cultural é dividida em duas teorias: o materialismo cultural e a escola de paisagem.

Seguindo o raciocínio de McDowell (1994), Williams criou a teoria do materialismo cultural. Essa teoria tem como análise a classe trabalhadora das cidades e das indústrias, localizadas em vilas no Reino Unido, entre os anos de 1950 e 1970, tendo como campo de discussão as relações (ou a falta dela) entre esses agentes espaciais e a cultura do consumo crescente, trazendo à tona o *American way of life*.

A segunda teoria, a escola de paisagem, traz novas abordagens no que diz respeito ao conceito de paisagem. Nesse sentido, para McDowell (1994, p. 161), “landscapes are not only constructed, they are also perceived through representations of ideal visions in painting and poetry, as well as in scientific discourse and academic writing”.<sup>8</sup>

Outros autores também contribuíram para formação da *nova* Geografia Cultural, como Cosgrove e Jackson. Tomando por referência os referidos autores (2003), os mesmos relatam que a paisagem ganha novos direcionamentos. Novos campos empíricos de análise passam a ser trabalhadas pela Geografia Cultural. Nesse sentido, assim mencionam a respeito da *nova* Geografia Cultural:

---

<sup>8</sup> Paisagens não são somente construídas, elas também são percebidas através de representações de visões ideais na pintura e poesia, também como no discurso científico e escrita acadêmica (Tradução do original).

Contemporânea e histórica (mas sempre contextualizada e apoiada na teoria); social e espacial (mas não reduzida a aspectos da paisagem definidos de forma restrita); urbana e rural; atenta à natureza contingente da cultura, às ideologias dominantes e às formas de resistência: Para essa “nova” Geografia a cultura não é uma categoria residual, mas o meio pelo qual a mudança social é experienciada, contestada e constituída (COSGROVE e JACKSON, 2003, p. 136).

Ainda de acordo com Cosgrove e Jackson (2003), os estudos em Geografia Cultural, amparado por autores como Hall, Williams, Berger, ganham abordagens com o intuito de resistência: “os trabalhos refletem acerca das várias estratégias de resistência desenvolvidas por grupos subordinados para contestar a hegemonia daqueles que detém o poder” (COSGROVE e JACKSON, 2003, p. 141). Novos conceitos de análise geográfica também passam a ser trabalhadas pela Geografia Cultural, como lugar e região, ampliando o leque de abordagens culturais.

Desse modo, Crang (1998, p. 60) menciona que “much recent work in cultural geography has been on the constitution of identities”<sup>9</sup>. Ainda para o autor, a definição de identidade é uma tarefa difícil, dada a sua complexidade. As pessoas se diferem uma das outras de diversas maneiras, mas o que há em comum entre elas é o que forma os grupos identitários, sendo grupos sociais que lutam pelas suas respectivas causas, como por exemplo, movimentos feministas, negros, LGBTs, dentre outros.

Os guetos, as praças, os botecos, dentre outros pontos do meio urbano, são locais nos quais os grupos culturais se reúnem para manifestar seus modos de vida. Diz respeito a centralidades espaciais pelas quais a Geografia Cultural tem se debruçado com mais ênfase, preocupada em revelar as práticas cotidianas que modelam os fixos e fluxos urbanos, as paisagens e os territórios e territorialidades da cidade.

Os estudos em Geografia Cultural têm se pautado em abordar questões relacionadas aos aspectos espaciais materiais e simbólicos, fazendo resgatar a noção de geossímbolo proposta por Bonnemaïson (2012), aqui compreendido como um conjunto de elementos (i)materiais que ajudam a reforçar a identidade e o pertencimento a um grupo ou a um lugar em questão.

---

<sup>9</sup>Muito dos trabalhos recentes feitos na Geografia Cultural têm sido na constituição de identidades (Tradução do original).

Dentre essas *novas* abordagens em Geografia Cultural – a Geografia da Religião – trabalhado de maneira demasiada pela Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Zeny Rosendahl, como observado em Rosendahl (2013)<sup>10</sup>:

A religião, na perspectiva da Geografia Cultural, possui como foco os conceitos de sagrado e profano. [...] Focaliza-os a partir de um tipo particular de hierocracia – o poder do sagrado –, que se manifesta espacialmente por uma organização territorial. Ao reconhecer a instituição religiosa como agente modelar do espaço, torna-se necessário considerar a forma e a intensidade do poder desse agente (ROSENDAHL, 2013, p. 174).

Questões identitárias também se fazem presente nos novos estudos culturais em Geografia. Tais questionamentos são extensos, assim como os campos de estudo empíricos: marchas, paradas, procissões e festas diversas. Geógrafos culturais estão interessados no entendimento da identidade de um grupo, associado ao lugar, ou território que estão inseridos, às suas origens, suas crenças, aos seus saberes e ao que move tais conhecimentos.

Portanto, a Geografia Cultural oferece aos geógrafos, e não-geógrafos, um vasto campo teórico-metodológico a ser explorado. A saber, outros temas críticos ainda são timidamente abordados na Geografia Cultural, como as questões de gênero, por exemplo. Cabe aos geógrafos aceitarem mais esse desafio contemporâneo necessário pelas comunidades culturais.

## 1.2. Espaços simbólicos e análises territoriais

Os conceitos geográficos são indispensáveis para se (re)conhecer e descrever o mundo em que nós seres humanos habitamos. São descritos por Haesbaert (2014) como uma constelação de conceitos, em que o espaço seria assim representado por uma *estrela-guia*, e os demais: o lugar, a região, a paisagem e o território, sendo esses os sistemas de planetas, que circundam a *estrela-guia*. Assim, antes de adentrar no tópico proposto, faremos uma breve análise sobre o espaço geográfico.

---

<sup>10</sup>ROSENDAHL, Z. Território e Territorialidade: uma proposta geográfica para o estudo da Religião. IN: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. **Geografia Cultural**: uma antologia. Volume II. EdUERJ, Rio de Janeiro, 2013.

Ao longo do tempo, o estudo do espaço não foi feito de modo sistemático entre os geógrafos. De acordo com Carlos (1994, p. 33), havia diversas concepções a respeito do espaço, mas há um ponto em comum entre as teorias que o espaço é onde se realizam as atividades do homem. Cabe ressaltar que o espaço é visto pela referida autora como “produto, condição e meio de toda a atividade humana” e que o espaço é “um produto concreto de relações sociais historicamente determinadas”.

De acordo com Saquet (2009, p. 77) “o espaço é uma realidade relacional, envolvendo a natureza e a sociedade mediadas pelo trabalho (energia), técnicas, tecnologias e, evidentemente, pelo conhecimento”. Ainda nas palavras do autor supracitado, “o espaço é produzido pelas ações dos homens sobre o próprio espaço, que aparece como paisagem artificial”.

A cultura se revela no espaço a partir dos seus significados. Tais significados são constantemente re-criados, protagonizados pelos agentes espaciais que se apropriam desses espaços, sendo compreendidos como os territórios do poder e da identidade. São significações relacionadas às manifestações culturais com viés político, expresso em paradas, marchas e procissões, e também, com viés econômico.

Corrêa (2007) discorre a respeito dessas significações e atribui como formas simbólicas, manifestadas no espaço, carregadas de simbolismos. Para o autor (2007, p. 7) “as formas simbólicas, materiais ou não, constituem signos construídos a partir da relação entre formas, os significantes, e os conceitos, os significados”.

Para que as formas simbólicas adquiram uma conotação espacial, Corrêa (2007, p. 8) menciona que são “constituídas por fixos e fluxos, isto é, por localizações e itinerários”. Santos (2002) cita que esses fixos e fluxos são parte do conjunto de elementos que constituem o espaço.

Corrêa (2012, p. 137) define as formas simbólicas espaciais como:

As formas simbólicas tornam-se espaciais quando estão diretamente vinculadas ao espaço, constituindo-se em fixos e fluxos, isto é, localizações e itinerários, que são os atributos primários da espacialidade. Palácios, templos, cemitérios, memoriais, nomes de ruas, shoppings, parques temáticos, montanhas, rios, cidades, bairros, ruas, praças e prédios podem ser vistos como fixos simbólicos. Por outro lado, procissões, paradas, desfiles e marchas

são, em geral, fluxos impregnados de significados simbólicos. Lugares e itinerários simbólicos sintetizam os diversos fixos e fluxos simbólicos.

Desse modo, as formas simbólicas são elementos materiais e imateriais. Esses elementos são repletos de significados que revelam a identidade de determinado grupo social. Quando inscritas no espaço, as formas simbólicas moldam a paisagem, através da dinâmica que esses elementos trazem ao espaço, pelos seus fixos e fluxos, o fixo, (i)materializado, concretizado no espaço, e o fluxo, pelo constante movimento no e pelo espaço, carregado assim de significações.

As formas simbólicas estão localizadas em diversos pontos no campo e na cidade. Cada forma simbólica, seja um edifício ou uma estátua, representa o significado do vivido ocorrido ao longo do tempo. Nessas formas simbólicas representam as crenças, os saberes, os conhecimentos e o modo de vida das comunidades da época.

As formas simbólicas são o reflexo dos significados que são atribuídos à crença, aos saberes, aos costumes, como afirma Corrêa (2012). Dessa forma, quando determinados agentes espaciais (i)materializam no (seu) espaço tais comportamentos do vivido, estão assim, de acordo com Haesbaert (2004), exercendo domínio sobre o espaço, em seu viés simbólico. O espaço, nesse sentido, é um território, em que “é um importante instrumento da existência e da reprodução do agente social que o criou e o controla” (ROSENDAHL, 2013, p. 174).

Saquet (2009, p. 81) define o território como:

Produto de ações históricas que se concretizam em momentos distintos e sobrepostos, gerando diferentes paisagens. O espaço corresponde ao ambiente natural e ao ambiente organizado socialmente, com destaque para as formas/ edificações e para as formas da natureza.

O território, a partir da perspectiva cultural, é entendido como um processo histórico, construído por grupos sociais que o reivindicam, e nesse território, os espaços simbólicos se destacam na paisagem.

Como mencionado, no território se (i)materializam as identidades, ou identidade territorial. Para Le Bossé (2013, p. 222) “os geógrafos se interessam

particularmente pela identidade dos lugares e pelos papéis que eles desempenham na formação de consciências individuais e coletivas”.

Nesse sentido, para Haesbaert (2013, p. 235):

Toda identidade territorial é uma identidade social definida fundamentalmente por meio do território, ou seja, dentro de uma relação de apropriação que se dá tanto no campo das ideias quanto no da realidade concreta, o espaço geográfico constituindo, assim, parte fundamental dos processos de identificação social.

Sendo assim, as formas simbólicas são entendidas como representações oriundas de significações de determinados agentes espaciais. Essas significações são oriundas das experiências, do vivido, do percebido, sendo (i)materializados no espaço, transformando as formas simbólicas em formas espaciais, sendo impressos na paisagem.

Nesse sentido, Raffestin (1993, p. 143) menciona que “o território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível”.

As identidades de dados agentes espaciais se (i)materializam através de toponímias, praças, estátuas, em logradouros públicos. E o território advém das territorialidades, a partir de relações entre os agentes espaciais, que ocorreu ao longo do tempo em um determinado espaço.

### **1.2.1. Formas simbólicas territoriais e territorialidades**

O território está relacionado com o poder, como afirma Raffestin (1993), através das relações que o homem produz no espaço, dos conflitos, das relações entre os homens, materializando-o. E esse poder possui tanto caráter político quanto simbólico.

De acordo com Haesbaert (2004), o conceito de território é duplo: possui um viés material e/ou simbólico. O de poder político, representado pelo poder do Estado ou o poder simbólico, (i)material, através do uso e ocupação do território.

No que tange ao aspecto político do território, esse se relaciona a partir do controle e poder, no entanto, Haesbaert (2014, p. 57), ressalta que o território:



Tem a ver com poder, mas não apenas com o tradicional poder político. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais explícito, de dominação, quanto ao poder no sentido mais implícito ou simbólico, de apropriação.

O território, pelo seu viés político, se remete à dominação, e não somente ao poder político. Esse poder também ocorre entre os grupos culturais, onde os espaços são vividos, percebidos, apropriados culturalmente e simbolicamente pelos grupos culturais ou pela comunidade. Antes, faremos uma interpretação acerca da dualidade de significados inerentes ao território, primeiramente relacionado ao poder e posteriormente sobre o viés simbólico.

O território é um espaço de disputas diversas, como Haesbaert (2014) cita a respeito daqueles que podem habitá-lo ou aqueles que do território são remanejados. Aos que podem, o território se torna um abrigo, onde o indivíduo se apropria simbolicamente e materialmente, revelando a sua identidade e seu modo de vida.

Nesse sentido, Sack (1986, p. 19) menciona que o território “requires constant effort to establish and maintain. They are the results of strategies to affect, influence, and control people, phenomena and relationships”.<sup>11</sup> Assim, o pensamento de Sack traz as influências que os agentes espaciais têm sobre o território, nesse caso, em relação ao poder e controle material sobre o mesmo.

O território exerce relação com o poder material, como afirma Sack (1986, p. 19), no qual “they become territories though if the boundaries are used by some authority to mold, influence, or control activities”.<sup>12</sup> Ou seja, aqueles que possuem o controle físico e simbólico do território podem, ali, exercer atividades que venham a se fortalecer naquele espaço de poder, e até mesmo expulsar aqueles que ali não possuem condições de permanecer. Seja por não fazer parte daquele grupo social ou por não deter condições financeiras de estar naquele território, que se mostra excludente e seletivo, como afirma Sack (1986, p. 20), “territory can be used to contain or restrain as

---

<sup>11</sup> Requer constante esforço para estabelecer e manter. Eles são o resultado de estratégias para afetar, influenciar, e controlar pessoas, fenômenos e relacionamentos (Tradução do original).

<sup>12</sup> Eles tornam territórios ainda que as fronteiras são usadas por algumas autoridades para moldar, influenciar, ou controlar atividades (Tradução do original).

well as to exclude, and the individuals who are exercising control need to be inside the territory".<sup>13</sup>

Assim, de acordo com Haesbaert (2006), o território, sob o viés político, ou de “espaço-poder”, é visto como um espaço delimitado, controlado, onde a figura do Estado, ou de agentes espaciais dominantes se faz presente, alijando desse espaço àqueles que não pertencem àquele território. É o território de disputas, pelo controle ou detenção de múltiplos recursos.

Já o território sob o viés cultural ou simbólico-cultural, é aquele que “prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo, como o produto da apropriação/ valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido” (HAESBAERT, 2006, p. 40)

Sendo assim, compreendemos ser necessário apreender a historicidade, como os agentes espaciais se instalaram, se apropriaram e vivem o dia-a-dia nesses territórios culturais. Quando há um processo migratório:

Migram para encontrar terras que possam utilizar (dimensão econômico-funcional do território) e através das quais possam reconstruir ou manifestar sua identidade cultural (dimensão simbólica ou expressiva do território) (HAESBAERT, 2006, p. 247).

O território adquire múltiplas conotações, tanto por assuntos relacionados ao poder, de dominação, como observado em Sack, quanto por questões culturais, observado em Haesbaert.

Já a territorialidade também adquire diferentes conotações, sendo entendida como a territorialidade imaterial, onde são privilegiadas questões voltadas para a identidade, o ser no lugar, o espaço da vida cotidiana. “A territorialidade considera tanto as questões de ordem simbólico-cultural como também o sentimento de pertencimento a um dado território” (SERPA, 2008, p. 319).

Haesabert (2006) reconhece que há uma predominância de análises sobre territorialidades de natureza econômico-política, que as de dimensão simbólica ou cultural. Assim, antes de adentrarmos no viés simbólico da

---

<sup>13</sup>Território pode ser usado para conter ou restringir também como excluir, e os indivíduos que estão exercendo controle precisam estar dentro do território (Tradução do original).

territorialidade, faremos uma compreensão a respeito do viés material, visto por Haesbaert (2014, p. 64) como “um sentido funcional, de controle físico de processos”.

Para Raffestin (1993, p.158-159), a territorialidade é o reflexo da:

Multidimensionalidade do “vivido” territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens “vivem”, ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existentes e/ou produtivistas. Quer se trate de relações existenciais ou produtivistas, todas são relações de poder, visto que há interação entre os atores que procuram modificar tanto as relações com a natureza como as relações sociais.

Para Sack (1986, p. 19) “territoriality (is) the attempt by an individual or group to affect, influence, or control people, phenomena, and relationships, by delimiting and asserting control over a geographic area”<sup>14</sup>.

A respeito dessa dimensão política manifestada na territorialidade, Sack (1986, p. 1-2)<sup>15</sup> menciona que a territorialidade “is best understood as a special strategy to affect, influence, or control resources and people, by controlling area [...]”. Ainda para o autor (p. 3), a territorialidade “is an historically sensitive use of space, [...] it is socially constructed and depends on who is controlling whom and why”.

A territorialidade assim adquire uma forma de controle, manifestado a partir da influência daqueles que controlam esse território simbólico e material. Pertence a aqueles que fazem parte do grupo social que possui com ideários em comum, como Sack, em que cita:

Territoriality points to the fact that human spatial relationships are not neutral [...]. Human interaction, movement, and contact, are also matters of transmitting energy and information in order to affect, influence and control the ideas and actions of others and their access to resources<sup>16</sup> (SACK, 1986, p. 26).

<sup>14</sup>A territorialidade é a tentativa de um indivíduo ou grupo em afetar, influenciar, ou controlar pessoas, fenômenos e relações, em delimitar e afirmar o controle sobre uma área geográfica (Tradução do original).

<sup>15</sup>É melhor entendida como uma estratégia espacial em afetar, influenciar ou controlar recursos e pessoas, a partir do controle de áreas [...] é um uso histórico sensível do espaço, socialmente construído e depende de quem está controlando e por quê” (Tradução do original).

<sup>16</sup> Territorialidade aponta para o fato que relações espaciais humanas não são neutras [...]. Interação humana, movimento, e contato, também são questões de transmissão de energia e informação com o intuito de afetar, influenciar e controlar as ideias e ações de outros e o acesso deles aos recursos (Tradução do original).

Saquet analisa a territorialidade como um processo que envolve dominação e controle dos agentes espaciais com o espaço. Assim ele explica: “a territorialidade corresponde às ações humanas, ou seja, a tentativa de um indivíduo ou grupo para controlar, influenciar ou afetar objetos, pessoas e relações numa área delimitada. Esta área é o território” (SAQUET, 2009, p. 86).

Ainda de acordo com o referido autor, a territorialidade também possui um viés identitário com o lugar ocupado pelos agentes espaciais, em que:

A territorialidade é um fenômeno social que envolve indivíduos que fazem parte do mesmo grupo social e de grupos distintos. Nas territorialidades, há continuidades e descontinuidades no tempo e no espaço; as territorialidades estão intimamente ligadas a cada lugar: elas dão-lhe identidade e são influenciadas pelas condições históricas e geográficas de cada lugar (SAQUET, 2009, p. 88).

Em relação ao aspecto simbólico da territorialidade, Haesbaert (2014, p. 64) o analisa como “processos de identificação territorial”. Ainda de acordo com o autor supracitado, “ela é também uma dimensão imaterial, no sentido de que, enquanto “imagem” ou símbolo de um território, existe e pode inserir-se eficazmente como uma estratégia político-cultural”.

Isto é, não há a necessidade de haver um território material. Para Haesbaert (2014, p. 65), essa territorialidade cultural adquire um caráter de imaterialidade, “um controle simbólico, através de uma identidade territorial”.

No que tange a identidade territorial, como mencionado acima por Haesbaert, está envolta de memórias, saberes, crenças, sendo essas individuais ou coletivas. A memória é de suma importância quando se trata da identidade (territorial), pois é no território que os agentes espaciais (re)produzem tais memórias.

Sob o viés cultural da territorialidade, Bonnemaïson (2012, p. 291), afirma que:

A territorialidade é a expressão de um comportamento vivido: ela engloba, ao mesmo tempo, a relação com o território e, a partir dela, a relação com o espaço “estrangeiro”. Ela inclui aquilo que fixa o homem aos lugares que são seus e aquilo que o impele para fora do território, lá onde começa o espaço.

Assim, compreendemos que a territorialidade, sob a ótica de Bonnemaison, é o que reforça identidades, que liga o homem a sua cultura, suas origens, e é ali onde se reproduzem seus modos de vida e costumes.

Santos (2002, p. 81) faz uma relação entre a territorialidade e a cultura. Para o autor, “cultura (é) uma forma de comunicação do indivíduo e do grupo com o universo, é uma herança, mas também um reaprendizado das relações profundas entre o homem e seu meio”.

É, ainda de acordo com o autor, um processo de viver, em grupo ou individualmente. Esse *viver* se dá através do contato de ambos agentes espaciais com o mundo, na produção de bens, serviços, do trabalho, da casa – enquanto lugar de reprodução da vida íntima e cotidiana, sendo esse mundo o espaço onde ele(s) está(ão) inserido(s), revelando assim suas práticas sociais.

Ainda tomando como referência Santos (2002), quando esses agentes espaciais investem tais práticas e saberes em um espaço, esse espaço se dota de símbolos, é então um território simbólico, sendo essa uma territorialidade.

No intuito de ilustrar o entendimento de Sack e Bonnemaison, tomamos como exemplo a territorialidade religiosa proposta por Rosendahl (2013, p. 176), que de acordo com a autora é:

O conjunto de práticas desenvolvidas por instituições ou grupos no sentido de controlar certo território, onde o efeito do poder do sagrado reflete uma identidade de fé e um sentimento de propriedade mútuo. A territorialidade é fortalecida pelas experiências religiosas coletivas ou individuais que o grupo mantém no lugar sagrado e nos itinerários que constituem seu território.

Através do conceito de territorialidade religiosa, empregado por Rosendahl, compreendemos que para se caracterizar uma territorialidade, primeiramente há o controle político sob o território, para que ali se manifeste (e que se compartilhe) as crenças e os valores que guiam o modo de vida do detentor e dos fiéis. O controle do território é um modo de garantia para que essas manifestações (nesse caso, do sagrado) ali permaneçam e se perpetuem, reforçando e mantendo as identidades culturais.

Compreendemos assim que a territorialidade é carregada de significações, da cultura que foi construída ao longo do tempo e em determinado espaço. É um conjunto de ações do grupo social para se manter

no território. A territorialidade pode ser desfeita por vários motivos, como a fuga de território, questões climáticas e de conflito, havendo assim uma desterritorialização, isso é, a perda do território, para, em outro espaço, tais grupos possam se re-territorializar.

Como afirma Bonnemaïson (2012, p. 286), as territorialidades são oriundas dos grupos culturais “que o investem física e culturalmente num território”. Nesse sentido, o espaço é dotado pelo viés cultural, e também pelos aspectos físicos e naturais, para que nesse espaço, o território do “vivido” ao longo do tempo, possa reproduzir as cotidianidades, o dia-a-dia, aliando a cultura, através dos saberes no meio natural.

### **1.2.2. Geossímbolos: marcas do homem no espaço**

O principal autor que trabalha com os conceitos que norteiam os entendimentos sobre geossímbolos é Joël Bonnemaïson. Era geógrafo e professor da Universidade de Paris. Faleceu em 1997, durante um trabalho de campo em Nova Caledônia.

Para se fazer uma análise sobre os conceitos e temas que norteiam a ideia de geossímbolos, fazemos uma análise do seu artigo “Viagem em torno do território” (2012), publicado na obra “Geografia Cultural: uma antologia, volume I” tendo como autores Roberto Lobato Corrêa e Zeny Rosendahl, além da aquisição de outras ideias sobre a temática em outras obras do autor, publicadas originalmente na língua inglesa.

Quando há uma relação entre territorialidade, espaço, cultura e etnia, etnia vista por Bonnemaïson (2012, p. 285) “como o campo de existência e de cultura, vivido de modo coletivo por um determinado número de indivíduos”, que se formam os geossímbolos. Para o autor, (2012, p. 292), o geossímbolo:

Pode ser definido como um lugar, um itinerário, uma extensão que, por razões religiosas, políticas ou culturais, aos olhos de certas pessoas e grupos étnicos assume uma dimensão simbólica que os fortalece em sua identidade.

Bonnemaïson (1993, p. 205), acrescenta ao conceito de geossímbolo, uma correlação com o território, que engloba o espaço e a cultura:

Territory is then a geosymbol, i.e, a place, an itinerary, a space, which acquires in the eyes of ethnic groups and peoples the cultural and symbolic dimension in which their values are rooted and through which their identity is affirmed<sup>17</sup>.

Tomando ainda como referência Bonnemaïson (2005, p. 45), os geossímbolos podem ser variados, desde um edifício presente no espaço, até uma cidade, mas que em todos os casos, tais elementos estão ligados com o homem ou com o grupo a partir da identidade. Nas palavras do autor:

A geosymbol is a spatial indicator, a sign, in space that mirrors and shapes identity. It may be a holy place (Jerusalem or Rome), a highly visible place (the White House in Washington DC, a mountain, a monument), or a sacred place (cf. the role of oak trees, sacred springs, woods and roadside crosses in Brittany). Geosymbols mark out a territory by means of sign, which establish an iconology on the ground. Therefore geosymbols indicate the boundaries of a territory; they also animate it, give it meaning, and structure it. A geosymbol can become the mainstay of a place or a site (e.g. Venice, Mont Saint-Michel, St Jacques of Compostella) from which strength will then emanate. These places or sites express a common set of values, which in some cases are the source of pilgrimages<sup>18</sup>.

Bonnemaïson (2012) se utiliza de múltiplos conceitos para poder definir o conceito de geossímbolos. Ao longo de sua obra “Viagens em torno do território”, o autor trabalha com os conceitos de cultura, grupo cultural, etnia, território, territorialidade, paisagem, espaço, espaço vivido e espaço-símbolo (esse último o autor trabalha com a ideia de geossímbolos).

Tais conceitos se complementam entre si, na tentativa de demonstrar como as sociedades, ou os grupos culturais, se organizam nos seus territórios, a partir de suas vivências, experiências, compartilhando entre si seus saberes e conhecimentos.

---

<sup>17</sup> Território é então um geossímbolo, por exemplo, um lugar, um itinerário, um espaço, que adquire aos olhos de etnias e povos a dimensão cultural e simbólica em que seus valores estão enraizados e através dos quais sua identidade é afirmada (Tradução do original).

<sup>18</sup> Um geossímbolo é um indicador espacial, um sinal, no espaço que reflete e forma a identidade. Pode ser um lugar sagrado (Jerusalém ou Roma), um lugar muito visível (A Casa Branca em Washington, uma montanha, um monumento) ou um lugar sagrado (cf. o papel do carvalho, nascente sagradas, bosques e cruzamento de estradas na Bretanha). Geossímbolos marcam um território por meio de signos, no qual estabelecem uma iconologia no solo. Portanto, geossímbolos indicam os limites de um território, eles também animam, dão significado e estrutura. Um geossímbolo pode se tornar a base de um lugar ou um local (ex: Veneza, Mont Saint-Michel, St Jacques of Compostella) de onde emanará força. Estes lugares ou locais expressam um conjunto comum de valores, que em alguns casos são a fonte de peregrinações (Tradução do original).

Para se compreender os geossímbolos de uma determinada localidade, é preciso compreender a importância da cultura enquanto elemento de estudo geográfico. O espaço adquire uma conotação cultural. Para Bonnemaïson (2012, p.288), “é pela existência de uma cultura que se cria um território e é por ele que se fortalece e se exprime a relação simbólica existente entre a cultura e o espaço”.

Para Bonnemaïson (2005, p. 33), “cultural groups mould their landscapes – not in order to produce more optimally but to express their faith and values. Every culture creates the geosymbols that sustain its identity”<sup>19</sup>. Os grupos culturais, na contemporaneidade, são vistos de modo bastante abrangentes no meio urbano, possuindo características e aspirações em comum, tendo os seus geossímbolos impressos no espaço e carregado de significados que reforçam assim suas identidades, como por exemplo, igrejas que representam a fé e a crença de segmentos religiosos.

O autor traz também uma análise sobre etnias, que aos olhos de certas pessoas, possui uma visão mais tradicional, como as tribos indígenas, que possuem funções hierárquicas. Ainda para Bonnemaïson, etnia é um termo que está diretamente ligado à ideia de território e territorialidade, em que:

A ideia de etnia e de grupo cultural interessa ao geógrafo porque produz a ideia de um “espaço-território”. [...] A territorialidade emana da etnia, no sentido de que ela é, antes de tudo, a relação culturalmente vivida entre um grupo humano e uma trama de lugares hierarquizados e interdependentes, cujo traçado no solo constitui um sistema espacial – dito de outra forma, um território (BONNEMAISON, 2012, p. 285-286).

Como afirma o autor supracitado (2012, p. 286), as territorialidades são oriundas dos grupos culturais “que o investem física e culturalmente num território”. Nesse sentido, o espaço possui um viés cultural, e também pelos aspectos físicos e naturais, para que nesse espaço, o território do “vivido” ao longo do tempo, possa reproduzir as cotidianidades, o dia-a-dia, aliando a cultura, através dos saberes no meio natural.

---

<sup>19</sup>Toda cultura cria os geossímbolos que sustentam sua identidade (Tradução do original).



A paisagem, para Bonnemaïson (2005, p. 51), vista sob o vies da identidade, “offer signs that allow human groups to situate themselves in time and space and to identify with a given culture and society”<sup>20</sup>. Estátuas, monumentos revelam em muitos casos sobre os agentes espaciais que ali estiveram, sendo essa uma maneira de manter tais lembranças na memória das pessoas.

Territory is then a geosymbol, i.e, a place, an itinerary, a space, which acquires in the eyes of ethnic groups and peoples the cultural and symbolic dimension in which their values are rooted and through which their identity is affirmed<sup>21</sup>.

O espaço-símbolo a partir da análise de Bonnemaïson (2012) possui uma gama de significados, tendo o conceito de “espaço vivido” entendido como aquele que está diretamente relacionado com a vida cotidiana dos agentes espaciais em questão. Essa vida cotidiana é repleta de significações e de valores manifestados pelo espaço.

Essas significações estão presentes (i)materialmente em símbolos impressos no espaço, relacionado com a cultura local, que de acordo com Bonnemaïson (2012, p. 292-293) “os símbolos ganham maior força e realce quando se encarnam em lugares. O espaço cultural é um espaço geossimbólico, carregado de afetividade e significações”.

Nesse sentido, os geossímbolos aqui são compreendidos como marcas territoriais. A territorialidade revela as práticas e os saberes que acompanham os grupos ou o indivíduo que no território irão manifestar suas crenças, sendo estes um modo de poder, domínio e controle sobre o território. E é no território, onde se imprimem símbolos ou atos simbólicos a partir da identidade cultural de um povo, que se formam os geossímbolos.

Os geossímbolos são formas (i)matérias expressas na paisagem e no território. Podem ser fixos ou móveis, representando o cotidiano, os saberes, a maneira como os agentes espaciais conduzem a vida através do trabalho, do conhecimento, ou das crenças. Tais símbolos refletem as suas visões de

---

<sup>20</sup>Oferece sinais que permitem grupos humanos em situar eles próprios no tempo e espaço e identificar com uma dada cultura e sociedade (Tradução do original).

<sup>21</sup>Território é então um geossímbolo, por exemplo, um lugar, um itinerário, um espaço, que adquire aos olhos de etnias e povos a dimensão cultural e simbólica em que seus valores estão enraizados e através dos quais sua identidade é afirmada (Tradução do original).

mundo enquanto seres que habitam o território – de vida, de pertencimento, enquanto detentores de uma identidade cristalizada por meios dos símbolos espaciais.

Nesse sentido, o conhecimento cultural na Geografia requer do pesquisador um processo investigativo que se decifre a historicidade dos grupos e suas inserções nos territórios, instigando interpretações sobre as diferentes formas de habitar a terra e viver, em conflito ou não. Desta feita, estudar os territórios tende a revelar as visões de mundo das pessoas, suas projeções e histórias.

### **1.3. A Geografia praticada no espaço e tempo do dia-a-dia**

Ao longo do tempo em determinado espaço, o homem constrói suas identidades a partir das experiências ali adquiridas a partir do contato com pessoas que estão ao seu redor. Como afirma Claval (2010, p. 40) “os homens são seres sensíveis: o espaço onde eles evoluem não lhes parece neutro”.

O espaço não é neutro, pois é onde o sujeito desenvolve suas habilidades, sendo esse espaço diretamente relacionado com as experiências adquiridas ao longo da vida, inerente e particular a cada um. Esses espaços são representados pela casa, sendo esse um espaço de contato próximo com pessoas próximas onde ocorrem trocas de valores humanos.

Ainda relacionado a esses espaços, há também o trabalho, onde se compartilha e se aprende saberes técnicos com os colegas; a comunidade; ou o bairro, ou a cidade, onde os agentes espaciais dividem experiências e vivências cotidianas. O cotidiano que é visto como repetições conscientes praticadas no dia-a-dia, revelando assim parte da identidade de um indivíduo enquanto membro de uma família e/ou de uma comunidade.

#### **1.3.1. Aspectos espaciais e culturais do trabalho e da vida cotidiana**

Ao longo da vida, o ser humano cria laços afetivos com outros homens, estabelecendo então relações sociais, podendo haver um elo que os une a partir de crenças, vivências e saberes pré-determinados que são

compartilhados nas mais variadas escalas espaço-temporais. Tais elementos citados fazem parte das nossas ações do dia-a-dia, revelados através das práticas cotidianas.

Heller (2000, p. 17) menciona que a vida cotidiana é aquela que abrange os diversos aspectos da vida do homem:

A vida cotidiana é a vida do homem *inteiro*, participa na vida cotidiana com todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade. Nela, colocam-se “em funcionamento” todos os sentidos, todas as suas capacidades intelectuais, suas habilidades manipulativas, seus sentimentos, paixões, ideias, ideologias.

Entendemos por *inteiro* o homem que vive o dia-a-dia usando o corpo físico e mental. É a partir do físico que o sujeito aprende, desde cedo, a manipular objetos, a caminhar, a explorar a terra, os gostos dos alimentos, os sons, principalmente aqueles que lhe atraem. A partir de tais preferências, o indivíduo começa a criar a sua identidade, tendo como modelo essas experiências, rodeado por aqueles com quem convive diariamente.

Essas ações, inerentes ao homem, o guia através do aprendizado e pela repetição, reproduzindo assim o trabalho ou as ações do dia-a-dia. Esse trabalho remete-se a atividades comuns do dia-a-dia. Porém, como bem lembra Silva e Silva (2014), todas e quaisquer ações da vida cotidiana têm que estar acompanhadas pelo conhecimento (consciente), permitindo assim que o homem faça desse espaço um lugar para reproduzir a sua cotidianidade.

Para Claval (2010, p. 8) “a Geografia é inicialmente constituída de práticas e de habilidades indispensáveis para a vida dos indivíduos e dos grupos”. As práticas relevadas no dia-a-dia, envoltas do conhecimento geográfico, ocorrem a partir da localização e distribuição de fenômenos pelo mundo, em uma escala mais ampla, ou também usar espaços como espaços de referência, de localização, de uso, de compartilhamento entre ideais.

Ribeiro (2013) faz críticas aos modelos dominantes de desenvolvimento, ao qual muitas vezes, ignora o lugar como sendo um reprodutor de expressões culturais locais, a memória, as técnicas (i)materiais de *resolver* a vida. Nesse sentido:

Decidir sobre o espaço dos outros é o mesmo que interferir numa teia de relações em que as relações banais podem ser repletas dessa complexidade, a qual pode representar a razão da própria vida (SILVA e SILVA, 2014, p. 164).

Eyles (1989) menciona que a vida cotidiana é um mundo de experiências que são providas de uma dada realidade na qual se cria, mantém e transforma cada indivíduo em um sujeito autoconsciente. Claval (2010, p. 11), cita que a Geografia, enquanto prática espacial que aborda a vida:

É resultante das experiências renovadas e de procedimentos imaginados há muito tempo pelos homens para responder aos imperativos de sua vida cotidiana, dar um sentido às suas existências e compreender o que acontece para além dos horizontes que eles frequentam costumeiramente.

Claval (2010) menciona que “todo homem é geógrafo”. A Geografia se faz presente nos conhecimentos, nas habilidades, nas práticas, no trabalho que são realizados no nosso dia-a-dia. Para tal, o homem desenvolve tais práticas num determinado espaço construído, onde se reproduzem as ações do cotidiano, sendo esse espaço, a rua, o escritório, a casa, a comunidade, compartilhando dessa maneira, os anseios, os desejos, ou o inverso, quando os mesmos frequentam os mesmos espaços, mas divergem de ideias, podendo assim haver situações de conflito.

O espaço que também é visto por Claval (2010) como o habitat: a casa, o apartamento. Esse é, dentre os demais, o lugar mais íntimo e particular de expressão da vida cotidiana. É onde os indivíduos, ao longo do tempo, constroem a sua identidade, sua personalidade. É onde a vida ganha os primeiros passos, é onde os jovens começam a interpretar a vida com seu próprio olhar, é onde os adultos descansam e trocam conhecimentos com seus parceiros ou primogênitos – aos que assim o meio em que estão inseridos os permitem.

Esses elementos são oriundos da experiência, da técnica, dos saberes, em (re)conhecer as potencialidades locais, e como articular essas potencialidades naturais e humanas em benefício próprio. Como afirma Claval (2010, p. 30), “os componentes geográficos das práticas indispensáveis a

qualquer vida social compreendem tudo aquilo que torna possível habitar a Terra e aí se instalar”.

Esses componentes geográficos são os saberes ligados à Terra que conduzem o homem para a escolha do lugar no qual irá se instalar, para que possa reproduzir o seu modo de vida e seu dia-a-dia, que dali retire o seu sustento e as suas necessidades vitais para a sobrevivência.

Sendo assim, a contribuição do conhecimento geográfico para as práticas e as habilidades humanas consistem no domínio e reconhecimento do espaço ao qual se está inserido. Além do aspecto da dominação, o homem ali traça uma teia de relações sociais com outros indivíduos, que irão fazer parte da sua vida, podendo haver uma troca de experiências, ligando-os afetivamente e identitariamente.

Além do aspecto de dominação, a Geografia também contribui na compreensão da vida cotidiana, pois é em determinado espaço, a partir do conhecimento, que o homem desenvolve no dia-a-dia suas relações sociais pelo trabalho e pela convivência.



**Pescaria em Raposa.** Fonte: autoria própria (2019)

---

## **CAPÍTULO 2 – RAPOSA-MA: HISTÓRIA, ORGANIZAÇÃO ESPACIAL E TERRITORIAL**

## 2.1. Primeiras ocupações do território e gênese municipal

As primeiras ocupações do atual território do município de Raposa datam dos anos 1950. Conforme afirma Azevedo *et al* (1980), baseando-se em entrevistas desenvolvidas à época, como a depoente Maria de Jesus, afirma que naquele momento Raposa contava com mais ou menos dez casas.

Antes de se tornar um município, em 1994, Raposa fez parte de outros dois municípios da Ilha do Maranhão<sup>22</sup>: São José de Ribamar e Paço do Lumiar. Desse modo, para melhor compreensão, elaboramos um breve histórico dos dois municípios citados.

De acordo com o IBGE, através da Enciclopédia dos Municípios Brasileiros (1959), o assentamento onde hoje está São José de Ribamar foi elevado à categoria de lugar em 1757 pelo então governador Gonçalo Pereira Lobato e Sousa, restituindo aos índios a posse da terra. Conforme ainda menciona o IBGE, em 1896 já se desenhava um processo de ocupação *espontâneo*, através da construção de casas de palha próximas à igreja, o que se configurava por meio da montagem de uma infraestrutura inicial.

Tomando ainda por base o documento do IBGE (1959), São José de Ribamar foi declarado um município da Grande Ilha do Maranhão, em 1949, pela lei nº 289 de 26 de janeiro do mesmo ano. É importante destacarmos que à época, em que o recenseamento foi feito no município pelo IBGE, os pesquisadores constataram que a pesca era uma das atividades econômicas mais significativas de São José de Ribamar. Era “praticada em grande escala por mais de oitocentos pescadores profissionais pertencentes à Colônia Z-3” (IBGE, 1959).

O documento citado acima ainda afirma que o turismo, em período de férias, movimentava a economia do município de São José de Ribamar, além de outras atividades econômicas, como lavoura e a extração de vegetal. Em relação à pesca, o único mercado consumidor é São Luís, no qual:

Em 1956 a produção foi de 837,5 toneladas, no valor de quase 9 milhões de cruzeiros, sendo as espécies mais pescadas as indicadas

---

<sup>22</sup>A Ilha do Maranhão é formada pelos municípios de São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa.

a seguir: arraia (Cr\$ 825 mil), bandeirada (Cr\$ 220 mil), curvina (Cr\$ 285 mil), tainha pitua (Cr\$ 565 mil), peixe pedra (Cr\$ 1194 mil), serra (Cr\$ 1080 mil), camarão (Cr\$ 490 mil), tainha sajuba (492 mil), pescada do salgado (Cr\$ 264 mil), pirapema (Cr\$ 364 mil), uritinga (Cr\$ 270 mil) e outras de menor valor (IBGE, 1959).

O município de Paço do Lumiar também apresenta características similares com o caso de São José de Ribamar no que tange à criação da vila e a emancipação, fato ocorrido no final dos anos 1950.

De acordo com dados obtidos através do IBGE (1982), disponível no acervo público de São Luís, relata-se que a história envolvendo o município de Paço do Lumiar remonta o ano de 1761, quando foi elevada à categoria de vila pelo Governador Joaquim de Melo e Póvoa.

Ainda para o IBGE (1982), em 1911, Paço do Lumiar já se configurava como município. “Em virtude de reformulações administrativas, o território municipal passou a integrar o Município da Capital, em 1931” (IBGE, 1982, p. 2). Em 1959, conforme aponta o documento, devido a Lei Estadual nº 1890, datado de 7 de dezembro de 1959, Paço do Lumiar é mais um município da Ilha do Maranhão.

Assim afirma o documento do IBGE (1982, p. 2), sobre o novo município de Paço do Lumiar, a respeito do seu potencial turístico:

As praias: Araçagy, Raposa e Olho de Porco, todas com pesca abundante; sendo as primeiras muito procuradas nos fins de semana. Há estabelecimentos especializados em peixes e mariscos. A praia da Raposa, com a colônia de pescadores, casas de palha e mulheres rendeiras, constitui atração à parte.

O anseio para que o povoado da Raposa se tornasse um município, segundo Rodrigues (1998), se deu de modo legal no legislativo, tendo início no dia 24 de agosto de 1989. Conforme a autora supracitada, o projeto de lei nº 6132 obteve apoio da população e rejeição de políticos vinculados a São José de Ribamar e Paço do Lumiar, sendo aprovado na Assembleia Legislativa e sancionado pelo governador José de Ribamar Fiquene, em 10 de novembro de 1994.

Sendo assim, segundo Cardoso (2001), Raposa se emancipou de Paço do Lumiar em 1994, a partir da Lei nº 6.132, de 10 de novembro de 1994,



fixando sede no povoado denominado por este gentílico, tendo como primeiro prefeito o Sr. José Laci de Oliveira<sup>23</sup>.

Os dados obtidos no Diário Oficial do Estado do Maranhão, datado de 1994, mostram que os limites territoriais do município de Raposa ocorrem pelo Oceano Atlântico: “começa no extremo oeste da Praia do Olho do Porco; daí segue a direção Nordeste, margeando a orla marítima, passando pelas Praias do Cocal, Raposa, Corimã (*sic*) e Praia do Canto, até a ponta das Antas”; e também com o município de Paço do Lumiar:

Começa na Ponta das Antas; daí segue pela Baía do Curupu, margeando a parte leste e sul da Ilha de Curupu, até a foz do Rio Paciência; daí segue pelo referido rio à montante, até a foz do Igarapé Combique; daí segue pelo referido igarapé, até sua cabeceira desse ponto, segue por um alinhamento reto, até o ponto de interceptação da MA-205 com a MA-204; daí segue pela MA-204 até a Praia Olho de Porco (DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO MARANHÃO, 1994).

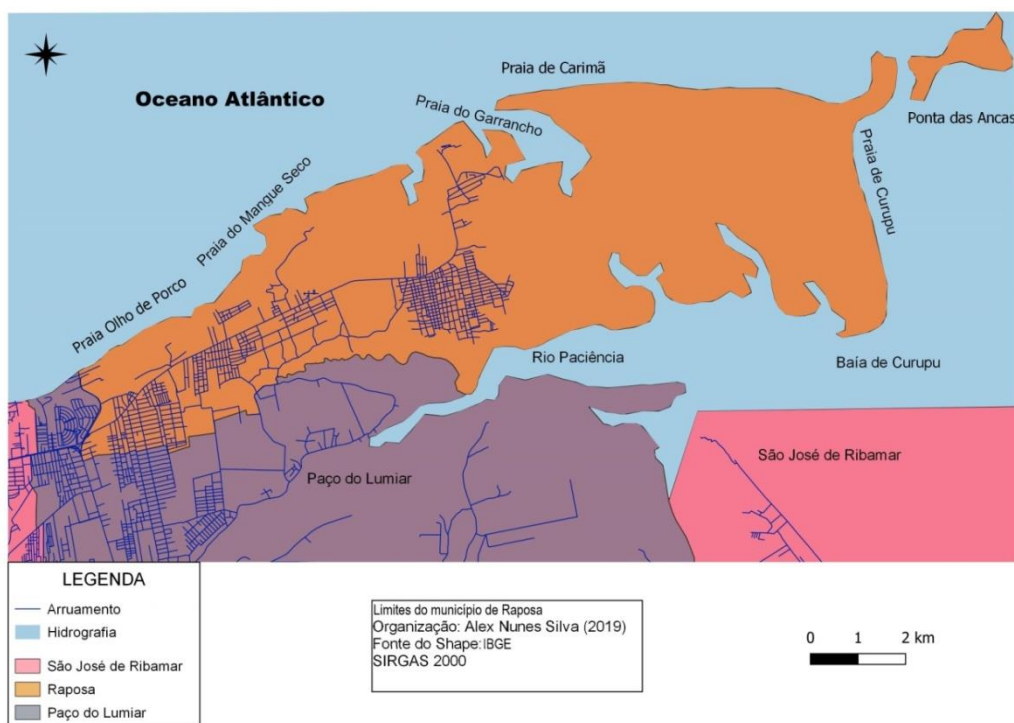
Desde sua emancipação, o município de Raposa tem modificado seus limites geográficos, principalmente em vias que fazem divisa com Paço do Lumiar. Assim se encontra as divisas do município, ilustrado na figura 2:

Localizado na microrregião da Aglomeração Urbana de São Luís e Mesorregião do Norte Maranhense [...] limita-se ao norte com o Oceano Atlântico – Começando no Extremo oeste da Praia de Olho de Porco, seguindo em direção nordeste margeando toda a sua orla marítima, passando pelas praias de Mangue Seco, Pacau, Garrancho, Carimã, Ponta das Ancas e Praia de Curupu. A leste limita-se com o Município de Paço do Lumiar, passando pela Baía de Curupu, margeando toda a parte leste e sul da Ilha de Curupu, e segue em direção a foz do Rio Paciência, continuando até a foz do Igarapé do Combique (PREFEITURA DE RAPOSA, 2019).

---

<sup>23</sup>INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Raposa – MA. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/maranhao/raposa.pdf>. Acesso em 10 de outubro de 2018.

**Figura 2:** Limites do município de Raposa

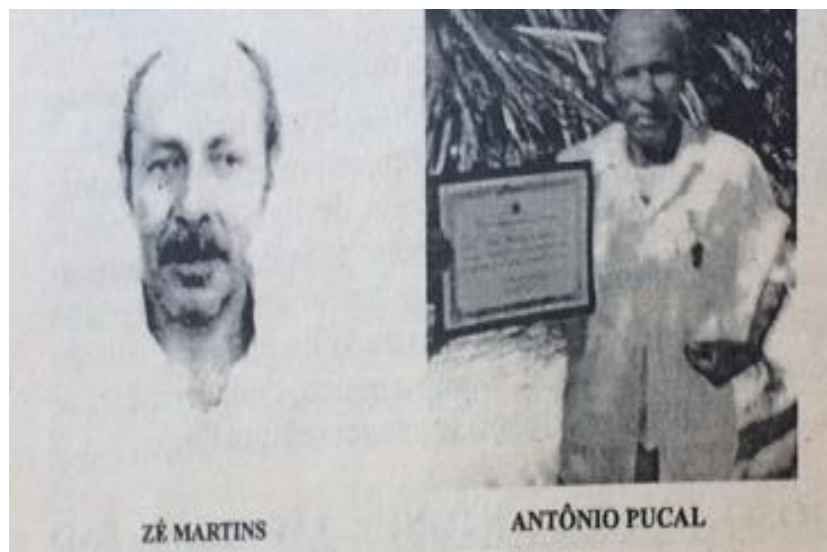


Fonte: autoria própria (2019)

De acordo com Costa e Seabra (2015), a origem que remonta a chegada dos primeiros pescadores à praia de Raposa data dos anos 1950, quando vieram os primeiros cearenses fugindo das intempéries climáticas que atingiam o próprio Estado à época. Sobre esta discussão, utilizamos dados obtidos por meio de entrevistas co-construídas realizadas em campo, além de bibliografias que trabalham com a temática em questão.

Para Azevedo *et al* (1980), os primeiros cearenses que chegaram em Ribamar foram Antônio Pucal e Zé Martins (José Baiaco), conforme ilustrado na figura 3:

**Figura 3:** Zé Martins (Baiaco) e Antônio Pucal



Fonte: REIS, J. R. S. dos (2007)

Ao chegarem em Raposa, ocuparam a Praia de Curupu, localizada nas proximidades da Praia de Raposa. Na Praia de Curupu, os cearenses utilizavam curral e arame para a pesca. Nesse sentido, Reis (2007, p. 9) menciona a respeito da chegada dos pescadores em Ribamar:

[...] Em 1949, quando os primeiros pescadores se estabeleceram na praia da Raposa, podia-se contar, a princípio, com um rancho de pescadores. O Sr. Antonio e Sr. José Martins resolveram aventurar a vida no Maranhão. Chegando a São José de Ribamar, entraram em contato com o Sr. José Linhares, que os convidou para trabalhar em currais. Algumas pessoas das proximidades já pescavam, como José Cantor, que já havia feito um pequeno barraco para tratar peixes.

O método de pesca em curral, mencionado por Azevedo *et al*, é assim descrito por Costa e Seabra (2015, p. 72):

*Curral*, um instrumento de pesca instalado no mar, cujas relações de trabalho teriam como inspiração algumas regras e categorias da terra (pecuária) projetadas no mar. A remuneração dos “vaqueiros” (trabalhadores dos currais), por exemplo, imitaria a remuneração dos vaqueiros da pecuária – o quarto da produção.

O método de pesca em curral ainda é bastante comum em Raposa, sendo observada meu modelo e sua montagem, ilustrado nas figuras 4 e 5:

**Figura 4:** Montagem do curral, em Raposa



Fonte: autoria própria (2019)

**Figura 5:** Pesca em curral na Praia de Carimã, em Raposa



Fonte: autoria própria (2019)

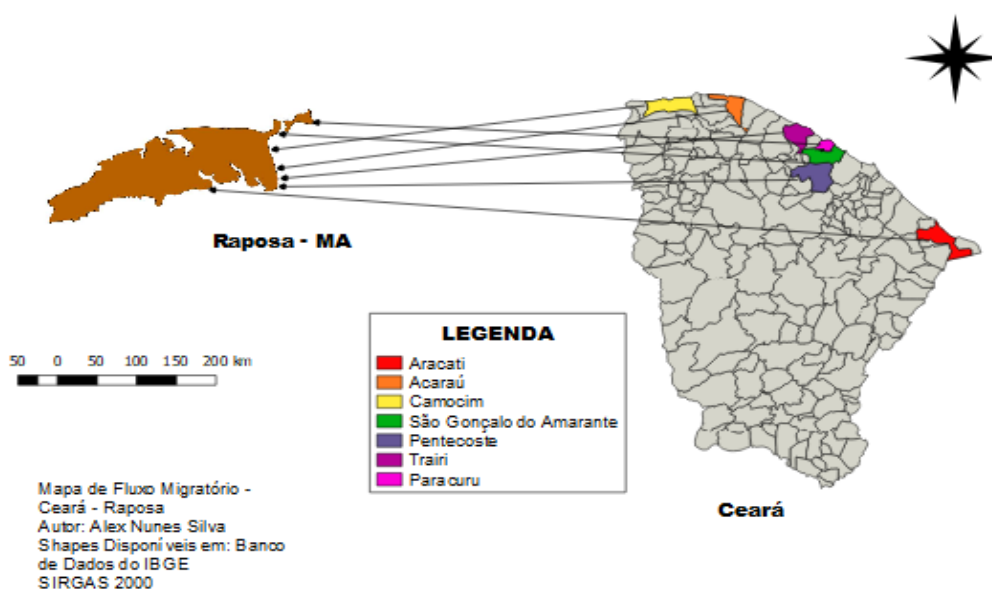
Ainda de acordo com Azevedo *et al* (1980), quando chegaram à Praia que seria denominada por Raposa, dado as condições ambientais favoráveis, voltaram ao Ceará e chamaram outros familiares para que pudessem se estabelecer no local; dentre eles, José Maria Castelo e Chico Noca.

Um dos primeiros a trazerem a família do Ceará para Raposa foi Chico Noca, na década de 50. Sobre tal movimento espacial, Reis (2007, p. 10) destaca:

[...] a primeira casa construída nesta Praia, foi a de propriedade do Sr. Tirite, o qual foi quem hospedou Chico Noca e toda sua família na sua chegada à Raposa. No início da década de 50, a população raposense habitava em umas 10 residências, com uma média de 60 moradores. Já em 1980, a população era mais de 5.000 habitantes com mais de 100 Unidades Domiciliares.

Com base nos dados fornecidos por Azevedo *et al* (1980) e Rodrigues (1998), os cearenses presentes em Raposa, à época em que foram feitas as suas pesquisas, eram oriundos de determinados municípios daquele Estado, tais como: Aracati, Acaraú, Camocim, São Gonçalo do Amarante, Pentecoste, Trairi e Paracuru, conforme ilustrado na figura 6:

**Figura 6:** Fluxo Migratório dos Cearenses para Raposa a partir dos anos 50



Organização: SILVA (2019). Fonte: Azevedo *et al* (1980) e Rodrigues (1998).

Os relatos adquiridos através das entrevistas, aliados com os dados bibliográficos, contribuíram para que se pudesse compreender como ocorreu o

processo de migração de cearenses para a Raposa, fato que ajudou a remontar a história das primeiras ocupações de tal território.

Desse modo, entrevistamos moradores de Raposa que pudessem compartilhar aquilo que sabem ou que ouviram falar a respeito. A Entrevistada 1<sup>24</sup> mencionou que possui parentesco com Chico Noca, lembrando aquilo que lhe contavam. Assim se coloca:

Essa fundação ela se deu com, tipo assim, um acontecimento muito triste lá no Ceará. *Duma* seca muito braba lá no Ceará nos anos 50 [...], ele (*o pai da Entrevistada 1*) disse que como a fome apertou demais, a sede, tudo, a seca terrível no Ceará, o meu avô saiu, né?! Juntamente com alguns outros pescadores, né?! Com outras pessoas pra em busca de sei lá, um meio de [...] sobreviver, aquela luta de sempre de sertanejo, né?! Da pessoa do sertão do Ceará, e aí ele encontrou aqui (*Raposa*). Quando ele chegou aqui, aí ele viu que a Terra era boa *pra* plantar, não tinha nada, nada, nada, era só mato, entendeu? E o marzão aqui que não era onde *tá* aqui; era muito mais lá... e aí muita riqueza de peixe. E aí o que acontece, vovô passou alguns tempos aqui, montou uma cabaninha, né?! De palha, e ficou, passou alguns dias, pescou, viu que o negócio era bom realmente. Volta pro Ceará, traz a família dele, convidou mais alguns outros pescadores que quisessem, que ele achou um local que tem riqueza de peixe e local pra viver, não tinha ninguém, era um local despovoado realmente, e aí foi que ele trouxe alguns outros cearenses.

Compreendemos, a partir do depoimento da Entrevistada 1, que houve uma migração forçada dos cearenses para a Praia de Raposa, devido à seca que atingiu aquele Estado na década de 1950. Puderam recomeçar a vida na Terra farta de recursos naturais, posteriormente com a vinda dos familiares. Também houve migrações de cearenses para outros Estados da região como apontam Costa e Seabra (2015, p. 63-64):

Em 1958, os estados do Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte foram atingidos por uma das mais violentas secas já ocorridas no Nordeste Brasileiro [...]. Ao final de 1958, o total de pessoas atingidas chegava a dois milhões de habitantes, o que levou cerca de duzentas mil pessoas, já sem alternativas, a migrarem para várias outras regiões brasileiras.

O depoimento seguinte foi obtido com Olga, promotora turística da empresa “Passeios Náuticos Carimã”. Ela declarou-se filha de cearenses, e trabalha no ramo do turismo em Raposa, mais especificamente desenvolvendo

---

<sup>24</sup>Moradora de Raposa proprietária de uma loja de renda de bilro e parenta do Chico Noca. Entrevista realizada em setembro de 2018.

passeios em uma agência de turismo que transporta pessoas para a Ilha de Cururupu.

A narrativa de Olga revela como era a paisagem à época em que seus pais chegaram em Raposa. Um espaço pouco habitado, com presença de animais que não são mais vistos com frequência em Raposa e feições ambientais preservadas:

Antigamente, muitos anos atrás, a Raposa não existia. Era lá do posto lá da barreira, da barreira pra lá. É como se fosse pra São Luís, que tinha alguns moradores e alguns metros, metros mesmo longe daqui da barra, aonde que tinha as dunas, tinha algumas casas que tinha alguns moradores, não existia a rua, não existia essa, nada disso aqui que você vê hoje em dia, nada. Então é quando os primeiros chegaram aqui, e o que encontraram muito na Praia da Raposa era o bicho guaxinim e o bicho raposa em si, tá?! Aí então essa colônia aqui é uma colônia de pescadores com cearense, é maranhense com cearense que mais moram aqui na Raposa [...]

O depoimento de Olga revela como era a paisagem característica de quando seus pais chegaram em Raposa, demonstrando que àquela época era comum visualizar espécies de animais que hoje estão praticamente extintas no município.

Outro depoente, o Entrevistado 2<sup>25</sup>, lembrou do que seu pai lhe contava a respeito da sua vinda para Raposa:

Rapaz, é [...] segundo meu pai contava que ele era antigo aqui, que ele veio do Ceará, numa costeira, vender sal. Ele veio em um barco de pano. Nesse tempo era a vela e não tinha motor, e veio vender sal. E aí, por coincidência, ele encostou aqui nessa Ilha. Aqui era uma Ilha, ele encostou na Ilha e se agradou. Tinha muito, tinha muita fartura, muita coisa. E aí voltou pra buscar os familiares dele no Ceará. (*A chegada dele*) foi muito sem querer, foi que nem Pedro Álvares Cabral. Não foi por acaso que ele descobriu o Brasil. Eu acho que ele num pegou o barco dele e disse: “olha isso aqui vai dá no Brasil”. Eu acho que não, eu acho que ele encostou *numa* ilha por acaso também, tá entendendo?! Gostou do lugar e se habitou, porque nesse tempo não tinha bússola, não tinha nada pra ele descrever.

A narrativa do Entrevistado 2 revelou que a migração dos cearenses para Raposa não ocorreu de modo homogêneo, e que em alguns casos, como o do seu pai, foi como uma *descoberta*; o entrevistado chega a comparar com o

---

<sup>25</sup>Morador de Raposa presente na Orla do município quando do ato da entrevista, em setembro de 2018.

feito de Pedro Álvares Cabral em relação ao Brasil, como conta a história oficial.

Azevedo *et al* (1980) discorre a respeito dos cearenses que trabalhavam utilizando curral, para a pesca, quando chegaram à Ilha do Maranhão. A Entrevistada 3<sup>26</sup> afirmou que:

Ah, isso aqui foi um grupo de cearenses que veio, que trabalhava com curral, que aqui antigamente o foco era, de trabalho era só de peixe mesmo, né?! Com curral, aí eles faziam lá no ponto final tinha um lugar que eles *dava* [...] *pra* pescar, né?! Aí devido isso é que eles se mudaram pra cá, e depois já vieram mais pessoas.

Vemos então que o surgimento da comunidade de Raposa ocorreu nos anos 1950, a partir do deslocamento empreendido pelos cearenses em busca de uma espécie de *terra prometida*, fugindo das problemáticas de cunho climático, da seca severa que atingia o Estado, como menciona Costa e Seabra (2015, p. 63) “foi só a partir do final do ano de 1958 que ocorreu a grande explosão populacional na Raposa, em decorrência de uma seca que mudou a vida e o destino de milhares de nordestinos: a Seca de 1958”. Os cearenses foram em busca de um lugar no qual pudessem viver, sobreviver e recomeçar a vida.

Desde seu surgimento, o município de Raposa ainda mantém através dos seus habitantes as práticas e memórias, através das narrativas e das habilidades conquistados entre gerações, sendo reproduzidos no *novo lugar*. A toponímia Raposa também é uma homenagem daquilo que foi percebido, vivido pelos pescadores, ajudando a contar parte da história desse município, sendo enfatizado na próxima seção.

## **2.2. A toponímia *Raposa*: questão de identidade**

A toponímia, conteúdo utilizado e trabalhado nas mais variadas ciências, incluindo a Geografia, tem por objetivo compreender a origem e a questão política dos nomes atribuídos aos lugares. Serve também, de acordo

---

<sup>26</sup>Moradora de Raposa funcionária de um boteco localizado em frente ao Porto do Braga. Entrevista realizada em setembro de 2018.



com Claval (2010), para a orientação, pois a partir do conhecimento do nome de um ponto de referência, o homem consegue se orientar e se localizar no lugar em questão.

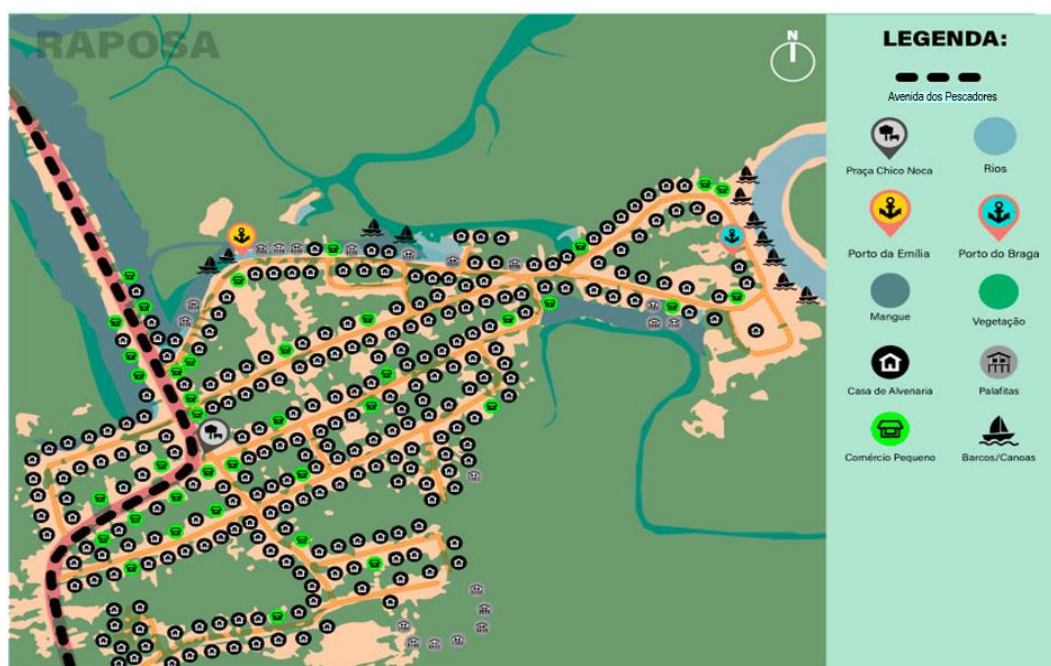
Corrêa (2003, p. 176) define a toponímia como:

[...] relevante marca cultural e expressa uma efetiva apropriação do espaço por um dado grupo cultural. É ainda um poderoso elemento identitário. A toponímia, em realidade, articula linguagem, política territorial e identidade.

Claval (2010) declara que a toponímia serve para a descrição, além de revelar a identidade do mundo e do lugar em que os grupos espaciais estão inseridos. Tais pontos escondem significações que lhes foram atribuídas, seja para uma praça, de uma rua, de um lago, um rio, etc., sendo assim uma maneira de materializar no espaço referências e identidades de uma comunidade.

Dentre os pontos toponímicos de Raposa privilegiados no trabalho em sua origem, história, identidade e significado são: o termo *Raposa*, a Praça Chico Noca, o Porto do Braga e o Porto da Emília, ilustrados na figura 7:

**Figura 7:** Pontos toponímicos privilegiados



Fonte: Organização de SILVA, 2019. Digitalização de Thomas Hewald, 2019.

A toponímia abrange o contexto histórico, social e cultural, sendo a origem densa de significados em dado período do tempo, vivenciado por determinados agentes espaciais. Nesse sentido, Vuolteenaho e Berg (2009, p. 8) mencionam que “the term “naming” is often taken to encompass all kinds of linguistic expressions that designate entities or occurrences in the phenomenal world”.<sup>27</sup>

Para Azaryahu (2009), quando se nomeiam ruas das cidades, há uma ligação com atos comemorativos do passado que remetem à identidade e ao poder, além de “provide the users of the city with spacial orientation”<sup>28</sup> (AZARYAHU, 2009, p. 53-54). Seguindo com o raciocínio do autor, a nomeação de ruas remete à identidade (local, regional e nacional); é também um ato simbólico que representa o passado; e também se relaciona às estruturas de poder e autoridade.

Nesse sentido, consideramos necessária a compreensão sobre a identidade, considerando também as informações dadas pelos entrevistados a respeito de outros pontos em Raposa. Nomes que homenageiam antigos agentes espaciais do município, histórico sobre a origem e o significado simbólico de logradouros do município. A saber, há uma estátua que remete ao imaginário do animal raposa e o símbolo que remete à imagem do município, o peixe, localizado nas proximidades da placa que anuncia a entrada de Raposa, ilustrado abaixo na figura 8:

---

<sup>27</sup> O termo “nomear” é geralmente usado para abranger todos os tipos de expressões linguísticas que designam entidades ou ocorrências no mundo fenomenal (Tradução do original).

<sup>28</sup> Prover aos usuários da cidade com orientação espacial (Tradução do original).

**Figura 8:** Estátua dos animais símbolos do município de Raposa



Fonte: autoria própria (2019)

Para Costa e Seabra (2015, p. 65), há três versões para a toponímia *Raposa*. A primeira ocorreu a partir de um depoimento dado pelo pescador Valdemar, conhecido como *Grandão*:

Os pescadores faziam “salga” da pescaria na praia, improvisando abrigos em cajueiros onde pernoitavam. No entanto, a presença constante das raposas (atraídas pela quantidade considerável de pássaros na localidade) que avançavam e comiam o pescado começou a preocupá-los, pois os mesmos não podiam sair para pescar deixando os peixes na salga, que as raposas os roubavam. Um dia apareceu uma raposa morta na beira da praia e, como os nativos acreditavam que onde morre uma raposa as outras não voltam mais, resolveram criar naquele local o Rancho<sup>29</sup> da Raposa.

Compreendemos que a primeira versão menciona a respeito de uma raposa encontrada morta na praia, sem envolver detalhes mais precisos que levam a construir a terceira versão.

Ainda tomando por referência as autoras supracitadas, a segunda versão “[...] é a de que a denominação Raposa seria resultado da alusão a um dos primeiros moradores do lugar: Maia Raposo” (COSTA e SEABRA, 2015, p. 65).

<sup>29</sup>Rancho: “casebre na beira da praia, onde o pescador guarda seus apetrechos e muitas vezes até mora”. REIS, J. R. S. **Carimã**. EdFUNC. São Luís, 2007.

A terceira versão dada pelas autoras diz respeito a uma raposa morta na praia, a partir daí nomearam o local como *Raposa*. Contudo, nesta terceira versão, a partir dos depoimentos adquiridos em campo, há assim novos direcionamentos, no sentido de que a raposa foi morta e / ou encontrada morta na praia.

Também questionamos os agentes espaciais sobre o conhecimento da toponímia *Raposa*. Para o Entrevistado 2, o nome do município faz referência ao animal raposa, em vasta abundância no lugar àquela época em que os cearenses chegaram. Ele ainda menciona a respeito da presença do animal raposa: “Rapaz, dizem os *antigo* que aqui tinha muita raposa. Raposa é um bicho que tem no mato que parece um cachorro [...]. Quando chegaram aqui, encontraram muito elas, aí *botaram* o nome Raposa aqui, que tinha bastante”.

Outro entrevistado, o Entrevistado 4<sup>30</sup>, mencionou que o local em que a raposa foi morta pelos pescadores se tornou um ponto de encontro e de referência entre os mesmos, local esse mencionado por Olga como a Ilha de Pucal. A raposa morta tornou-se um símbolo imaterial, que serviria para nomear a recente vila de pescadores cearenses. Assim o Entrevistado 4 menciona:

Raposa é que quando chegaram os primeiros moradores daqui era pescador. Era uma vila de pescador, e eles foram numa bela pescaria né?! E lá ficou nas dunas de Carimã, e lá eles mataram uma raposa, né?! Como não tinha referência na época, ele disse assim: rapaz, a gente vai amanhã que horas pescar, rapaz a gente vai sair às 4 horas da madrugada, a gente se encontra lá na Raposa, que era a onde a raposa *tava* morta, entendeu?! E quando [...] fundaram o lugar, e aí *botaram* o nome de Raposa, entendeu?! Aí ficou todo tempo com essa história. Aí pronto, batizaram como Raposa, aí ficou. Até que eu acho bacana esse nome, Raposa.

As entrevistas ajudaram a revelar que, apesar de haver múltiplos significados relacionados aos aspectos do animal raposa no modo como foi encontrada pelos pescadores, o que há em comum entre as narrativas obtidas é que a raposa se tornou uma referência, dando nome à comunidade dos pescadores e futuramente ao município.

O processo de deslocamento dos cearenses ocorreu em alguns casos com a ajuda dos primeiros pescadores que chegaram em Raposa. Costa e

---

<sup>30</sup>Morador de Raposa presente no referido boteco. Entrevista realizada em setembro de 2018.

Seabra (2015, p. 64), citam que “grande parte dos migrantes de Acaraú foi transportada para a Raposa na “biana”<sup>31</sup> de seu Chico Noca”.

O mesmo é bastante conhecido no município, que lhe rendeu uma homenagem toponímica, sendo essa uma praça, que de acordo com o Secretário de Cultura do município, Roberto Oliveira, foi inaugurado há 35 anos (1984), estando localizada na recém renomeada Avenida dos Pescadores<sup>32</sup>. Nesse sentido, buscamos compreender e instigar outras reflexões sobre determinados pontos toponímicos no município.

De acordo com Reis (2007), a Praça Chico Noca (figura 9) foi a primeira do município de Raposa. Mas antes do local ser uma praça e ser nomeado como Chico Noca (figura 10), a praça passou por mudanças ao longo dos anos, como será descrito abaixo.

Tais mudanças, como relata o autor (2007), ocorreu a partir da instalação de estrada com camada de piçarra em Raposa, sobrando um lote onde as crianças utilizavam para brincar. Nesse espaço, foi instalado um bar, construído por Antônio Maurício dos Santos – o *Carapeba*. Após certo tempo, a Praça foi demolida pela prefeitura de Paço do Lumiar, sendo ocupado por uma escola, pertencente ao referido município. Anos depois<sup>33</sup>, conforme prossegue Reis (2007), a escola foi demolida, dando lugar a uma nova praça, a Praça Chico Noca, que para o Secretário de Cultura de Raposa, Roberto Oliveira, foi inaugurado entre as gestões dos ex-prefeitos de Paço do Lumiar: Joaquim Aroso e Peixoto, ilustrado abaixo nas décadas de 1990 (figura 11) e 2000 (figura 12).

---

<sup>31</sup> “A biana é um tipo de embarcação maior que a canoa e pode ser também a vela e motorizada. Este tipo de embarcação corresponde a 21,6% da frota, sendo 16,4% motorizada e 5,2% a vela”. (FEITOSA, A. C.; TROVÃO, J. R. **Atlas Escolar do Maranhão: Espaço Geo-Histórico e Cultural**. Grafset. João Pessoa, 2006) (ref. 2002).

<sup>32</sup> De autoria do Vereador Wagner Fernandes Pereira Barbosa, o Projeto de Lei nº 027/2017 objetiva renomear a Avenida Principal de Raposa (MA 203) para que passe a ter nome próprio, qual seja “Avenida dos Pescadores”, em homenagem à atividade de pesca e todos aqueles diretamente ou indiretamente ligados à principal atividade econômica do nosso município. [...] Os membros da Comissão de Legislação, Administração, Obras Públicas e Redação Final votam pela aprovação do Projeto de Lei nº 027/ 2017, na forma aludida no voto do Relator (CÂMARA MUNICIPAL DE RAPOSA, 2017).

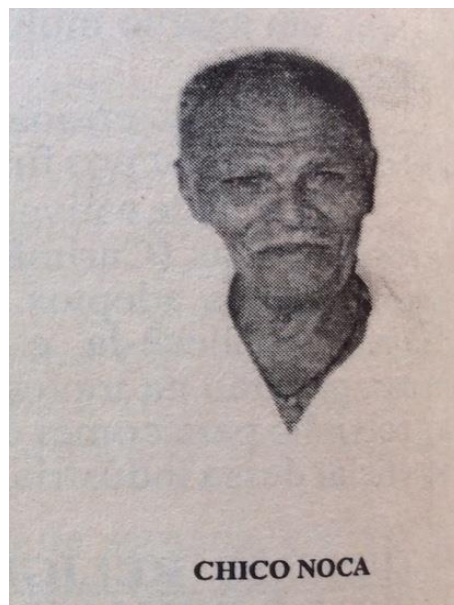
<sup>33</sup> O autor em questão não especifica quantos anos foram em exato.

**Figura 9:** Praça Chico Noca, Raposa



Fonte: autoria própria (2018)

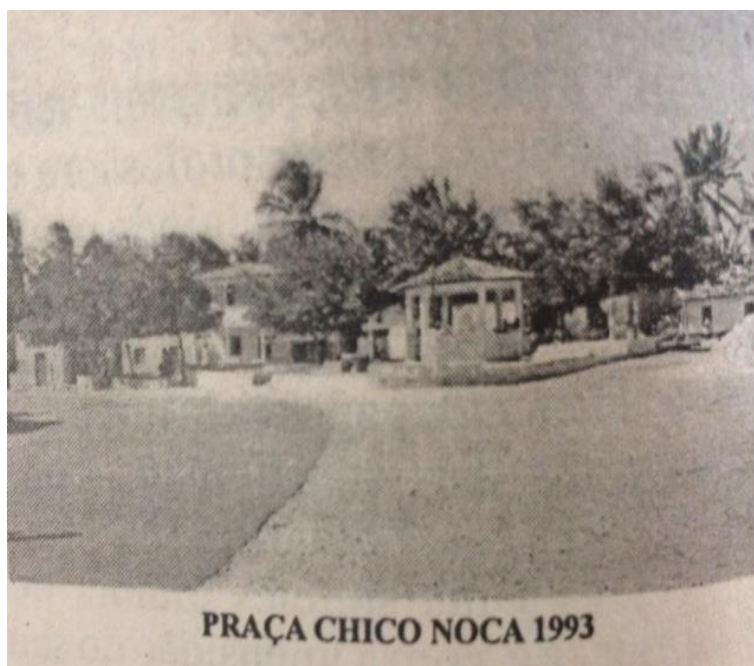
**Figura 10:** Chico Noca



Fonte: REIS, J. R. S. dos (2007)



**Figura 11:** Praça Chico Noca, anos 1990



Fonte: REIS, J. R. S. dos (2007)

**Figura 12:** Praça Chico Noca, anos 2000



Fonte: REIS, J. R. S. dos (2007)

Para entender mais a respeito da vontade popular em torno da nomeação da Praça como “Chico Noca”, realizamos entrevistas com moradores locais, dentre os quais, a já mencionada Entrevistada 1. Como

mencionado anteriormente, a mesma é parenta do referido homenageado, no qual possui uma loja de rendas no *Corredor das Rendas*.

Questionada a respeito da presença de outros elementos materiais e imateriais como homenagem a outros personagens da Raposa, a Entrevistada 1 relata:

Não, não tem nada disso... até a praça, que é a praça Chico Noca, não tem nada dele, que a gente queria até, eu tava até pensando em reivindicar isso *pra* autoridades aqui *pra* ver se fazem pelo menos isso, já que o nome dele, a praça é o nome dele, em homenagem a ele, devia fazer ao menos uma escultura, alguma coisa, fazendo um nome, só o nome *pra* representar, mas não tem, infelizmente, não tem nada [...]. Tem o Porto do Braga, que também é o nome de um outro pescador antigo, que fica lá [...] é muito bonito lá, é muito lindo, que é uma homenagem também ao senhor chamado Braga. O seu Braga, que foi um pescador muito antigo daqui, que já faleceu também, mas não tem nada dele, nem nome tem, nenhuma coisa.

A teoria de Corrêa (2007, p. 11) se reflete na fala da Entrevistada 1, no qual “a toponímia constitui uma forma simbólica que identifica um logradouro público, bairro, cidade, país ou forma da natureza, atribuindo-lhes um significado que pode valorizar ou estigmatizar o próprio objeto”. Nesse sentido, percebemos que, para a Entrevistada 1, a praça em si ainda não representa aquilo que Chico Noca trouxe de contribuição para o que é Raposa hoje, e que são necessários esforços conjuntos para que a homenagem de fato se (i)materialize naquele espaço.

Pelo fato de ter mencionado que a Praça Chico Noca apresenta indícios de que não representa por completo a história e a contribuição do seu avô para a comunidade, questionamos a Entrevistada 1 se ela ou alguém do município cobra ou já cobrou das autoridades competentes a concretização que representasse de fato o significado do mesmo:

Bem, eu queria fazer isso, não sei se vou fazer[...]. Quando a gente vai em busca de uma coisa, embora sabendo que é um direito. É um direito até por uma questão de respeito, eles já querem obter outras coisas e aí eu não vou fazer em nome disso. Ou você faz, ou você não faz; por questão de respeito, de consideração, pela cidade que tem uma história... [...]. Então, mas eu não sei se vou não, seria melhor se vocês fossem reivindicar, tipo assim, tu, ou outra pessoa, só por que se for eu, aí ela vai dizer: ah, é a neta, aí eles vem atrás, ah tu vota em mim, não quero votar em nenhum, só quero que seja respeitada a memória do meu avô, em nome dele, pelo que ele fez aqui pela cidade, e o que ele representa pra cá, mas é complicado, filho [...].



Compreendemos que, a partir da narrativa da Entrevistada 1, há uma necessidade de que haja esforços conjuntos para que símbolos (i)materiais presentes em Raposa venham a se consubstanciar de fato, na tentativa de cobrar do poder público maior cuidado com tais patrimônios que remetem à identidade do município.

Após visitas de observação na Praça Chico Noca, entrevistamos o Entrevistado 5<sup>34</sup>. Questionamos-lhe qual era seu posicionamento a respeito de Chico Noca e sobre a homenagem toponímica feita ao antigo pescador no município:

Com certeza! Alguém que descobriu a Raposa, que foi o Chico Noca. Foi o primeiro a chegar na Ilha aqui, nesse pedaço, então vale a pena levar o nome dele da Praça Chico Noca, né?! Ele residia aqui, e dos outros que chegaram junto com ele, tem o Cau. Tem uns e *outro* que *botaram* o nome *ni* rua. É bom. Uma coisa dessa fica bom, porque fica conhecido, porque a geração que vem, ela vai sabendo quem foi o Chico Noca, *pra* conhecer a história da cidade. O Chico Noca que foi o primeiro que chegou aqui na Raposa, fulano de tal, os *outro* que eu não sei te dizer o nome que não *tá* na cabeça, e aí as *geração* que *tá* vindo que aqui é tudo uma família. Quando ele veio, ele trouxe toda a turma do Ceará, do Acaraú, no Ceará e foi transformando e foi crescendo a família, a maior parte é tudo família. Então é importante a Raposa ter o nome das praças, dos *colégio*; que tem colégio que tem colégio aqui que tem nome de professor que já foi, que já morreu, que é o José França e uma e outras coisas que tem o nome do povo da Raposa, que ajudou a fundar a Raposa.

O Entrevistado 5 revela a importância em nomear logradouros do município com o nome dos antigos pescadores que ali chegaram, pois assim as futuras gerações terão conhecimento da importância dessas pessoas na construção da identidade raposense:

Então, aqui quase tudo na Raposa é botado o nome dos fundadores *dos morador* antigo da Raposa. E isso é bom porque a geração que vem, vai conhecendo quem foi. “Rapaz, quem foi o Mané Diano, de que família ele foi? Quem foi o Chico Noca?”. E aí vai levando, e *as* pessoa vai, os mais novinho vai levando.

Tomando como base a narrativa do Entrevistado 5, o mesmo relatou sobre a toponímia como um modo de exaltação à memória e à identidade. Na Geografia Cultural, a memória e a identidade, como representação, estão correlacionadas com o tempo e o espaço. O tempo está relacionado com a

---

<sup>34</sup>Morador de Raposa presente na Praça Chico Noca. Entrevista realizada em setembro de 2018.

época em que se desenrolou a historicidade dos fatos, tanto no passado, no presente e futuro, e o espaço, onde a ação se desenvolveu; simbolizado através de monumentos, materializando em tais espaços as memórias individuais e também coletivas. Sobre tal tema, afirma Johnson (2004, p. 317):

The transmission and translation of meaning across time and space is central both to the rituals of everyday life to the exceptional monuments of remembrance associated with birth, death, and other key events in personal and collective histories. Memory as recollection, re-membering, and re-representation is crucial in the mapping of significant historical moments and in the articulation of personal identity.<sup>35</sup>

Há, desse modo, há a necessidade de compreendermos a memória individual, “that which is practised within the neural networks of the individual”<sup>36</sup> (JONES; GARDE-HANSEN, 2012, p. 6), e a memória coletiva, “that which is strung between people, objects, texts, media and across time and space”<sup>37</sup> (JONES; GARDE-HANSEN, 2012, p. 6). Ao entrevistarmos os moradores locais de Raposa, os agentes espaciais mencionaram indiretamente questões relacionadas ao espaço habitado e ocupado, ao lugar enquanto reprodutor de antigas práticas e mantenedor de suas práticas territoriais-identitárias.

Dessa maneira, para Jones e Garde-Hansen (2012), a relação entre a Geografia e o estudo da memória (e suas práticas) atualmente está mais relacionada à questão das memórias individuais, pois a partir dessa, o homem cria uma relação com o espaço vivido, a partir de suas experiências, refletindo na construção de sua identidade, do vir a ser, nas vivências, em que “memory (of one kind or another) is then a fundamental (geographic) aspect of becoming,

---

<sup>35</sup>A transmissão e tradução de significado através do tempo e espaço é, ambos, central ao ritual da vida cotidiana aos monumentos excepcionais de lembrança associados com nascimento, morte, e outros eventos chave nas histórias pessoal e coletiva. A memória como re-coleção, relembração, e re-representação é crucial no mapeamento de momentos históricos significantes e na articulação da identidade pessoal (Tradução do original).

<sup>36</sup> No qual é praticado dentro de cadeias neurais do indivíduo (Tradução do original).

<sup>37</sup> No qual está amarrado entre pessoas, objetos, textos, mídia e através do tempo e espaço (Tradução do original).

intimately entwined with space, affect, emotion, imagination and identity”<sup>38</sup> (JONES; GARDE-HANSEN, 2012, p. 11).

A relação entre a Geografia e a identidade, para Le Bossé (2004, p. 158), ocorre através do interesse do geógrafo “pela identidade dos lugares e dos papéis que eles desempenham na formação de consciências individuais e coletivas”. Le Bossé (2004, p. 163) traz um direcionamento a respeito do conceito de identidade:

A identidade é uma construção social e histórica do “próprio” [do soi, do self] e do “outro”, entidades que, longe de serem congelados em uma permanência “essencial”, estão constante e reciprocamente engajadas e negociadas em relações de poder, de troca ou de confrontação mais ou menos disputáveis e disputadas que variam no tempo e no espaço.

Dentre uma das questões abordadas com o Entrevistado 2, questionamos-lhe a respeito da importância da representatividade toponímica, em se nomear o município e outros pontos da Raposa com o gentílico de antigos e primeiros moradores que ali chegaram:

Eu achava que sim [...]. Porque hoje a gente tem que, primeiro lugar: tem que se dar o valor ao lugar, porque quando se dar o valor ao lugar tem [...], pelo menos que botar um nome nos primeiros habitantes que veio pra cá com a rua. Que nem essa praça tem, né?! E outras coisas mais... por o nome de alguém. Porque São Luís todo tem o nome de alguém que veio em primeiro lugar logo lá *pra* São Luís. Principalmente no centro. E porque que aqui não pode ter? Eu acho que poderia ter.

Compreendemos que os depoimentos citados mencionam o significado das identidades territoriais, carregado de significações capazes de emanar identidade local entre os agentes espaciais, de pertencimento, através desses territórios simbólicos, no qual “as identidades se situam frente a ou a num espaço simbólico, social/ historicamente produzido” (HAESBAERT, 2013, p. 238).

Através das entrevistas com os moradores locais, tomamos conhecimento de outros pontos toponímicos que remetem aos primeiros pescadores que chegaram a Raposa. Além da Praça Chico Noca, estão o

---

<sup>38</sup>Memória (de um tipo ou de outro) é então um aspecto geográfico fundamental do vir a ser, intimamente entrelaçado com o espaço, afeição, emoção, imaginação e identidade (Tradução do original).

Porto do Braga e Porto da Emília. A saber sobre o conteúdo simbólico em discussão, Berg e Kearns (2009, p. 19) dizem que “names are part of both a symbolic and material order that provides normality and legitimacy to those who dominate the politics of (place) representations”<sup>39</sup>.

Desse modo, o já mencionado Entrevistado 5, relata sobre as toponímias de Raposa:

[...] [O porto] do Braga, tem o Porto da Emília, que também é uma personagem daqui fundadora da Raposa, que é aqui na Rua da Lama [...]. Tem o Porto do Veloso, aqui tudo era porto, quando eles vieram pra Raposa, eles criaram os porto. [...] Aí foi que botaram, Porto do Veloso, é o Porto do Braga, que ele foi morador de lá, é o Porto da Emília e uns e outro porto que tem por aí [...].

A partir da fala do Entrevistado 5, foi possível assim tomarmos conhecimento de outros pontos toponímicos que remetem aos antigos moradores de Raposa, como o Porto do Braga e o Porto da Emília. Azaryahu (2009, p. 54) menciona que “when used for commemorative purposes, street names and the version of the past they introduce into the public sphere belong to the symbolic makeup of local and national identity”<sup>40</sup>. Tal sentido simbólico empregado por Azaryahu ao se nomear ruas, cidades e outros pontos dessas localidades é que através desse ato há também outros elementos imateriais relacionados à emoção, ao vínculo, ao poder e da sua detenção.

Dentre as toponímias que fazem referência aos primeiros pescadores da Raposa, inclui-se o Porto do Braga, ilustrado na figura 13. É o porto mais estruturado de Raposa. Possui bares, lanchonetes e serviços, como lojas voltadas para atender os pescadores, além de uma passarela adjunta ao rio. É um dos pontos visitados por turistas que passeiam pelo município.

---

<sup>39</sup> Nomes são parte de uma ordem simbólica e material que proporciona normalidade e legitimidade àqueles que dominam a política de representações do lugar (Tradução do original).

<sup>40</sup> Quando usado para fins comemorativos, nomes de ruas e a versão do passado, eles apresentam a esfera pública pertence à composição simbólica da identidade local e nacional (Tradução do original).

**Figura 13:** Porto do Braga

Fonte: autoria própria (2018)

De acordo com a entrevista realizada com a Entrevistada 3, o Braga foi um dos primeiros pescadores, vindo do Ceará, que chegaram à Raposa:

Ele também é um dos antigos personagens daqui, morador daqui, foi um dos primeiros que veio. Ele faleceu [...] foi o mais recente, foi o que faleceu, um ano e meio, dois anos, é o Seu Braga. Lá no final, também a família dele toda aqui é grande, é espalhada a família dele [...].

Apesar de haver a presença de pescadores no Porto do Braga e na Feira dos Pescadores, há uma diferença na dinâmica. Na Feira dos Pescadores há um fluxo mais constante de pessoas e o movimento intenso ocorre ao longo do dia. Já no Porto do Braga, os barcos ficam ancorados e os pescadores ficam reunidos nos coretos, fazendo ajustes nas redes de pesca ou simplesmente conversando.

Ainda sobre a história do referido porto, o Entrevistado 6<sup>41</sup>, presente no boteco próximo ao Porto do Braga, mencionou que o mesmo é bem antigo, em torno de 35 anos. Contudo, de acordo com o Secretário de Cultura, Roberto Oliveira, o porto foi inaugurado com “mais ou menos 15 anos” (2004) e reformado em 2017 – os coretos e o píer. Para o referido secretário, Braga é “o dono das terras – o Sr. Raimundo Braga, familiares que até hoje moram lá. Ele

---

<sup>41</sup>Morador de Raposa presente no referido boteco. Entrevista realizada em setembro de 2018.

foi um dos pioneiros do município [...] era cearense. Uma parte (*das terras*) ele doou e a outra ele foi negociando”.

Outro ponto toponímico pesquisado, que remete a antigos moradores da Raposa foi o Porto da Emília. Tal porto localiza-se na Rua da Lama, não muito distante do Porto do Braga. Nessa rua estreita, estão assentadas muitas casas de palafita, de madeira, aterrados sobre o mangue, além de casas de alvenaria, pequenos comércios, como bares, conforme ilustrado na figura 14:

**Figura 14:** Porto da Emília



Fonte: autoria própria (2018)

Para Costa e Seabra (2015), o Porto da Emília é considerado como o “cemitério dos barcos”. Ainda de acordo com as referidas autoras (2015, p. 70), “o barco considerado velho demais para a pesca é lá abandonado, onde fica encostado, deteriorando-se (*sic*). É comum verem-se (*sic*) dezenas de barcos nessas condições no local”.

No sentido de compreendermos quem foi a Emília, o Entrevistado 7<sup>42</sup>, que mora em uma casa nas proximidades, afirma que: “Conheci ela aqui de

---

<sup>42</sup> Morador de Raposa nas proximidades do Porto da Emília. Entrevista realizada em setembro de 2018.

muitos anos, no tempo em que eu ainda era *rapazinho* novo assim. Ela morava bem perto de mim aí, aí ela pegou e morreu, aí *botaram* [...] Porto da Emília”.

O Entrevistado 7, que se declarou cearense, afirma que a Emília era oriunda da baixada maranhense, em que: “Ah, aí eles são lá de Cururupu, *pra* lá, Porto Rico, essas praias lá de baixo [...] Ela é do interior do Maranhão [...]eu sou lá do Acaraú [...] ela é maranhense legítima mesmo”.

Compreendemos que a toponímia não é somente um nome inscrito em uma placa servindo de orientação ou de identificação de uma rua, praça, que se diferencia das demais. A toponímia é uma forma de linguagem espacial, que descreve as memórias de antigos agentes espaciais, de fatos que marcaram tal comunidade; é um processo de trabalho da imaginação, do reconectar-se ao passado, de vínculos que ali foram estabelecidos individualmente ou coletivamente, permitindo ao homem o poder do conhecimento do seu mundo, diferenciando-se de outros espaços, que, de algum modo podem estar ligados socioeconomicamente, mas que as singularidades, do ponto de vista cultural, ganham forma e imagem através das narrativas que ajudam a criar a paisagem cultural, expressando assim o sentimento de pertencimento e de vínculo, que liga ao homem ao seu território.

### **2.3. Raposa: organização espacial e geossimbolismo de territórios e territorialidades**

#### **2.3.1. Sobre a noção de organização do espaço**

A organização do espaço remete, inicialmente, à questão espacial da forma como o espaço foi se estruturando ao longo do tempo. O espaço, na Geografia, revela práticas cotidianas através de manifestações sociais e culturais e de como agentes espaciais se apropriam e imprimem significado a esse espaço.

Para Corrêa (2003), a organização do espaço tem a ver com a dinâmica da sociedade, esta sob análise das mais variadas ciências, cabendo à Geografia o entendimento do “espaço do homem” (CORRÊA, 2003, p. 52). Esse espaço é constantemente modificado a partir da transformação da

natureza em equipamentos urbano-rurais, criando assim uma nova configuração, aumentando o fluxo e a integração de pessoas e mercadorias.

A organização do espaço se reflete nos objetos criados pelo homem, estando dispostos na forma de rodovias, transporte, serviços básicos como água, luz, saneamento, habitação, isto é, as formas que estabelecem o homem no espaço e o fazem se conectar com outros espaços, economicamente, socialmente, culturalmente.

A organização do espaço ocorre pela compreensão da relação entre o(s) homem(ns) com o espaço habitado e ocupado, em múltiplas formas e dimensões de uso desse espaço ao longo do tempo e em constante mutação. Abrangendo não só esse espaço, mas todos aqueles em que as escalas espaciais estão relacionadas socialmente, economicamente ou culturalmente, havendo assim o movimento de pessoas, mercadorias, ideias e conhecimentos.

Como mencionamos, as formas de organização do espaço estão em constante modificação, evidenciando muitas vezes as desigualdades, as contradições, no qual grupos contrários ao projeto de organização excludente dos espaços urbanos ou rurais organizam-se para se contrapor perante tais imposições de tal agenda socioeconômica.

De acordo com Corrêa (2011), a organização do espaço é múltipla. É múltipla no sentido de como que o espaço é utilizado pelo homem, em suas variadas formas, seja econômica, política ou culturalmente. Esse espaço é dinâmico, fluido, cabendo ao geógrafo compreender os usos do espaço, bem como os seus potenciais capazes de ensejar outras realidades espaciais.

O conceito de organização do espaço é definido por Corrêa (2011, p. 7), como:

O conjunto de formas (campos, fábricas, caminhos, casas, etc.) e interações envolvendo pessoas, mercadorias, informação e capital, dispostos espacialmente. As formas e interações espaciais respondem a uma lógica que as tornam funcionais à sociedade que vive nessa organização espacial.



A compreensão da dinâmica da organização do espaço também ocorre através da análise da paisagem cultural, conforme menciona Corrêa (2011, p. 9):

A paisagem cultural, parte integrante da organização do espaço pois exhibe o conjunto das formas, que esta contém e na qual está contida, tem sido objeto de enorme atenção pelos geógrafos. Na perspectiva saueriana, que inclui a visão abrangente de cultura, a paisagem é analisada considerando-se a sua gênese e morfologia. Na perspectiva alicerçada na visão da cultura como significados, a paisagem é analisada procurando-se as múltiplas interpretações que os diferentes grupos sociais criaram. Fala-se em iconografia da paisagem.

Nesse sentido, Cosgrove (1998, p. 13) menciona que “landscape is not merely the world we see, it is a construction, a composition of that world. Landscape is a way of seeing the world”<sup>43</sup>. A paisagem também é entendida enquanto elemento simbólico e de representação por Wylie (2007, p. 96), no qual “landscape suggests a vernacular “people’s” history of cultural use, value and transformation [...]”<sup>44</sup>. A representação, citado por Wylie, é vista por Hall (1997, p. 4) como modo de linguagem que expressa ideias, o modo de ver o mundo do homem:

They are “systems of representation”. Essentially, we can say that all these practices “work like languages”, not because they are all written or spoken (they are not), but because they all use some element to stand for or represent what we want to say, to express or communicate a thought, concept, idea or feeling<sup>45</sup>.

Assim, a paisagem não pode ser reduzida somente ao que o nosso olhar alcança. Entender a paisagem requer interpretação nas suas variadas formas e em diferentes escalas espaço-temporais. Ao compreendermos os elementos simbólicos de Raposa, além da sua organização visível, leva ao entendimento de como as (i)materialidades ali presentes têm se constituído

---

<sup>43</sup> Paisagem não é somente o mundo no qual o vemos, é uma construção, uma composição daquele mundo. Paisagem é o modo como vemos o mundo (Tradução do original).

<sup>44</sup> A paisagem sugere uma história vernacular das pessoas do uso cultural, valor e transformação (Tradução do original).

<sup>45</sup> Eles são “sistemas de representações”. Essencialmente, nós podemos dizer que todas essas práticas “trabalham como linguagens”, não por que eles são escritos ou falados (eles não são), mas por que eles todos usam algum elemento para significar ou representar o que nós queremos dizer, expressar ou comunicar um pensamento, conceito, ideia ou sentimento (Tradução do original).

socialmente, a partir da visão daqueles que constroem a paisagem cultural, dando significado, através das suas existências enquanto seres pertencentes aquele mundo real e imaginado, advindo de experiências e saberes adquiridos ao longo do tempo.

Portanto, a organização do espaço e as formas nas quais se manifesta são amplas, abrangendo uma série de aspectos que envolve a maneira como os homens interagem com o espaço em que estão inseridos. Dentre esses elementos de interação entre homem e o espaço, há razões econômicas, políticas, tecnológicas e culturais.

### **2.3.2. A organização do espaço de Raposa**

Richard Morrill (1970), em sua obra *The Spatial Organization of Society*, oportuniza ao leitor um conjunto de elementos que contribuem para o entendimento sobre a organização do espaço: a localização, as condições ambientais (clima, solos e vegetação), condições naturais, distância e processos migratórios. Tais condições, a partir da visão do autor, foram analisadas tomando como referência o campo empírico em tela.

A localização, para Morrill (1970), é determinante para saber se os homens poderão organizar o espaço de acordo com suas visões de mundo. A localização do espaço irá dizer se é possível acomodar certas culturas a esse espaço, no que tange o uso da terra, as condições naturais e ambientais, se é possível ligar esse espaço com outros, dinamizando a economia e a sociedade local, através do transporte de pessoas e mercadorias. A localização também pode ser um empecilho para a organização do espaço, sendo os fatores naturais e ambientais, como clima, solo, vegetação, os maiores entraves ao desenvolvimento espacial.

O clima, os solos e a vegetação, para Morrill (1970, p. 10) “is most often used to explain development”<sup>46</sup>. Como exemplo, em determinadas regiões do mundo há um déficit na produção de alimentos, justamente pela escassez de recursos naturais, como água imprópria e solos improdutivos, o que dificulta o cultivo de alimentos. Temperatura e precipitação também são fatores

---

<sup>46</sup>É mais frequentemente usado em explicar o desenvolvimento (Tradução do original).

determinantes. O clima similar entre a Raposa e o Norte do Ceará, porém com maior abundância de chuvas, foi um dos fatores que motivaram a vinda dos cearenses para o município, como afirma Costa e Seabra (2015, p. 75-76):

Não importa a hora, a chegada das primeiras chuvas na Raposa é um fenômeno de alegria: simboliza esperanças, as quais se multiplicaram em ansiedades, com pensamentos positivos para o início de uma nova era, ou, pelo menos, uma boa estação chuvosa, período que se espera maior abundância de pescado [...]. A chegada da chuva na Raposa representa o inverso de situações adversas, pelas quais a grande maioria dos migrantes nordestinos passou até encontrar esse local que, mesmo com seus estorvos, ficou na memória como a *terra prometida*.

Em relação aos recursos naturais, Morrill (1970, p. 11-12) menciona que “those parts of nature that man perceives may help satisfy his needs and desires are called natural resources”<sup>47</sup>.

Para se explorar as potencialidades naturais locais, é necessário a expertise humana, através de técnicas e de capital para implementar tais técnicas. Em Raposa, dada a fartura de recursos naturais à época em que os primeiros pescadores migraram, foi possível (re)produzir naquele espaço os seus modos de vida no qual levavam no Ceará.

A distância, para Morrill (1970), pode acarretar em problemas econômicos e sociais, contornados através do transporte, ligando lugares e pessoas. Conforme as entrevistas desenvolvidas em campo, muitos pescadores que chegaram em Raposa não escolheram exatamente esse destino. À época, a comunicação ainda era um empecilho. Voltaram ao Ceará e trouxeram seus familiares próximos. O trajeto Ceará-Raposa tornou-se assim uma nova rota, na esperança de dias melhores no trabalho e sustento das famílias. Nesse sentido, Costa e Seabra (2015, p. 70) afirmam que:

Segundo Zé Maria Peba, o primeiro carpinteiro de Raposa foi o Sr. Francisco (Chico Olhinho). Foi ele quem fez a primeira embarcação, hoje um importante dado histórico, por ter sido, ela, usada por Chico Noca para buscar seus conterrâneos em Acaraú.

---

<sup>47</sup> Aquelas partes da natureza que o homem percebe podem ajudar a satisfazer suas necessidades e desejos são chamados de recursos naturais (Tradução do original).

Outro referencial de Morrill, a respeito de processos migratórios, reflete na narrativa das autoras supracitadas, a respeito da embarcação enquanto elemento de migração e sobrevivência, há diversas razões pelas quais o homem se movimenta no espaço, podendo ser temporário ou definitivo. Em Raposa houve uma intensa migração permanente, e nesse quesito, o autor afirma que um dos motivos que levam a migração permanente se dá por “political necessity or force”<sup>48</sup> (MORRILL, 1970, p. 136).

Morrill (1970) afirma que quando se migra de modo permanente, as pessoas buscam por novas oportunidades, e levam consigo seus saberes e conhecimentos de vida, bem como se destaca: “migration is the principal mechanism for spreading technology, language, customs, and most other social behavior”<sup>49</sup> (MORRILL, 1970, p. 140-141).

Em Raposa, os pescadores cearenses trouxeram consigo um novo modo de ocupar o espaço, através de seus costumes e sua própria tecnologia, a da pesca com curral, como menciona Costa e Seabra (2015). Para esse tipo de migração, Morrill (1970, p. 142) menciona a “non urban opportunities”, em que pessoas migram entre regiões pobres ou rurais na busca por mais oportunidades no meio rural e na agricultura.

Tomando como referencial Corrêa (2011), o autor relata que a organização do espaço é “multidimensional”. Nesse sentido, Corrêa (2011, p. 8) menciona sobre a dimensão econômica, em que “manifesta-se na diferenciada distribuição espacial das formas e interações espaciais vinculadas à produção, circulação e consumo”, que, em Raposa, a própria renda, a pesca, o comércio e serviços dinamizam a economia do município, ao mesmo tempo em que tais atividades econômicas estão ligadas simbolicamente e (i)materialmente com a comunidade em estudo.

Já em relação à dimensão política, Corrêa (2011, p. 9) relata que “se constitui em uma arena na qual contradições, conflitos, negociações e transgressões se realizam”. Nessa dimensão, ao se trabalhar nesse item da política da organização espacial relacionado para Raposa, está voltado ao entendimento da organização e funcionalidade da associação das rendeiras, da

---

<sup>48</sup> Necessidade política ou força (Tradução do original).

<sup>49</sup> A migração é o principal mecanismo em espalhar tecnologia, linguagem, costumes e outros tipos de comportamento social (Tradução do original).

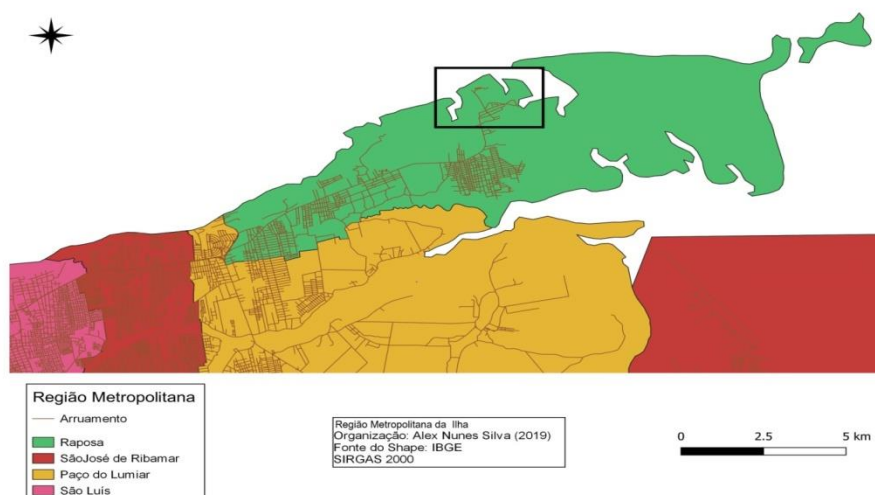
colônia de pescadores com os agentes espaciais. Esses espaços representam a materialização fixa de tradições que os acompanham durante anos.

As dimensões simbólicas estão impressas na paisagem de Raposa no formato de praças, que homenageiam os antigos moradores além de fundadores do município, e é através da narrativa das pessoas próximas ou de conhecidos, que essa imaterialidade ainda se faz presente, sendo as narrativas não apenas palavras, mas também ressaltando a importância deles enquanto uma comunidade que possui suas próprias particularidades.

A organização do espaço aqui também abrange as formas simbólicas. Estas estão (i)materializadas na paisagem, servindo de encontro para celebrações, adorações e manifestações culturais de reverência pelos agentes espaciais que ali marcaram esses espaços simbolicamente, como: igrejas, templos, palácios, dentre outros. Tais formas simbólicas espaciais também são os espaços onde a vida se reproduz em seu cotidiano: é o espaço da representatividade do dia-a-dia, onde os agentes espaciais manifestam seus saberes e suas crenças.

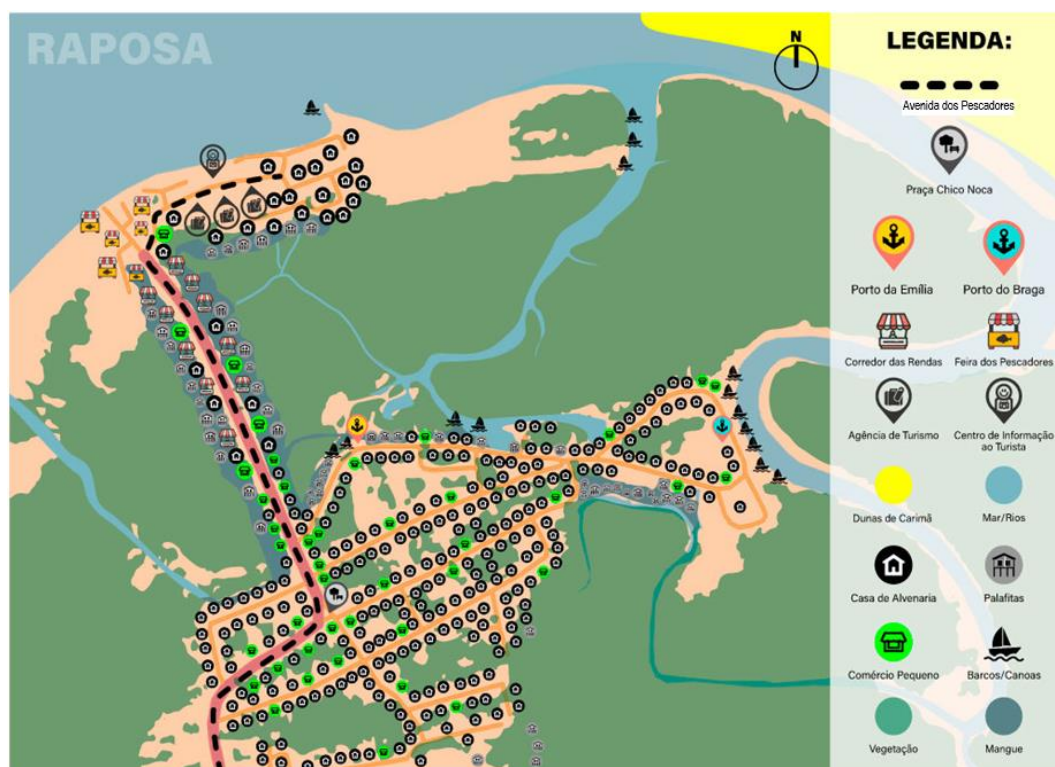
Desse modo, enfatizaremos nos próximos tópicos as seguintes formas simbólicas do espaço de Raposa com o intuito de interpretar sua organização espacial: a pesca e o pescador; a renda e a rendeira e o turismo e o turista no espaço, privilegiando a área central de Raposa, conforme ilustrado abaixo nas figuras 15 e 16:

**Figura 15:** Região Metropolitana da Ilha



Fonte: autoria própria (2019)

**Figura 16:** Área Central de Raposa



Fonte: Organização de SILVA (2019). Digitalizado por Thomas Hewald (2019)

Nesta região central do município concentram-se a Colônia de Pescadores, a Associação das Rendeiras, a Feira dos Pescadores, as Agências de Turismo, além dos agentes espaciais pesquisados: pescadores, rendeiras e turistas, no qual vivem e trabalham em suas territorialidades da identidade e do cotidiano, no qual serão abordados a seguir.

### 2.3.2.1. A Pesca e o Pescador no Espaço

A atividade da pesca em Raposa é uma herança cultural trazida pelos cearenses. Àquela época, teve como principais nomes Chico Noca, Zé Baiaco, Antônio Martins, que trouxeram consigo seus familiares, tendo tais lembranças vivas ainda na memória daqueles que vivem em Raposa.

Silva *et al* (2007) destacam as problemáticas enfrentadas pelos cearenses no século XX. Ocorreu, no início daquele século, um intenso fluxo migratório de cearenses do interior para o litoral, fugindo da seca ou expulsos pelo latifúndio, que de acordo com os autores supracitados (2007, p. 270),

ocorreu um “quadro territorial marcado pelo latifúndio, cujos proprietários recorriam, corriqueiramente, à violência para garantir a propriedade”.

Ainda no século XX, nos anos 1950, como mencionado, ocorreu uma intensa migração de cearenses para outros Estados. No Maranhão, destaca-se o então vilarejo de Raposa. É importante destacar que Silva *et al* (2007) menciona sobre o pescador artesanal que domina as técnicas de pesca para seu próprio consumo do pescado e também para o mercado consumidor, no qual era observado no Ceará atividades econômicas voltadas para a exploração da pesca. Em Raposa, as técnicas utilizadas pelos pescadores, de acordo com Costa e Seabra (2015), eram rudimentares, fazendo-se uso de currais.

Em meio aos conflitos no Ceará, ocorreram movimentos de resistência. Tal resistência:

Passam pela organização das comunidades de pescadores em movimentos de luta pela terra. Trata-se do pescador batendo-se em terra para garantir sua permanência enquanto tal: pescador e habitante das praias (SILVA *et al*, 2007, p. 276).

Desse modo, como afirma Silva *et al* (2007), a vida do pescador cearense do século XX era de luta pela terra e pela sua permanência na mesma. Essa terra, que era o espaço de (re)produção da vida, do trabalho e do cotidiano, tornou-se o espaço dos conflitos, da fuga, causando assim a busca por outras terras em que os cearenses pudessem (re)começar a vida.

Raposa atualmente possui forte influência do pescador. Percebemos tal fato ao se adentrar na renomeada Avenida dos Pescadores de Raposa, não somente uma dinâmica voltada para a pesca, mas também com há o setor de habitação, escolas, comércio e serviços, além do próprio *Corredor das Rendas*. Silva (2009, p. 52), constatou que em Raposa é “predominantemente pescadores entre os chefes de família”. Ainda para o referido autor:

No centro, os pescadores representam 36,67%, seguido por outros serviços (26,67%) - esse item congrega pedreiros, carpinteiros, encanadores, zeladores, vigia, diaristas, rendeiras, artesão, dentre outros; em menor número estão os empregados domésticos com 3,33% (SILVA, 2009, p. 52-53).

Ao longo da Avenida dos Pescadores, se visualizam símbolos que fazem referência à imagem do pescador do município, como a Colônia de Pescadores e a Feira dos Pescadores, no qual serão enfatizados. Na referida Avenida, além das rendeiras, é possível visualizar os pescadores na porta de suas casas, trabalhando em duplas ou em trio no ajuste das redes de pesca para uma próxima pescaria, tendo maior presença e dinâmica na Feira dos Pescadores, ilustrado na figura 17.

A Colônia de Pescadores Z-53 tem sua fachada destoada das demais construções ao redor da mesma, como ilustrado na figura 18. A sede internamente é organizada, oferece atendimento aos usuários por meio de senhas, sendo esses pescadores e marisqueiras. Diariamente, muitos associados da Colônia de Pescadores procuram a sede em busca de apoio e prestação de serviços para os mesmos, no qual serão mencionados.

**Figura 17:** Feira de Pescadores



Fonte: autoria própria (2018)



**Figura 18:** Colônia de Pescadores Z-53

Fonte: autoria própria (2019)

De acordo com dados obtidos através de uma ata registrada em cartório de Paço do Lumiar (1997, 2015), cedida por Luan, funcionário da Colônia de Pescadores, a Colônia de Pescadores Z-53 de Raposa teve sua fundação em 26 de agosto de 1997, demonstrado abaixo na figura 19. Tal colônia foi inaugurada após o desmembramento do município de Paço do Lumiar, sendo que nesse município havia também uma colônia de pescadores, Z12, sendo fechado e dando lugar a uma nova colônia em Raposa.

**Figura 19:** Colônia dos pescadores nos anos 1990

Fonte: Colônia de Pescadores (2018)

Em entrevista realizada com Luan, funcionário da Colônia, este informou que “a Colônia tem todo esse teor de representatividade”. A representatividade que Luan menciona ocorre através dos serviços prestados pela Colônia para aqueles que são associados, nesse caso, os pescadores; da parceria com o Governo Federal, que, nas palavras dele “a gente serve como um comunicador do pescador em relação com os órgãos federais”.

A representatividade também está presente no modo como os colonos se declaram pescadores, que são de diferentes maneiras, no qual os mesmos possam requerer os serviços prestados pela Colônia. De acordo com Luan, o pescador “tem que se declarar, e ela tem que exercer essa profissão [...]. A pessoa precisa de provas que certifique que ele é pescador, então a gente tem várias provas que a pessoa pode se autodeclarar como pescador”.

Tais meios em que a Colônia tenta identificar uma pessoa como pescador, é que o mesmo considera “Raposa ainda como uma cidade pequena, onde todos se conhecem”. Muitas famílias possuem algum membro pescador, sendo assim de fácil resolução. Além disso, de acordo com Luan:

Antes de se colonizar, a gente faz uma declaração, a pessoa se identificando como pescador, e que não mantém vínculo empregatício em lugar, e que exerce sua profissão como meio de vida. Aí a gente pede pra elas assinarem, colocar testemunhas que pesquem com ela, e ela reconheça em cartório; após fazer isso é que a gente pode se precaver um pouco com relação a isso.

Dentre os serviços prestados pela Colônia, há o salário materno, o auxílio doença e a aposentadoria. Assim Luan afirma:

A pessoa que é contribuinte sendo pescador que é colonizado, a mulher ela tem direito ao salário materno, ao auxílio doença e aposentadoria -isso é o benefício que o INSS dá para essas pessoas que são colonizadas. Independente de ser colonizado ou não, o pescador ele tem direito ao INSS. Só que ao apresentar uma contribuição ao sindicato ou a uma colônia, isso reforça a questão da prática dessa profissão, então basicamente os benefícios são esses: salário materno, auxílio doença e aposentadoria. *Pra* mulher, acrescenta essa questão do salário materno, *pro* homem só o auxílio doença e aposentadoria.

Ainda de acordo com o funcionário supracitado, para que os pescadores obtenham os serviços prestados pela Colônia, é necessário que os mesmos paguem uma taxa mensal, no qual é emitido um comprovante de

pagamento, para que a própria colônia em si funcione, no pagamento das taxas de água, luz e dos funcionários.

Além disso, com um ano de contribuição, os colonos podem requerer o auxílio doença. Em relação à aposentadoria, da mulher ocorre aos 55 anos de idade, com 15 anos de contribuição; já o homem se aposenta aos 60 anos de idade, com o mesmo período de contribuição das mulheres.

É importante ressaltar, nesse ponto, que o dinheiro da contribuição que engloba a aposentadoria não é repassado ao INSS, uma vez que, de acordo com o funcionário citado:

[...] Agricultor, pescador, é uma classe especial; porém, ao ele pagar um sindicato ou uma colônia, ele reforça a sua identificação como pescador, aí quando eles requerem esses benefícios, a gente dá a declaração do período em que ele contribuiu, [...] quais os materiais que eles usam para ser exercido a profissão, então isso o INSS leva muito em conta.

Em relação às problemáticas enfrentadas pela Colônia, Luan relata que a cada mudança de gestão no Governo Federal, há demora na concessão dos benefícios para os colonos, em que “poderia ser concedido em dois meses, ou quatro meses, ele passa de sete meses a um ano pra ser concedido”. Além disso, há a questão da inadimplência, no qual nem todo dia há uma boa pescaria. O dinheiro recebido pelos pescadores varia de acordo com o dia e se houve pesca e venda do pescado, mas há compensação salarial quando ocorre o período do defeso.

Com o intuito de conhecer um pouco mais da relação entre os colonos com a Colônia, realizamos entrevistas com alguns colonos associados. Muitos usuários que utilizam os serviços da Colônia são do sexo feminino, que se declaram como marisqueiras, fato esse ressaltado pelo funcionário supracitado<sup>50</sup>: “A maioria é mulher. [...] Estima-se que cerca de 75% dos colonizados é mulher”. Outras são esposas de pescadores; na maioria dos casos os estão acompanhando, junto aos filhos, ou tem algum outro tipo de relação parental, como maternal.

---

<sup>50</sup> Não há dados oficiais disponíveis na Colônia.

A Entrevistada 8<sup>51</sup> relatou que procura por “seguro (defeso), antes tinha dentista [...], agora não tem mais [...]”. A Colônia é importante para ela no sentido de que quando o colono adocece, os mesmos recebem uma quantia em espécie por três meses, ou encaminham para o INSS, em que a Colônia organiza toda a documentação para que os colonos sejam atendidos. A Colônia, para a Entrevistada 8, reforça sua identidade enquanto marisqueira, pois “se não tivesse ela, não tinha como ter reconhecimento da profissão”.

A Entrevistada 9<sup>52</sup> mencionou que possui interesse naquilo que trata da sua aposentadoria como pescadora mesmo que ainda faltem 30 anos. Ela reconhece que, como Raposa é movida pela pesca, daí a importância da Colônia para os pescadores. A Colônia, para a Entrevistada 9, ajuda os pescadores “no seguro defeso, quando tá no período do seguro defeso, sou uma segurada especial do INSS”, reforçando assim sua ligação com a Colônia.

Já o Entrevistado 10<sup>53</sup>, pescador aposentado, mencionou que “como eu *tava* com tratamento de câncer, eles têm me auxiliado muito, auxílio doença”. Ele reconhece que a Colônia é muito importante para Raposa, e faz uma crítica aos pescadores que, apesar de estarem recebendo o auxílio de seguro defeso, continuam pescando quando não podem:

Olha, o que eu vejo é como morador daqui há mais de 35 anos, é que tem que haver uma fiscalização [...]. O mangue, ele é berçário de todo peixe, né?! Além da fiscalização, a Colônia tem que manter mais uma severa fiscalização sobre a questão do defeso [...] e consciência dos *pescador*.

Para alguns pescadores entrevistados no centro de Raposa, percebemos que há certa falta de apoio e representatividade por parte da Colônia. Por mês, os pescadores mencionaram que pagam entre R\$ 12 e R\$ 12,50 da taxa de associação à Colônia. O Entrevistado 11<sup>54</sup> mencionou:

A gente procura ver quando a gente adocece *pra* se encostar pra receber alguma coisa, mas não tem nada, um auxílio. Até quando um barco *tá* no prego aí fora a

---

<sup>51</sup> Marisqueira e associada da Colônia de Pescadores de Raposa. Entrevista realizada em abril de 2019.

<sup>52</sup> Pescadora e associada da Colônia de Pescadores de Raposa. Entrevista realizada em abril de 2019.

<sup>53</sup> Pescador aposentado e associado da Colônia de Pescadores. Entrevista realizada em abril de 2019.

<sup>54</sup> Pescador de Raposa presente no Centro de Raposa. Entrevista realizada em junho de 2019.

gente vai correr em cima lá [...]. Se um barco pregar são os próprios *mesmo* que ajudam os outros. Se cair doente são os próprios pescadores que ajudam.

A narrativa do Entrevistado 11 foi complementada pelo Entrevistado 12<sup>55</sup>. Ele ratifica o apoio mútuo entre os pescadores e membros da família quando algo acontece que impacta no exercício da profissão: “[...] Porque a Colônia da Raposa era pra ter um barco [...]. Agora tá celular, se a gente ficar no prego, liga pra família, tá no prego em tal lugar assim *pra* ir resgatar”.

Nesse sentido, entendemos que o significado da Colônia de Pescadores está no fato de que ali é um setor onde os pescadores procuram por serviços; como a concessão de auxílio tanto para mulheres, quanto para os homens. Esses serviços prestados pela Colônia são de suma importância, pois através deles os pescadores têm uma garantia dos seus direitos preservados. Contudo, consideramos ser necessário haver uma abrangência maior para que todos sejam acolhidos, servindo assim como uma intermediadora eficaz entre os pescadores com os órgãos competentes.

O trajeto entre a Colônia de Pescadores e a Feira dos Pescadores, ambas localizadas na Avenida do Pescador, estão a Praça Chico Noca, comércio, casas e o *Corredor das Rendas*. Ao fim da referida avenida, se encontra a Feira dos Pescadores, que de acordo com Luan, não há qualquer ligação entre a Colônia dos Pescadores e a Feira dos Pescadores, no sentido de parceria e manutenção desse espaço.

É possível visualizar na Feira dos Pescadores uma intensa circulação de pessoas e mercadorias, sendo em sua maioria os próprios pescadores, os compradores, e os que revendem o pescado, mas não exercem a função de pescador. Há também outras modalidades de comércio, como bares, lojas de equipamento para pesca, restaurantes, mercearias, como demonstra a figura 20 abaixo:

---

<sup>55</sup>Pescador presente próximo à Orla de Raposa. Entrevista realizada em junho de 2019.

**Figura 20:** Feira dos Pescadores

Fonte: autoria própria (2019)

Também é frequente a circulação de carros e caminhonetes, utilizadas para o transporte do pescado para outras regiões da Ilha do Maranhão e municípios próximos a São Luís. Há também a exportação do pescado para outras cidades distantes, como São Paulo, como afirma o Entrevistado 13<sup>56</sup>:

Rapaz, a gente compra dessas praias aí de baixo, Belém (Pará) (e *daqui de Raposa*). Aí vem pra cá, daí aqui a gente embala, leva *pra* aeroporto e vai. [...] A gente compra (o *pescado*) e manda *pra* São Paulo. (Aqui se) compra por 20,00 e 25,00 R\$ [...], eles (os *clientes de São Paulo*) compram por 30,00 e vende por 35,00 e 40,00.

Para se compreender mais da dinâmica que ocorre nesse espaço, realizamos entrevistas com pescadores e vendedores de pescado. Dentre eles, o Entrevistado 14<sup>57</sup>. O mesmo mencionou que o intenso movimento na Feira dos Pescadores ocorre das seis da manhã às seis da tarde, em que os horários de maior movimento ocorrem quando os pescadores chegam do mar, fato esse também mencionado pelo Entrevistado 15<sup>58</sup>: “nós vamos de *manhãzinha* e voltamos de tarde, até onde ficam aqueles navios ali (*atracados*)”.

<sup>56</sup>Funcionário de uma peixaria em Raposa. Entrevista realizada em junho de 2019.

<sup>57</sup>Vendedor de pescado presente na Feira dos Pescadores. Entrevista realizada em maio de 2019.

<sup>58</sup>Pescador de Raposa presente na Feira dos Pescadores. Entrevista realizada em maio de 2019.

Percebemos que o termo *Feira dos Pescadores* é utilizado pelos pescadores ou vendedores para se referir àquele espaço onde se comercializa o pescado. Não há uma padronização, mas há organização entre os próprios vendedores e pescadores para o uso daquele espaço, como afirma o Entrevistado 15, “aí não tem tabela de nada. Bota aí e vai vendendo”, algo reforçado pelo Entrevistado 14, no qual cada pescador “tem seu *pontozinho* para sobreviver [...]. O pescador trazendo a gente compra, a gente vende, e assim *vamo* levando aí”, e também pelo Entrevistado 16<sup>59</sup>: “aqui cada qual tem seu pontinho [...]. Aqui todo mundo trabalha. Aquele ali (*outro pescador*) chegou aqui tem dois dias, porque todo mundo tem direito de trabalhar”.

Conforme o relato do Entrevistado 15, houve na década de 90 um projeto de mercado dos pescadores, em frente ao Porto do Braga; porém, a ideia não vingou entre os próprios pescadores: “não é como aqui. Isso aqui é 24 horas. Aqui tudo é vendido aqui, até sardinha. Lá não tem esse movimento e a maré fica seca, os ônibus param aqui”. Nesse espaço onde se encontra o mercado dos pescadores do Porto do Braga, hoje estão em funcionamento bares e restaurantes, ilustrado na figura 21:

**Foto 21:** Antigo Mercado do Porto do Braga



Fonte: autoria própria (2019)

---

<sup>59</sup>Vendedor de pescado presente na Feira dos Pescadores. Entrevista realizada em maio de 2019.

Como mencionado no início desse tópico, na Feira dos Pescadores há uma intensa circulação de carros, carreteiros, transportando o pescado para outras localidades. Nesse sentido, não há somente o pescador enquanto figura referente à pesca.

Na Feira, há também o vendedor – geralmente antigo pescador, mas que atualmente somente compra e revende o pescado – como menciona o Entrevistado 16: “eu moro aqui (*em Raposa*) há mais de 20 anos. Eu já pesquei quando era mais jovem. Mas aqui é melhor. Só compro e revendo. A gente carrega e descarrega”.

Há o carreteiro – que faz o transporte do pescado para outras localidades ou para os carros – e também o comprador – esse é variado. Para o Entrevistado 15, “o mercado consumidor do peixe de Raposa são os restaurantes”. Além disso, ele ainda menciona que “o pessoal aqui compra aqui três, cinco caixas e leva *pra* vender na Cohab, Cidade Operária”. O Entrevistado 16 comenta sobre aqueles vendedores que “já leva na porta dele (*do comerciante*). Às vezes vem porque ele mesmo (*o comprador*) quer escolher o peixe”.

Em relação à ligação entre pescadores e vendedores com a Feira dos Pescadores, percebemos que aquele espaço é *locus* de reprodução do trabalho; é uma tradição que vem de família. Os entrevistados mencionaram que seus pais são oriundos do Ceará. O Entrevistado 15 mencionou que possui três irmãos. Eles possuem seu próprio barco, trabalham juntos e vivem da pesca.

A Feira dos Pescadores também simboliza a reprodução da vida, manifestadas no cotidiano onde se desenvolve os sentimentos entre o lugar e as pessoas e entre as pessoas em si. “O lugar guarda em si e não fora dele o seu significado e as dimensões do movimento da vida, possível de ser apreendido pela memória, através dos sentidos e do corpo” (CARLOS, 2007, p. 14).

Nesse sentido, tanto o Entrevistado 16 quanto o Entrevistado 15, ao longo da entrevista, mostrava com orgulho a sua mercadoria. Para o Entrevistado 16, o peixe de Raposa “é o melhor. Aqui é peixe demais *graças a Deus*”. Viver em Raposa, para o Entrevistado 14 “é uma felicidade. Eu vim do



Ceará pra cá e aqui estou. Eu gosto muito daqui, muito bom aqui, né?! [...]. A gente faz muita amizade, Raposa é uma Terra abençoada”.

Percebemos que, naquele território, há uma intensa interação entre os pescadores e aqueles que usam a pesca para sobreviver. O corpo presente e flutuante, a voz que convence e articula com os demais colegas e potenciais compradores se mostram fundamentais para conviver e vender o pescado, símbolo de referência de Raposa, narrado pelo Entrevistado 14: “a gente tem que chamar o freguês, tem que conversar, mostrar a mercadoria, né?! [...]. O peixe é pescado aqui, no dia-a-dia”.

Tal articulação se mostra nos valores estabelecidos para a venda do pescado entre os pescadores, que é tabelado. Levantamos também que, devido à baixa remuneração e condições de trabalho desfavoráveis, muitos pescadores migraram para Santa Catarina em busca de uma condição de vida melhor. Além disso, percebemos uma ligação principalmente entre pescador e promotores turísticos, como afirma o Entrevistado 15: “o meu barco é só para pesca, mas há muitos que largaram a pesca para o turismo”. Sobre essa temática, será detalhada no capítulo 3.

### 2.3.2.2. A Renda e a Rendeira no Espaço

A renda trata-se de um tecido de malha fina que permite à rendeira confeccionar diversos tipos de *designs* conforme o gosto do cliente ou ao perfil da própria rendeira. É comumente transformada em vestidos, redes, roupas de banho dentre tantos outros, estão expostos ao longo do trecho conhecido como *Corredor das Rendas*, na renomeada Avenida dos Pescadores. No que diz respeito ao renome da Avenida, a Entrevistada 17<sup>60</sup> mencionou:

Tem que ser privilegiado é todas. Achei bom que a Prefeitura agora tá botando as placa *Corredor da Renda*, que já tinham mudado essa nossa Avenida pro nome pescador. Tinha turista que vinha aqui esses dia que quis quase me agredir. “A senhora tá escondendo onde tá as *rendeira*, tá no Corredor do Pescador”. Aí eu disse: “não, é aqui senhor, todas tão aqui [...]. (Preferimos) mencionar Avenida Principal, conhecido como *Corredor da Renda*, que o SEBRAE fez um trabalho e batizou com esse nome. [...] Eles lá ensinaram muita gente lá na Associação (das *Rendeiras*), ainda foi em umas reuniões.

<sup>60</sup> Rendeira e proprietária de loja de renda presente no *Corredor das Rendas*. Entrevista realizada em junho de 2019.

Como a Entrevistada 17 mencionou, apesar da alteração do nome da Avenida, recentemente foi feita uma adequação no *Corredor das Rendas*, com o uso de placas identificando o referido trecho e cada loja, mantendo assim uma padronização no espaço, como observado nas figuras 22 e 23.

**Figura 22:** Início do *Corredor das Rendas*



Fonte: autoria própria (2019)

**Figura 23:** Padronização do letreiro das lojas de renda



Fonte: autoria própria (2019)

O *Corredor das Rendas* é um dos elementos simbólicos que dinamizam o espaço de Raposa, sendo essa uma das territorialidades de vida que expressa o cotidiano e as tradições transmitidas ao longo do tempo, trazido pelas mulheres rendeiras do Ceará.

A origem da renda, de acordo com a Entrevistada 1, pode ter sido portuguesa ou francesa. Ela relembra que turistas franceses passaram em seu comércio e comentaram que há diferenças; os instrumentos de trabalho são naturais (o coco, tucumã, espinho do mandacaru, palha da bananeira), adaptado ao modo de vida de Raposa.

Ainda a respeito da renda, a Entrevistada 18<sup>61</sup> mencionou em entrevista que é filha de cearenses e que aprendeu a fazer renda com a sua mãe. Ela também narrou que “nós temos o nosso próprio jeito de trabalhar, a renda veio de lá, mas ela é diferente da nossa”. Assim prossegue:

*(A linha usada no Ceará) é uma linha grosseira, igual à linha que a gente trabalha aqui; os acabamentos, a própria confecção, quando vêm, vem se desmanchando todo [...]. A renda do Ceará já tem o modelo dela [...] só tem um padrão, pode ser o que for: camiseta, vestido [...]. E eu sempre bato nessa tecla com as nossas rendeiras aqui: vamos mudar os modelos, [...] o tipo de renda, pra ver se diferencia a nossa renda pra renda delas.*

No que diz respeito da ligação entre o Ceará e Raposa, Costa e Seabra (2015, p. 71) afirmam:

Por ter sido trazida de Acaraú, a renda de bilros tem todas as características do artesanato cearense, o que, segundo as rendeiras, leva alguns turistas a questionarem se o belo artesanato é feito realmente no Maranhão. Por toda a avenida principal de Raposa, podem-se ver toalhas, roupas e tapetes, manufaturados com rendas de bilros.

A Presidente da Associação das Rendeiras Bilros de Ouro de Raposa, Marilene, também participou da pesquisa. As narrativas foram adquiridas em sua casa, localizada no trecho do *Corredor das Rendas*. Questionamos-lhe a respeito do processo de elaboração da renda, que de acordo com a mesma:

*[...] Pra fazer uma renda, a gente usa a almofada, que é cheia de palha de banana, [...] mandacaru e o tucum, que é o que faz os bilros. E daí então a gente*

---

<sup>61</sup>Rendeira e membra da Associação das Rendeiras de Raposa. Entrevista realizada em janeiro de 2019.

[...] tira todo o material da natureza, sem agredir a mesma. É um material reciclado.

Nesse sentido, a confecção da renda de bilro em Raposa é feita com materiais naturais e é um processo que exige tempo e habilidade da rendeira:

Os bilros são uma espécie de carretel feitos da semente da palmeira de tucum, com haste de madeira ou bambu, nos quais são enroladas as linhas com colorações variadas que darão conformação ao tecido. Espinhos de mandacaru também são espetados na almofada, servindo de sustentação para a trama em seu processo de tecelagem. Moldes de papel ou papelão servem de base onde, através de perfurações em sua superfície, são desenhados os motivos e pontos que darão forma ao produto final (BNDES, s/d).

As entrevistadas mencionaram que, para se produzir a renda, uma camiseta, por exemplo, leva de oito dias a dez dias. Marilene ainda menciona a respeito desse processo: “depende da rendeira e a hora. A maioria começa a fazer a renda a partir da tarde, que é hora que elas têm feito o almoço *pros* seus esposos, tem ajeitado a sua moradia, *pra* depois ela fazer a renda”.

Nesse trecho conhecido como *Corredor das Rendas* estão presentes lojas e pequenas fábricas de produção de renda de bilro (figuras 24 e 25):

**Figura 24:** *Corredor das Rendas*



Fonte: autoria própria (2018)

**Figura 25:** Lojas de Renda

Fonte: autoria própria (2018)

Ao longo do trecho do *Corredor das Rendas* é bastante comum ver as rendeiras sentadas na varanda das lojas, produzindo a renda a serem comercializadas, estampando naquele espaço as mais variadas cores, estilos e o modo de produção local, oferecendo aos turistas que ali transitam a aquisição desse símbolo – a renda, tão característica de Raposa.

De acordo com uma das entrevistadas, a Entrevistada 1, o surgimento do *Corredor das Rendas* ocorreu:

[...] Pelo fato de que [...] minha mãe foi a primeira lojista, ela fazia e vendia; dali foi passando, foi aumentando a procura, né?! [...] Começou a vender bastante, a comprar outras mercadorias. Aí minhas tias também, aí teve outras pessoas, e esse corredor é só porque é nessa avenida, né?! E se tu for olhar, tem muitas artesãs fazendo renda aqui na avenida, e tem suas próprias lojinhas também [...]. Foi tudo muito espontâneo, de cada um mesmo.

Percebemos pela narrativa da Entrevistada 1 que o *Corredor das Rendas* começou como uma ocupação espontânea. Tal ocupação ocorria dentro das próprias casas, com adaptação para a venda e confecção, como menciona a rendeira Marilene:

Começou com três rendeiras: Edmar, Maria Branca e Fátima. Aí depois entrou a Lindalva. [...] Daí então, tinha as outras [...] viram que não queriam vender seus

produtos pra atravessador, resolveram botar sua própria loja [...] nas suas próprias casas [...]. Aí é por isso que cada um surgiu com seu ponto de venda de renda.

No trecho do *Corredor das Rendas* também se concentram outras atividades econômicas, como pequenos comércios, bares e moradias (palafitas) sobre o mangue. Destacamos que neste *Corredor das Rendas* está a nova sede da Associação das Rendeiras – sendo essa nova sede ainda sem uso rendeiras, ilustrado abaixo nas figuras 26 e 27. Atualmente, encontra-se em atividade a Associação das Rendeiras Bilros de Ouro, localizada próximo à Praça Chico Noca, conforme ilustrado na figura 28. Para tais, foi feito um mapa de localização das sedes, ilustrado na figura 29, abaixo.

**Figura 26:** Novo prédio da Associação das Rendeiras



Fonte: autoria própria (2018)



**Figura 27:** Placa de Inauguração do novo prédio da Associação das Rendeiras



Fonte: autoria própria (2018)

**Figura 28:** Atual sede da Associação das Rendeiras Bilros de Ouro



Fonte: autoria própria (2019)

**Figura 29:** Localização da nova e da atual sede da Associação das Rendeiras de Raposa



Fonte: Organização de SILVA, 2019. Digitalização de Thomas Hewald, 2019.

As lojas, o *Corredor das Rendas*, a Associação das Rendeiras e a própria renda refletem os geossímbolos das rendeiras, as unindo em torno do propósito de manter a tradição e comercializar o produto, manifestado nessa territorialidade cultural. É o modo como os agentes espaciais se apropriam do território, cujo vínculo se manifesta através das crenças, dos saberes em comum, criando assim uma identidade territorial “capaz de fortalecer uma identidade coletiva” (HAESBAERT, 2006, p.149).

Com o intuito de conhecer a história e a importância que essa associação exerce em Raposa, desenvolvemos entrevistas co-construídas com as agentes espaciais ligadas com a renda. Outras questões foram feitas, no que diz respeito às atividades ali desenvolvidas, os problemas atuais e o significado simbólico desse espaço para as mesmas.

De acordo com Marilene, a Associação das Rendeiras foi fundada em 1987, cujo objetivo era ter um local para que as rendeiras pudessem expor seu trabalho para venda, diretamente para o consumidor. A ideia surgiu de Rosa, com outras rendeiras que fundaram a Associação. Além de comercializar o



produto em uma sede, a associação tinha como objetivo firmar parcerias com órgãos públicos.

Contudo, conforme mencionaram Marilene e a Entrevistada 18, a Associação das Rendeiras Bilros de Ouro foi reativada em 2005, depois de oito anos desativada. As atividades desenvolvidas pela Associação são confecções (camiseta, toalha, vestido e também bijuterias), cursos para a comunidade na confecção de renda, pintura; além de ser um ponto de encontro para discussões sobre as atividades e vendas em Raposa, em *shoppings* de São Luís, em feiras no Centro Histórico, dentre outros.

Nesse sentido, ainda segundo a Entrevistada 18, há constantes reuniões entre as rendeiras na Associação. Os encontros ocorrem à tarde, pois no turno matutino normalmente as rendeiras se ocupam com afazeres domésticos ou outra profissão; algumas exercem a docência. A Associação tem uma parceria com o SENAI e SENAC, no qual são ofertados cursos para a comunidade em geral, capacitando novas pessoas para trabalhar no ramo da renda. A Entrevistada 18 ainda menciona a importância desses cursos para os jovens interessados principalmente pelo aprendizado na confecção de bijuterias.

Os entraves elencados pela Entrevistada 18 ocorrem pela falta de incentivo por parte dos governantes, no que se refere à aquisição de materiais para a confecção da renda. Ela também menciona que o turismo<sup>62</sup> em Raposa tem decaído ao longo dos anos e compara com a falta de organização do espaço em Raposa, fato esse que impacta diretamente nas vendas e na manutenção das lojas de renda.

Outro problema exposto a respeito da Associação das Rendeiras se relaciona com a falta de transporte, que dificulta o traslado entre as rendeiras para as feiras de exposição e venda do trabalho em outros pontos da Ilha do Maranhão.

Ainda há a problemática sobre a nova sede das rendeiras, no qual a Entrevistada 18 menciona:

Aquele prédio lá ta numa enrolada louca [...]. Foi financiado pelo Banco do Brasil. Foi uma obra mal feita, e foi parar na justiça [...]. Lá é tão bom [...], pois aquele

---

<sup>62</sup> Sobre a questão do turismo será abordado no item 2.3.2.3

prédio é ventilado e tem espaço pra a gente poder colocar nossa renda. (*O prédio*) é caminho do turista, era melhor, e eu acho que não tem nem previsão de quando vai (*funcionar*).

Percebemos que o funcionamento do novo prédio das rendeiras seria importante para as mesmas, dada sua localização privilegiada – no *Corredor das Rendas* – e por ser um espaço onde se concentra um fluxo maior de turistas, citado pela Entrevistada 18 como o “caminho do turista”, ressaltado pela Entrevistada 17, rendeira, como uma estratégia territorial-simbólica:

Trazia (*turista*) pro corredor completo [...] todas eram beneficiada. Porque o turista quer ver a associação (*das rendeiras*) [...] Então aqui é o corredor da renda onde todas ficam [...]. (*A outra sede da associação das rendeiras*) é mais escondida, mais restrita.

Contudo, ao longo das entrevistas, notamos que nem todas as rendeiras fazem parte da Associação, pois de acordo com a Entrevistada 19<sup>63</sup>, é preferível trabalhar em sua própria casa:

Quando eu comecei a trabalhar aqui, eu era sócia de lá, mas eu não pude ocupar dois espaço, nem lá e nem aqui. Então eu preferi ficar em casa. Já tá com 10 anos, (*pagava*) em torno de R\$ 12,00, mensal, para manutenção (*da associação das rendeiras*).

Nesse sentido, para a referida rendeira, não haveria um impacto direto de vendas em sua loja, caso a nova sede da associação estivesse em funcionamento, mas ressalta que para o coletivo das rendeiras iria ser bastante proveitoso:

Lá na associação, ali no prédio novo, pra mim tanto faz; ele funcionando ou não, eu não vou pra lá. O trabalho eu produzo na minha casa. Para as outras rendeiras serviria bastante, porque tem muita rendeira que é sócia e queria ter o espaço pra poder ter a venda e o local de trabalho lá.

Apesar das problemáticas elencadas, notamos que a Associação das Rendeiras desperta nelas um sentimento de pertencimento ao lugar. É o lugar do encontro, onde podem compartilhar ideias, além de ser um lugar do encontro, é um território simbólico, capaz de emanar a cultura enquanto

---

<sup>63</sup>Rendeira e proprietária de loja de renda presente no *Corredor das Rendas*. Entrevista realizada em junho de 2019.

elemento do desenrolar da vida e do cotidiano. É um território que simbolicamente vai além das suas fronteiras, atraindo ou levando aqueles que adquirem o conhecimento ali difundido; seja através de cursos ou da própria renda, pelos turistas ou pelos atravessadores, difundindo-se assim em outros territórios, com suas significações, identidades e simbolismos.

A Entrevistada 18 e Marilene narraram, durante as entrevistas realizadas em suas casas, que se sentiam orgulhosas pela renda desenvolvida em Raposa porque o trabalho é mais elaborado, caprichado, e possui maior diversidade de peças de renda de bilro, se comparado com outros modelos de renda, como o do Ceará.

A importância da Associação, para a Entrevistada 18, reside no fato das rendeiras terem um espaço para discutir, ficarem juntas, onde podem conseguir oportunidades de encomenda para aumentar a renda. Quando conseguem um ponto para venda da renda, em feiras e *shoppings*, elas escolhem uma ou duas rendeiras para representar o grupo. Assim ela menciona a respeito da importância e significado da Associação das Rendeiras:

*(Significa)* muito porque é lá onde a gente consegue às vezes até o impossível [...] porque [...], abaixo de Deus né? Porque Deus é tudo, mas lá é onde a gente conseguimos a nossas encomendas, a gente consegue conversar umas com as outras, saber quais são os problemas, o quê que precisa, o quê que não precisa, o que a gente pode adaptar mais, o que a gente não pode fazer. Então é muito importante, e através de lá, é o complemento da nossa renda familiar.

Entendemos assim, a partir das entrevistas, que a Associação das Rendeiras é um lugar de encontros, onde é possível colocar em prática os conhecimentos produzidos em parcerias entre si, expandindo tais conhecimentos para a comunidade. É um espaço de aprendizagem, vivência, troca de saberes, onde também a vida se desenvolve a partir do trabalho. O *Corredor das Rendas*, a Associação das Rendeiras, a renda são a representação desse “espaço geossimbólico, carregado de afetividade e significações; [...] um espaço de comunhão com um conjunto de signos e de valores” (BONNEMAISON, 2012, p. 293). É o território da identidade que simbolicamente se expande para outros espaços, através daqueles que se

apropriaram (i)materialmente de tais significações presentes, sendo esses em muitos casos os turistas, a serem trabalhados no próximo tópico.

### **2.3.2.3. O Turismo e o Turista no Espaço**

Percebemos que muitos turistas que aportam em Raposa são oriundos de São Luís, ficando evidente pelas placas dos carros estacionados próximos à orla. A frequência dos turistas ludovicenses em Raposa ocorre de maneira massiva nos feriados e nos finais de semana. O lazer, dado pelas praias, em especial a Praia de Carimã, e pelos restaurantes, bem como pelos passeios náuticos, constituem o conjunto de atração turística em Raposa.

É reforçado pelo secretário de turismo do município, Edson Duarte, que atribui à presença elevada de ludovicenses em Raposa, devido à proximidade, ao baixo custo dos produtos ali servidos e à crise econômica vivida pelo país, que tem afastado turistas de fora do Estado. Vejamos parte de suas palavras conseguidas em entrevista:

Mesmo na crise, não houve uma queda considerável (*de turistas*), porque a crise nos beneficiou. Quem não pode viajar do Maranhão para outros estados viajou dentro do próprio estado. E como Raposa se tornou um destino em evidência, com atrativos de fácil acesso e de baixo custo; então houve um aumento considerável.

Há também a presença de turistas de diferentes regiões do Brasil e de outras partes do mundo. O que há em comum entre turistas da própria Ilha do Maranhão com os turistas de outros Estados e países é que, em sua maioria, apenas passam um dia em Raposa, para fazer, além das atividades mencionadas, os passeios náuticos programados das Agências de Turismo. Portanto, Edson Duarte menciona o roteiro que o turista percorre quando visita São Luís, deslocando-se para outros municípios, como Raposa:

Ele (*o turista*) vem para São Luís, ou ele vem para os Lençóis. E assim como as outras cidades da região metropolitana: Raposa, Ribamar, Alcântara, se beneficiam desses roteiros comercializados. Agora a maioria já contempla a região metropolitana. Agora, quando um turista compra um pacote *pra* São Luís, ele visita São Luís, Raposa, alguns visitam Alcântara, outros Ribamar, outros Barreirinhas e retornam para São Luís; e daí voltam para o local de origem.

Esse turismo, que ocorre durante apenas um dia, é mencionado por Coriolano (2006, p. 44) como excursão, em que “pode ser considerada turismo de vinte e quatro horas para o visitante, quando ela já é turista”. Como ainda menciona a referida autora, “a rigor não precisa de pernoite, basta que esteja em viagem e faça lazer”.

Desse modo, prossegue a autora supracitada:

O turismo é entendido como uma atividade econômica bastante expressiva da contemporaneidade, por envolver os espaços naturais e produzidos pelo trabalho e também as pessoas, as que podem viajar e as que recebem os visitantes, ou seja, os turistas e residentes (CORIOLANO, 2006, p. 16).

A partir da conceituação de turismo oportunizada por Coriolano, é possível assim fazer uma correlação com a tipologia de turismo que ocorre em Raposa. A julgar pelas visitas de campo e pelas entrevistas tecidas com os turistas, é possível auferir que esses procuram as potencialidades naturais ali ofertadas quase sempre mediadas pelas Agências de Turismo, assim como também se interessam pelos pescados e artesanatos produzidos pelas mãos dos pescadores e artesãos que habitam aquela Terra.

A saber, os artesanatos feitos em rendas são ofertados, também, em alguns espaços das agências de turismo, facilmente encontradas na orla de Raposa, ilustrado na figura 30, como mencionou Olga, sócia-proprietária da Agência de Turismo “Passeios Náuticos Carimã”, agente esta que começou a trabalhar no ramo do turismo servindo peixe para os turistas.

A partir da fala de Rodrigues (2011), compreendemos que a relação entre Geografia e o turismo ocorre a partir do espaço, que é compreendido como uma “área de atração (ou receptora)”. Ainda nas palavras da autora supracitada, “é nestas (áreas de atração) que se produz o espaço turístico ou reformula-se o espaço anteriormente ocupado” (RODRIGUES, 2011, p. 73). É no espaço turístico que se desenvolve um conjunto de relações entre o morador local ou o promotor turístico, que detém o conhecimento desse espaço, e o turista ávido pelo consumo da história, pela cultura e pelos elementos simbólicos ali presentes.

**Foto 30:** Agência de Turismo e a comercialização de renda



Fonte: autoria própria (2018)

No que concerne a *vida* em Raposa, buscamos compreender o papel das Agências de Turismo, a relação com os turistas e o sentimento identitário que liga os mesmos ao seu território.

Foram pesquisadas as seguintes Agências de Turismo: “Guia Tour Passeios Náuticos” (ilustrado na figura 30, acima); “Passeios Náuticos Carimã” (figura 31); “Alegria Turismo” (figura 32).

Próximo as Agências de Turismo supracitadas, há um Centro de Informação ao Turista (figura 33), o ponto final dos ônibus coletivos (figura 34), que fazem o trajeto de Raposa para outros pontos da Ilha do Maranhão, além do próprio município de Raposa; ponto de estacionamento, bares, restaurantes e pousadas.

Nesse espaço também se localiza uma espécie de guarita, em que alguns promotores turísticos se concentram principalmente aos fins de semana e feriados, para abordarem os turistas e ofertarem os serviços de passeios náuticos, conforme ilustrado na figura 35.

**Figura 31: Passeios Náuticos Carimã**

Fonte: autoria própria (2019)

**Figura 32: Alegria Turismo**

Fonte: autoria própria (2019)

**Figura 33: Centro de Informação ao Turista**

Fonte: autoria própria (2019)

**Figura 34: Ponto final dos ônibus**

Fonte: autoria própria (2019)



**Figura 35:** Guarita onde os promotores turísticos ficam posicionados



Fonte: autoria própria (2019)

O trabalho dos promotores turísticos que se concentram na guarita é atrair os turistas para a venda dos pacotes náuticos. Após angariarem os turistas, os promotores turísticos os mantêm nas proximidades, principalmente em um bar, enquanto tentam atrair novos turistas para os passeios programados, como demonstrado na figura 36.

Percebemos que há similaridades entre as agências de turismo, as quais estão localizadas próximas entre si e nas proximidades da Orla de Raposa. Há um indicativo de que os promotores turísticos do município se conhecem, vivem o *lugar* em seus mais variados modos, assim como dele tiram sua renda.

**Figura 36:** Bar onde se concentram turistas



Fonte: autoria própria (2019)

Além disso, há semelhança com as atividades ofertadas pelas Agências de Turismo pesquisadas, que são os passeios náuticos. Nessas empresas, o roteiro ofertado ocorre por três opções de passeio, como mencionou Olga:

De duas horas, com duas paradas para banho: do banho do marisco e das fronhas; o de quatro horas, que passa pelo criadouro de ostras, Ilha de Hélio Viana, no banho do marisco e nas fronhas; e o do dia todo, que vai pela Ilha de Curupu, criadouro de ostras, Ilha de Hélio Viana, banho do marisco, Praia de Carimã e as fronhas.

Como mencionado neste capítulo, foram feitas entrevistas com Olga, sócia-proprietária da Agência de Turismo “Passeios Náuticos Carimã”. A sua história se remete à chegada da sua mãe, vinda do Ceará para Raposa, e também com a questão da renda<sup>64</sup>. Olga mencionou que sua mãe migrou para Raposa acompanhada do seu esposo, junto de seus irmãos. Assim que chegou em Raposa, seu pai trabalhou com pesca em curral e sua mãe com artesanato.

---

<sup>64</sup> Sobre essa questão da transição entre funções, será enfatizado no Capítulo 3.

A empresa de Olga não possui nenhuma parceria com redes hoteleiras ou empresas de turismo de São Luís. O período no qual há maior presença de turistas em Raposa, que usam os serviços da sua empresa é o carnaval, o período junino que coincide com as férias e os meses de julho e dezembro.

Olga mencionou que possui quatro filhos. Mas nem todos seguiram no ramo da renda, do turismo ou da pesca. Uma filha, de acordo com ela, “escolheu a profissão de ser mãe”. Outro filho, não possui nenhuma relação com as atividades supracitadas, e os outros dois, migraram para Santa Catarina<sup>65</sup>, para trabalhar com pesca, no qual “devido à falta de emprego, tem um que *tá* pescando lá, passa um mês em alto mar”, e o outro também seguiu o ramo da pesca.

Outra entrevistada, Saguyna, é proprietária da Agência de Turismo “Guia Tour Passeios Náuticos”. A Agência oferece os seguintes passeios náuticos, semelhante ao ofertado pela empresa de Olga. Segundo a entrevistada, há o “roteiro de duas horas, com o banho do marisco, Ilha de Carimã; tem o de quatro horas, que faz Ilha de Carimã, banho do marisco, criatório de ostras, e tem o dia todo, que a gente fica na Ilha de Curupu”.

Outro entrevistado, Carlos, funcionário da Agência “Alegria Turismo”, se localiza ao lado das demais agências supracitadas. Carlos mencionou que entrou no ramo do turismo no ano de 2010. Segundo o mesmo, a agência oferece os seguintes pacotes:

A gente tem três *pacote pra* turismo aqui: o primeiro é de duas horas de duração, com duas *parada pra* banho, tem um segundo pacote, que é quatro *parada pra* banho, e vai na fazenda da ostra, a gente trabalha criando peixe *pro* cliente, que é a tradição aqui; prepara camaroadá, carangueijada, vai no gosto do cliente. E tem o terceiro passeio, que é o do dia todo, que o pessoal sai *pra* Curupu, sai 8:20 e retorna cinco hora da tarde. Tem umas trilhas também, mas a maioria do pessoal [...] quer parar pra tirar foto e comer um peixe grelhado. Quem se interessa por isso é o turista de fora, o japonês, é o coreano, é o italiano, é o francês, é o americano [...] das *agência* que *bota pra* nós, que tem convênio com agência.

Ele ainda ressaltou que a empresa possui parceria com o SEBRAE, com o intuito de promover cursos de qualificação para os funcionários, motivados pela presença de turistas estrangeiros que são trazidos pelas Agências de Turismo de São Luís:

---

<sup>65</sup> Sobre a questão da migração, será enfatizado no Capítulo 3.

A gente *fizemo* o curso do SEBRAE, e partir do dia 8, teremos curso de inglês, pois agora vai chegar muito turista e eles falam o nosso idioma muito arrastado, né?! Então a gente tem uma dificuldade. A gente quer acabar com isso (com o intérprete), a gente que paga o intérprete. A gente quer aprender a *linguagem* deles, informar *pra* eles pessoalmente, explicar tudo *direitinho*, as paradas do banho e explicar pra eles o aratum, conhecer a ostra, o carangueijo, sanambi, sururu.

O mencionado promotor turístico ainda faz críticas à falta de organização do espaço para recepcionar e para situar o turista que se desloca em Raposa:

[...] Você entra daqui pra lá. Você vê alguma placa indicando roteiro turístico? Não, né?! Pra você saber, só se você já veio aqui ou só se você procurar. Você percebe pela placa onde se inicia Raposa, deveria estar próximo ao Alphaville (*condomínio*).

De acordo com a promotora turística Sílvia, presente nas proximidades da Orla de Raposa, há muitos promotores turísticos atuando de forma irregular na promoção de tais atividades, prejudicando aqueles que trabalham de forma regular, oferecendo pacotes turísticos por um preço convencionalmente acordado ali. Tais empreendimentos regulares, para Sílvia, são registrados como livre empresa no CADASTUR, e também pelo SESC, como microempreendedores. Como é possível auferir no encarte promocional da Prefeitura de Raposa, há 11 agências de turismo mencionadas para exercer tal função.

No intuito de conhecer e interpretar o passeio náutico – similar entre as agências de turismo pesquisadas – fizemos desse modo, através da Agência de Turismo *New Hope*, indicado pela promotora turística Olga.

O passeio teve início às 8:30 da manhã, em um domingo, dia que de acordo com Olga é o que atrai mais turistas. Saindo do ponto de concentração, próximo ao Centro de Informações Turísticas, os turistas foram guiados até a embarcação, conforme ilustrado na figura 37.

Os guias se posicionam na entrada da embarcação para ajudam os turistas que possuem dificuldade para se locomover e prepará-los para o embarque, auxiliando-os no uso correto do colete salva-vidas, ilustrado na figura 38.

Assim que o passeio teve início, o guia da empresa mencionada, *Zequinha* relatava as paradas que o barco ia fazer, além de servir aos turistas uma das iguarias de Raposa – o peixe grelhado, preparado na hora pelo mesmo e pelo tripulante do barco, ilustrado na figura 39.

**Figura 37:** Embarcando para o passeio náutico



Fonte: autoria própria (2019)

Conforme em entrevistas realizadas com pescadores e promotores turísticos, os mesmos mencionaram que alguns pescadores mudaram da pesca para o turismo, ou trabalham com ambos, sendo esse fato materializado através do barco, narrado por *Zequinha*, no qual foram feitas mudanças no barco da pesca para que pudesse transportar turistas para o passeio náutico:

O barco ele é todo feito de madeira [...] apropriada para esse tipo de embarcação. Esse barco ele foi construído pra navegar em alto mar, aí com o decorrer do tempo resolveram *botar* ele pro turismo. Ele foi todo ampliado, desmanchado, fizeram outro tipo de estrutura [...] barco de pesca é um nível, barco de turismo é outro nível.

**Figura 38:** Saída do barco para o passeio



Fonte: autoria própria (2019)

**Figura 39:** Preparação do peixe



Fonte: autoria própria (2019)



Ao longo do trajeto até a fazenda da ostra foram vistos outros barcos fazendo o passeio náutico, ilustrado na figura 40:

**Figura 40:** Fluxo de barcos com turistas



Fonte: autoria própria (2019)

Ao se chegar à primeira parada – o criatório de ostras – *Zequinha* mencionou sobre como as ostras eram tratadas no criadouro, além de informar os preços estipulados para venda aos turistas, ilustrado na figura 41:

**Figura 41: Criatório de Ostras**

Fonte: autoria própria (2019)

Assim ele informa a respeito da fazenda de ostras:

O criatório de ostra funciona assim: eles retiram a ostra que está submersa, aí eles põe naquele lugar chamado de balsa, aí ali se torna área de comércio. Eles põe naquele recipiente o saco com a ostra pra ela ficar submersa, pra que ela não morra [...]. As pessoas vão chegando, vão vendo quanto querem de ostra, valor você viu lá que é 10,00 R\$ [...] aí eles vão abrindo e servindo o pessoal. Só que essa ostra é nativa do mangue. Eles retiram do mangue e levam pro criadouro. Muitos pegam a semente e passam pro criadouro, muitos já pegam ela já adulta no ponto do comércio. Então é assim que funciona o comércio lá no criadouro de ostra.

Após uma breve parada no criadouro de ostras, a embarcação seguiu rumo a Ilha de Hélio Viana, onde se fez uma longa pausa para que os turistas pudessem tomar banho de mar, ilustrado na figura 42:



**Figura 42:** Parada na Ilha de Hélio Viana



Fonte: autoria própria (2019)

Após a parada na Ilha de Hélio Viana, a embarcação seguiu rumo ao Banho do Marisco: um ponto raso, com banco de areia, próximo as dunas de Carimã, ilustrado na figura 43.

Neste ponto, há o devido cuidado dos comandantes dos barcos à vazão da maré, que é constante em Raposa, para que não haja risco da embarcação ficar atracada naquele ponto. *Zequinha* comenta sobre o Banho do Marisco:

Aqui a gente usa ele como se fosse uma piscina, porque a tendência dessa água é recuar, chamamos de vazante. Ela vai recuar, vai ficar tudo seco. Aqui é um banco de areia, que nós chamamos de “croá”, tá?!

Por fim, a embarcação seguiu para as dunas de Carimã, ilustrado na figura 44, para que os turistas pudessem ter a oportunidade de banhar em mar aberto, na Praia de Carimã, sendo essa praia conhecida por *Zequinha* como a Praia dos Currais.

**Figura 43:** Banho do Marisco



Fonte: autoria própria (2019)

**Figura 44:** Dunas de Carimã



Fonte: autoria própria (2019)

Sobre viver em Raposa, os promotores turísticos mencionaram o orgulho que sentem. Olga citou que nasceu, se criou, teve filhos e netos em Raposa. Tem uma relação amistosa com seus conterrâneos, é um lugar que lhe traz paz. Como ela ainda menciona, “eu me sinto muito bem no meu lugar, e eu conheço outros lugares, mas igual ao meu, não tem”. Para Carlos, “a Raposa tem tudo pra crescer, ela tem o turismo muito bom, as praias daqui não são poluente, não tem rede de esgoto despejando na praia”. Já para Saguyna, viver em Raposa é tranquilo, é ter o mar em frente à sua casa. É o orgulho de ser de Raposa quando mostra as belezas do município, que lhe faz gostar de trabalhar com turismo.

Com o intuito de conhecer o perfil do turista que visita Raposa, foram feitas entrevistas para saber seus motivos, como souberam de Raposa, quanto tempo passam no município e como fazem uso do turismo no espaço. Antes será feito mais algumas análises sobre as implicações espaciais do turismo.

Para Phipps (2007, p. 15), turismo vai além da concepção do valor de mercadoria. Segundo o autor:

Tourism concentrates multilingual and intercultural experiences significantly. It does so at times of great symbolic significance to tourists, times that are anticipated and that are associated, socially, culturally and often personally, with happiness<sup>66</sup>.

Isto é, o turismo envolve relações de troca – de experiências e mercadorias. O turista adquire no lugar de destino, a linguagem local, os costumes, os símbolos (i)materiais ali impressos na paisagem e no espaço, ideia que culmina com as palavras da entrevistada Olga:

Aí quando as pessoas chegam aqui fazendo passeio, como no artesanato, sempre perguntam “mas como foi que surgiu a Raposa?”, aí eu tenho o prazer de contar a história, pois desperta a curiosidade dos turistas. “Mas porque o nome Raposa?”, eu brinco com os turistas que aqui existia muito bicho guaxinim, né?!, Raposa, e os macacos, aí eu digo que foi sorte nossa o pescador encontrar a Raposa, o nome é assim, bonito [...].

Como mencionado, o perfil do turista que visita Raposa é, em sua maioria aquele turista excursionista, e que, os mesmos possuem interesse na

---

<sup>66</sup> Turismo concentra multi-línguas e significantes experiências interculturais. Isso faz, então, em épocas de grande significado simbólico para os turistas, tempos que são antecipados e que estão associados, socialmente, culturalmente e geralmente, pessoalmente, com felicidade.

aquisição de artesanato, pela culinária e pelos passeios pela Ilha de Curupu. De acordo com a Entrevistada 20<sup>67</sup>, no que diz respeito sobre os turistas, assim se manifesta a respeito dos mesmos: “eles sempre vêm através dos passeios [...]. Geralmente tem os passeios de duração de uma, duas e de quatro horas, e também tem a culinária, as rendeiras [...] a gente sempre informa isso [...]”.

Ainda de acordo com a Entrevistada 20, os turistas que visitam Raposa geralmente são originários de Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro, Santa Catarina, França, Alemanha e Estados Unidos. Nesse sentido, foram obtidos dados na Secretaria de Turismo (SETUR) – MA<sup>68</sup>, no que diz respeito à origem e a quantidade de turistas que visitaram Raposa, entre março de 2018 e março de 2019.

Percebemos através dos referidos dados que grande parte dos turistas que visitam Raposa é originária do próprio Maranhão, principalmente São Luís. Dentre as outras cidades, São José de Ribamar, Paço do Lumiar, Caxias, Açailândia, Imperatriz, Pinheiro, Bacabal, Urbano Santos, Barreirinhas, Tutóia, Colinas, Zé Doca, Chapadinha, Santa Inês, São Mateus, Bacuri, Viana, Balsas, Coroatá, Barra do Corda, Humberto de Campos, Timon, além de próprios moradores de Raposa, conforme ilustrado na figura 45.

De acordo com dados da SETUR – MA, no período de março de 2018 a março de 2019, Raposa recebeu turistas de todos os estados brasileiros, com exceção dos estados do Acre e Mato Grosso do Sul. No mapa nacional, destaca-se, além do Maranhão, São Paulo e Rio de Janeiro, ilustrado na figura 46.

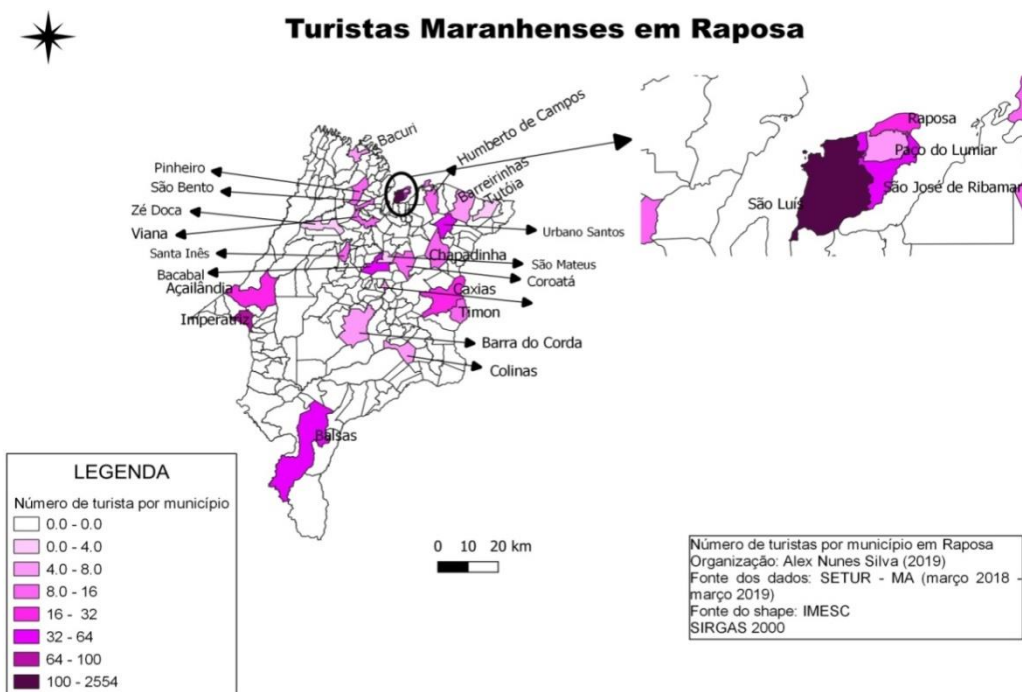
Entre os turistas internacionais, há nacionalidades como alemã, argentina, canadense, estadunidense, espanhola, britânica, paraguaia, colombiana, japonesa, holandesa e francesa, sendo essa última destaque pelo maior número de turistas estrangeiros que estiveram em Raposa entre março de 2018 e março de 2019, com dados obtidos pela SETUR – MA, conforme ilustrado na figura 47.

---

<sup>67</sup> Funcionária do Centro de Apoio ao Turista de Raposa. Entrevista realizada em abril de 2019.

<sup>68</sup> Não há precisão exata nos dados, pois há informações inelégíveis.

Figura 45: Turistas Maranhenses em Raposa



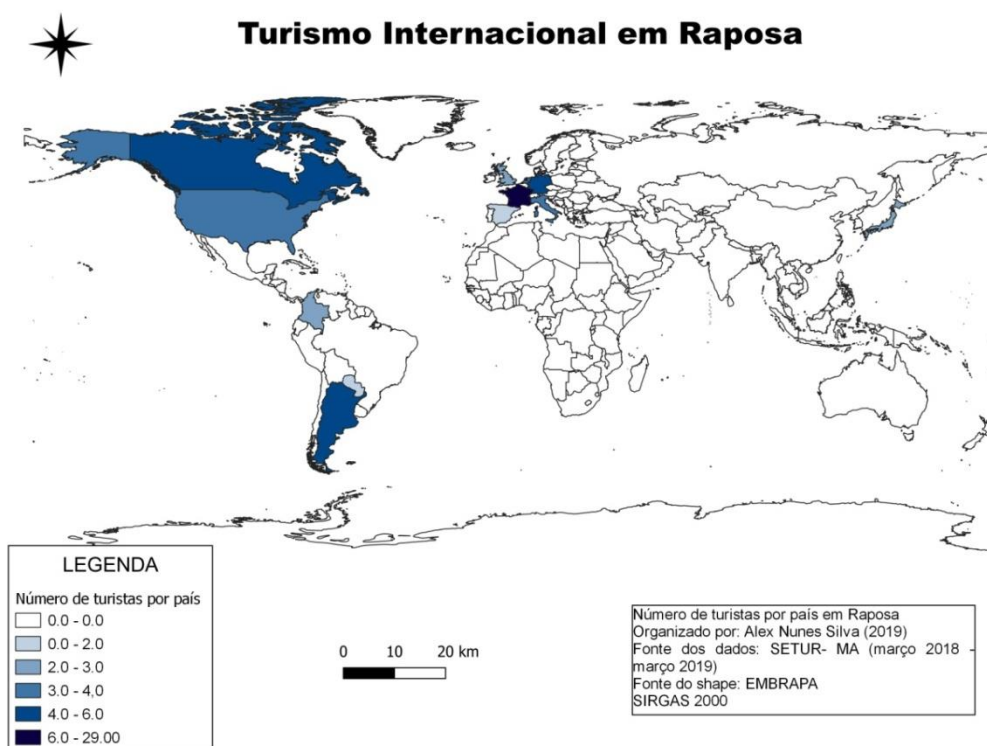
Organização: SILVA (2019). Dados fornecidos por SETUR – MA (março 2018 – março 2019)

Figura 46: Turismo Estadual / Nacional em Raposa – MA



Organização: SILVA (2019). Dados fornecidos por SETUR – MA (março 2018 – março 2019).

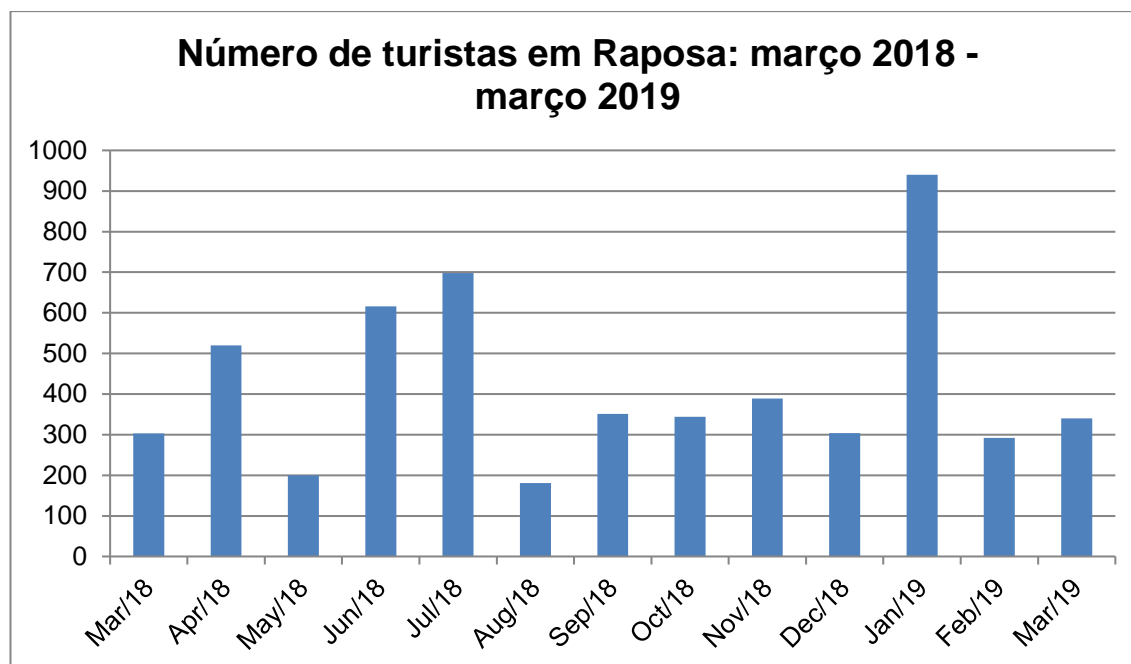
**Figura 47: Turismo internacional em Raposa**



Organização: SILVA (2019). Dados fornecidos por SETUR – MA (março 2018 – março 2019)

Pelo que foi relatado pelas rendeiras e pelos promotores turísticos entrevistados, o período de maior movimento de turistas em Raposa ocorre entre os meses de junho, julho, além de fins de semana. De acordo com dados obtidos na SETUR – MA, dados esses que englobam os meses de março de 2018 a março de 2019, Raposa recebeu um alto número de turistas, nos meses de julho de 2018 e janeiro de 2019, conforme ilustrado na figura 48 abaixo:



**Figura 48:** Número de turistas em Raposa

Organização: SILVA (2019). Dados fornecidos pela SETUR – MA (março 2018 – março 2019).

Dentre os turistas, a Entrevistada 21<sup>69</sup>, turista belga, acompanhada por duas amigas, de São Luís, comenta: “I don’t know much about here, because is my first time and we did the trip in the boat for three hours, and I’m not gonna take [...] something from here, because I’m staying in São Luís”.<sup>70</sup>

Ainda segundo a entrevistada, nunca tinha ouvido falar sobre Raposa, mas soube por intermédio das suas amigas, em que está hospedada em São Luís. A Entrevistada 21, e suas acompanhantes, permaneceram somente durante o passeio de barco em Raposa, voltando em seguida de carro para São Luís.

A Entrevistada 22<sup>71</sup>, uma das acompanhantes da Entrevistada 21, mencionou que a trouxe para Raposa, pois tinha interesse em mostrar “nossa terrinha pra pessoa que é de fora, a nossa beleza natural”, sem diferenciar, na sua fala, Raposa de São Luís.

<sup>69</sup>Turista residente na Bélgica. Entrevista realizada em setembro de 2018.

<sup>70</sup> Eu não sei muito sobre aqui, pois é a minha primeira vez e nós fizemos o passeio de barco por três horas, e eu não vou levar algo daqui, pois estou em São Luís (Tradução do original).

<sup>71</sup>Turista residente em São Luís, acompanhante da turista belga. Entrevista realizada em setembro de 2018.

Outro entrevistado estrangeiro, o Entrevistado 23<sup>72</sup>, conta que aquela viagem é a sua terceira, no qual passa apenas um dia. Leva para seu país, como souvenir, o artesanato, a renda. Comparou a atividade da renda com dez anos atrás que, em sua visão, diminuiu bastante. Mas, Raposa ainda lhe traz boas e belas paisagens.

Entre turistas nacionais, a Entrevistada 24<sup>73</sup>, que estava acompanhada de dois amigos. Vieram do Rio de Janeiro durante o período junino, para conhecer as festividades de época, fazer trilha nos lençóis e escolheram um dia livre para conhecer Raposa. Souberam do município “por indicação, por moradores lá do centro da cidade de São Luís. Tô apaixonada e a minha amiga também”. Ambas se deslocaram para Raposa através de transporte por aplicativo. Sobre a permanência, só fizeram um bate-volta e estavam ansiosas para ver o pôr do sol em Raposa, para tirar fotos como recordação desse que se tornou um lugar especial para a Entrevistada 24, refletido no desejo em retornar em uma próxima oportunidade para Raposa e o Maranhão.

A saber, pelo que se pode apurar, o turismo em Raposa se revela por uma dinâmica territorial singular, na qual a pesca e o artesanato de renda complementam a oferta dada pelos outros recursos naturais, como as praias. Os promotores turísticos entrevistados reconhecem as potencialidades naturais do lugar, e dele fazem *uso* para obter os recursos capazes de gerar a sobrevivência e a vivência de múltiplos modos de existir.

Pelo que se pode notar, o “orgulho de ser raposense” favorece a atividade turística, uma vez que as pessoas do lugar se sentem com mais propriedade para mostrar e realçar a *Raposa turística*. Ademais: ser de Raposa revela relacionamentos tranquilos, com os vizinhos, com os colegas de profissão e com os turistas. É também conhecer a natureza – a praia, os igarapés, a dinâmica das dunas, a pesca de camarão.

Como mencionado em notas de rodapé deste capítulo (62, 64 e 65), o capítulo 3 trará questões que ficará em aberto nesta sessão, no que diz respeito à renda financeira que mantém e sustenta a vida dos agentes

---

<sup>72</sup>Turista alemão residente em São Luís. Entrevista realizada em abril de 2019.

<sup>73</sup>Turista residente no município do Rio de Janeiro. Entrevista realizada em junho de 2019.



espaciais pesquisados e a rede que os conecta e que dinamiza o território raposense.



**Barcos de Raposa.** Fonte: autoria própria (2019)

---

### **CAPÍTULO 3 – ENTRE REDES, RENDAS E BARCOS: TERRITÓRIOS GEOSSIMBÓLICOS DE RAPOSA**

### 3.1. As redes dos pescadores, das rendeiras e do turismo

O termo *redes* possui múltiplos significados. Redes de pesca, redes sociais, redes geográficas, redes simbólicas, dentre outros. As redes, nesse tópico, serão compreendidas como diferentes fatores que interligam e fixam diferentes agentes espaciais no espaço de Raposa, a saber: as rendeiras, os pescadores e os promotores turísticos.

Em Raposa, atentamos para as múltiplas redes que reforçam a identidade, o pertencimento e a relação com o exercício da profissão. As redes de parentesco denotam uma das expressões mais flagrantes, no sentido dos homens pescadores e mulheres rendeiras.

Há ainda a articulação entre os agentes espaciais no território e com outros espaços – em especial dos pescadores – no qual há uma *onda* migratória para o Estado de Santa Catarina, algo que se justifica por melhores condições salariais e de trabalho. Nesse sentido, percebemos um indicativo de uma possível desterritorialização, por um lado, mas que por outro lado, dá conta da manutenção da territorialidade de origem em Raposa. Também ocorre a migração sazonal para o Pará, pela maior presença do pescado naquele Estado, em que ocorre a volta dos pescadores para sua Terra de origem, mantendo assim preservadas suas territorialidades.

Corrêa (2012, p. 200-201) explica que há uma complementaridade entre os termos redes geográficas e redes sociais, em que:

As redes geográficas são redes sociais espacializadas. São sociais em virtude de serem construções humanas, elaboradas no âmbito de relações sociais de toda ordem, envolvendo poder e cooperação, além daquelas outras esferas da vida. As redes sociais são historicamente contextualizadas, portanto, mutáveis, das quais são exemplos a rede de parentesco, englobando os membros de uma grande família, ou a de um grupo de pessoas que se organizam em torno de um interesse em comum.

Tomamos ainda como referência o mesmo autor, em que as redes geográficas se tornam redes sociais na medida em que ocorrem relações especializadas traduzidas em interações num espaço dinamizado, “[...] relações e interesses, que se articulam e sobrepõem-se” (SOARES, 2006, p. 77).

As redes geográficas são explanadas por geógrafos como Corrêa (1997, 2012) e Souza (2015) como um aspecto humano voltado para o entendimento dos fluxos e fluxos de diferentes matizes relacionados com questões econômicas, sociais, culturais, impondo, assim, uma nova configuração na dinâmica espacial. Desse modo, Corrêa (1997, p. 107) menciona que “por rede geográfica entendemos um conjunto de localizações geográficas interconectadas entre si por um certo número de ligações”.

Percebemos que as redes geográficas são formadas a partir daquilo que dinamiza e fixa os homens no espaço, seja por razões sociais, econômicas ou culturais. Proporcionar fluxos é a ordem.

“As ligações, [...] podem se referir a fluxos de vários tipos – de bens materiais, de passageiros, de informação, de energia... – que se articulam e ligam entre si diferentes pontos no espaço geográfico [...]” (SOUZA, 2015, p. 167). Notamos, assim, que há um privilégio na abordagem econômica entre os geógrafos ao se referirem às redes.

Contudo, o objeto de análise deste estudo, tem como foco de abordagem as redes que interligam os agentes espaciais no espaço, e de que forma estes agentes espaciais interagem, materializando assim as relações voltadas para o trabalho, para o cotidiano, para a vida em si, configurando, portanto, um espaço-território de articulações e interações físicas e simbólicas.

Para compreendermos tais redes de articulação, privilegamos a visão de mundo dos agentes espaciais pelo viés cultural, já que há uma forte carga identitária refletida no espaço e em suas narrativas, advindas da própria dimensão histórica e social. Trata-se de um espaço cultural, que para Bonnemaison (2012), é vivenciado e concebido em termos de significação e relação simbólica. Seguindo raciocínio semelhante, Saquet (2002, p. 20) afirma:

Uma rede por nós é entendida, sucintamente, como resultado não apenas da relação capital-trabalho e da circulação de mercadorias, mas é fruto de relações sociais, objetiva e subjetivamente, na territorialidade cotidiana; é produto da interconexão, da articulação.

Compreendemos então que há uma relação próxima entre rede, território e territorialidade. Como visto no Capítulo 1, por territorialidade

entende-se um processo que invoca relações simbólicas e identitárias dos agentes espaciais com o território. A territorialidade, para Saquet (2002, p. 20), é entendida como “o desenrolar de todas as atividades diárias que se efetivam, seja no espaço do trabalho, do lazer, na família, etc., resultado e condição do processo de produção de cada território, de cada lugar”.

Tais atividades mencionadas por Saquet se refletem no território a partir do desenrolar da vida, no cotidiano de práticas que levam os agentes espaciais a se unirem em prol de algo ou algum interesse comum; seja o trabalho, a vivência familiar, resultando em espécies de territórios da identidade.

Nesse sentido, quando apresenta relações identitárias e de pertencimento, o território se manifesta alimentado por uma significativa gama de territorialidades. Como afirma Bonnemaïson (2012, p. 291), a territorialidade é aquilo que fixa os homens ao seu lugar, a partir da relação identitária que há entre os mesmos com o território, e também “aquilo que o impele para fora do território, lá onde começa o espaço”.

Deste entendimento, o território funciona como uma condição de rede de fluxos. É o movimento que dinamiza esse território, a partir da articulação com outros espaços promovidos pelos agentes espaciais. Tal articulação se manifesta a partir da re-territorialização de outros espaços, como foi observado em Raposa, algo que será exposto nesta seção. Tratamos do chamado território-rede. Haesbaert (2006, p. 281), por sua vez, alerta:

[...] O território hoje, mais do que nunca, é também movimento, ritmo, fluxo, rede, não se trata de um movimento qualquer, ou de um movimento de feições meramente funcionais: ele é também um movimento dotado de significado determinado para quem o constrói e/ ou para quem dele usufrui.

Desse modo, para Haesbaert (2006), o território se manifesta em redes, tendo como principais características o movimento, a articulação e a compressão do tempo-espaço. Sobre viver em redes em movimento, o autor supracitado esclarece:

Nossas próprias identificações e referências espaço-simbólicas são feitas não apenas no enraizamento e na (sempre relativa)

estabilidade, mas na própria mobilidade – uma parcela expressiva da humanidade identifica-se no e com o espaço em movimento [...]. Assim, territorializar-se significa também, hoje, construir e/ou controlar fluxos/redes e criar referenciais simbólicos num espaço em movimento, no e pelo movimento (HAESBAERT, p. 279-280).

O território reflete a vida e o cotidiano, nos quais se desenrolam relações afetivas e sociais. É o território da segurança, aquilo que os fortalecem em sua identidade e que os fixa em seu lugar – o lugar do pertencimento. É onde ocorrem as articulações que os mantêm próximos, interligados pelos pontos e linhas da rede social e cultural, no contexto de um mesmo espaço ou em suas relações com outros, no mundo exterior ao da vivência banal (CLAVAL, 2010).

Além disso, a noção de redes vai além do campo geográfico. Como afirma Capra (2002), a discussão sobre as redes está presente em outras ciências. Para o presente estudo, cabe a reflexão do referido autor, na qual “as redes sociais são antes de mais nada redes de comunicação que envolvem a linguagem simbólica, os limites culturais, as relações de poder e assim por diante” (CAPRA, 2002, p. 94).

É a partir da comunicação que se cria um conjunto de significados, inclusive espaciais. Tais significados têm as suas origens na própria identidade do indivíduo e da sociedade da qual se faz parte, como defende Capra (2002). A comunicação é um poderoso recurso utilizado pela Geografia e demais ciências afins para descrever a dinâmica territorial. É a partir das narrativas que revelam a relação dos agentes espaciais em um dado território e suas mudanças ao longo do tempo.

Desse modo, lançamos a pretensão de compreender as redes que interligam as funções e os significados supracitados no espaço de Raposa e em determinados contextos fora daquele território. A partir das indagações feitas aos agentes espaciais em questão, descobrimos que: há um novo processo de migração de pescadores para outros estados; há mudança ou conciliação entre profissões; no sentido de que o pescador mudou para o turismo ou permaneceu em ambas as funções. Tais resultados serão contextualizados a partir de então.

Nas visitas feitas à Feira dos Pescadores, às Agências de Turismo e ao *Corredor das Rendas* questionamos se há algum elo que reforce a relação entre os agentes espaciais em questão: pescadores, rendeiras e promotores turísticos. Dentre as narrativas de vida alcançadas, a revelada por *Zequinha*, ex-pescador, e que trabalha como promotor turístico, chama a atenção - “a pesca, a renda e o turismo: o peixe chama a atenção dos consumidores. O turismo chama os *visitante*. E através dos visitantes, a renda é comercializada”.

Contudo, parte das narrativas dos agentes espaciais escutados dá conta de que estes enxergam uma ligação entre si, quando se trata de estratégias de manutenção da vida ali; cada um em seu território, todos em Raposa – um grande conjunto de territórios e territorialidades. Olga, uma promotora turística, e o Entrevistado 14, um pescador, se veem trabalhando cada um com seu cliente, sem grandes ligações, mas vivendo em um mesmo agregado espacial.

Identificamos, a partir das percepções mencionadas acima, uma espécie de território compartilhado, nas “formas de viver cuja solidariedade é baseada na contiguidade, na vizinhança solidária” (SOUZA, 2005, p. 259). É no território compartilhado de Raposa que se observa “os laços de pertencimento e símbolos” (RIBEIRO *et al*, 2009, p. 26) ligando os agentes, formando assim uma rede que os liga por motivos sociais, econômicos ou culturais.

Nesse sentido, ainda de acordo o Entrevistado 14, pescador, “o município é pequeno, todos nós *se conhecemo* e quando um precisa do apoio de um estamos aqui *pra* apoiar um e outro, certo?!”. Sob esta lógica de vida territorial, as expressões do Entrevistado 25<sup>74</sup> também são interessantes, em que: “[...] os pescadores somos unidos, se a gente puder ajudar um ou outro, que a gente trabalha nos barcos desse aí [...]. Se não tiver alguém perto, se não tiver rádio de comunicação, a gente *tá lá pra* socorrer”.

Em Raposa, é possível verificar com bastante força o elo dado por vínculo familiar, já destacado em algumas partes do Capítulo 2. Sobre esta pauta, a Entrevistada 26<sup>75</sup> assim se coloca: “até hoje todo mundo trabalha (*da família*) com pesca e outros fazem renda. Eu sou filha de rendeira e pescador

---

<sup>74</sup>Pescador e mestre de barco em Raposa. Entrevista realizada em julho de 2019.

<sup>75</sup>Rendeira e proprietária de loja de renda no *Corredor das Rendas* de Raposa. Entrevista realizada em junho de 2019.

ao mesmo tempo”. Ela ainda citou que continua trabalhando na rendaria em função de sua avó. Tal *verdade* pôde ser confirmada pelas palavras da Entrevistada 27<sup>76</sup>:

Toda mulher de pescador faz renda, 90% faz renda, então [...] a Raposa ingressou na área de renda porque os pescadores vieram na seca de 54 do Ceará. Então eles vieram por mar e as mulheres vieram por terra. Então Raposa é conhecida como a arte da mulher rendeira, porque uns vieram de um estado para o outro.

Com efeito, o que é expresso pela Entrevistada 26 não é um saber predominante entre os agentes espaciais entrevistados. Para aqueles que veem de outro modo, a falta de interesse em manufaturar a renda e a falta de estrutura para a realização da pesca, favorecem para o enfraquecimento dessas atividades ali.

A partir da entrevista concedida pelo agente espacial *Zequinha*, percebemos que em Raposa houve nos últimos anos uma grande migração ou conciliação de exercício entre as funções da pesca, da renda e do turismo. Ele mencionou que a “pesca (é) uma renda. Forte na nossa cidade é a pesca. Turismo é uma renda extra. Quando *tá* fraco no turismo, nós *pescamo*. Na fase forte né, nós trabalhamos com turismo”<sup>77</sup>.

Tal fato também foi citado por Olga, fazendo surgir novas inquietações que moveram a direção da pesquisa. Como afirma Bonnemaïson (2012, p. 289), deve-se “procurar compreender a concepção de mundo que existe no coração do grupo ou sociedade [...], sobretudo pelo estudo de suas expressões espaciais”. Nesse sentido, descreveremos um pouco mais a respeito da história de vida e do cotidiano dessa singular agente espacial – Olga.

Antes de trabalhar com turismo, Olga era *dona de casa* e já foi funcionária da prefeitura de Raposa, oportunidade na qual trabalhou como professora de artesanato. Atualmente, possui sua própria loja de venda de renda de bilro, herança de sua mãe; desenvolve ainda trabalho no campo do turismo, trabalho este que parece ter prazer em fazer.

---

<sup>76</sup>Rendeira e proprietária de loja de renda no *Corredor das Rendas* de Raposa. Entrevista realizada em junho de 2019.

<sup>77</sup>O primeiro *forte* mencionado por *Zequinha* é a principal atividade econômica de Raposa, a pesca. Já a *fase forte* citado pelo mesmo é o período do ano de maior desenvolvimento da atividade turística em Raposa, principalmente em junho, julho, agosto e fins de semana. O *tá fraco* do turismo é o período em que a atividade turística está em baixa, nos demais meses do ano, sendo substituído pela atividade pesqueira, que proporciona maior rentabilidade.



A sua transição para o turismo ocorreu a partir dos sócios da empresa, Amélia e seu irmão Hélio. Este convidou Olga para fazer os passeios programados; naquela época, ela ainda não possuía barco ou empresa, era apenas uma colaboradora. Olga começou servindo peixe para os turistas, que lhe rendeu muitos elogios.

Olga foi maturando a ideia sobre trabalhar no ramo do turismo. Abdicou do cargo na prefeitura como professora para se dedicar ao ramo do turismo. Juntou uma quantia em dinheiro e comprou seu próprio barco. De acordo com a mesma:

Hoje eu me encaixo no passeio que no artesanato. Não que não dê, mas é porque o artesanato ele prende muito a pessoa, você tem o horário de fechar a loja, você tem de trabalhar ou que chova ou que faça sol, você tem que tá lá na loja. Com os passeios náuticos, não. É quatro horas de duração, terminou [...]. E também você trabalha ao ar livre, você vê a natureza, você se diverte ao mesmo tempo, você trabalha, mas se diverte, você não fica preso só em quatro paredes [...].

Como citado anteriormente, Olga mencionou que não há uma relação direta entre pesca, renda e turismo. Contudo, ao longo da entrevista mencionada, percebemos que a entrevistada se utiliza de um dos símbolos da própria pesca nos passeios náuticos, o peixe; elemento que representa uma das identidades culturais do município de Raposa. Desse modo, o território se mostra como um “espaço cultural” (BONNEMAISON, 2012), no qual é vivido, percebido cotidianamente, a partir da função social ao qual desempenha, revelando a própria cultura local a partir do trabalho, dos usos e da apropriação do território.

Assim como uma parte dos entrevistados, Olga também mencionou que pelo menos um membro da família trabalha com renda, pesca ou turismo. Dois de seus filhos, pescadores, migraram para Santa Catarina para trabalhar no ramo da pesca, dada as melhores condições de trabalho, de maior seguridade para o exercício da profissão, a fim de obter maior renda, se comparado com a vida em Raposa.

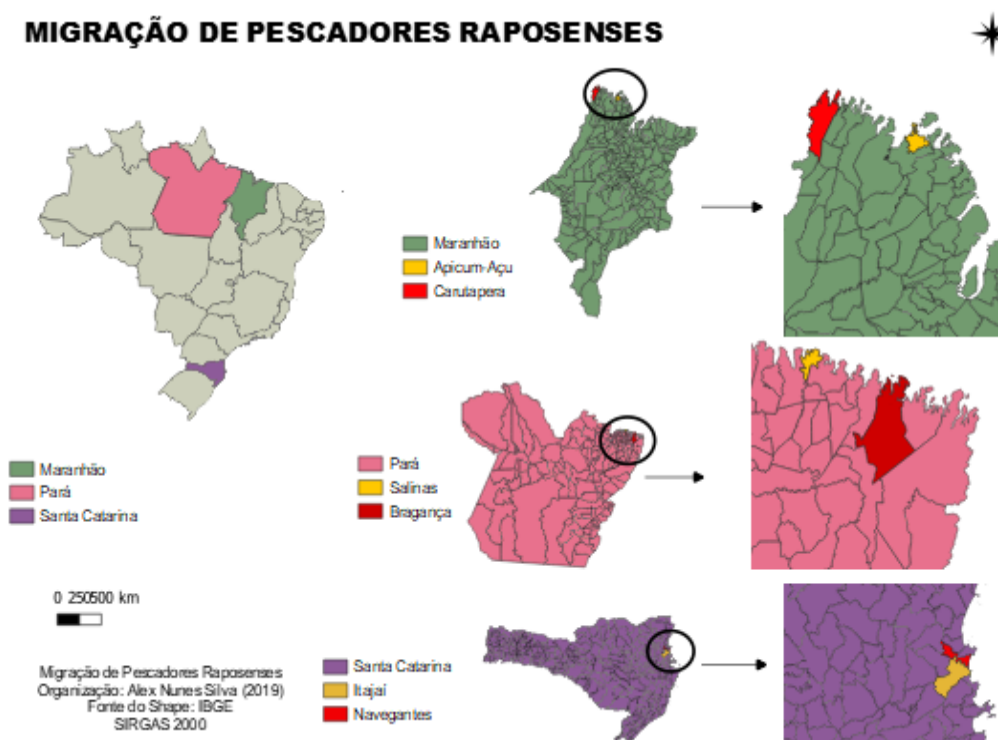
Nesse sentido, tal movimento migratório também foi notado mediante as entrevistas construídas com os pescadores na Feira dos Pescadores, no qual tal fato é confirmado pela Secretária de Pesca de Raposa, Lavina Lisboa:

“a imigração (*dos pescadores*) vai para cidades pesqueiras”. Ela ainda menciona:

Quando você me pergunta que outros pescadores estão imigrando para outros estados... Raposa, ela é conhecida como o maior pólo pesqueiro do estado do Maranhão. Infelizmente, a nossa pesca ainda é artesanal. O pescador quando ele sai para pescar, ele vai em busca de peixe. Então ele não tem secas e nem barreiras, ele vai em busca.

O *ir em busca*, citado por Lavina, refere-se ao peixe, no estado do Pará quando as condições naturais não favorecem, além de melhores condições de trabalho, qualidade de vida e maior renda financeira, no estado de Santa Catarina, conforme ilustrado na figura 49 abaixo, a partir de dados obtidos com os pescadores entrevistados em Raposa.

**Figura 49:** Mapa de Migração dos Pescadores Raposenses



Organização: SILVA (2019). Fonte: Pescadores de Raposa (2019).

Assim Lavina relata a respeito da migração sazonal para o Estado vizinho:

Como você sabe que nós temos um litoral extenso, de repente eles estão aqui e vão para o Pará, porque souberam que o peixe está dando no Pará. Hoje, se chegando aqui eu quero lhe dizer que o nosso peixe tá bem próximo aqui. E como ele está próximo, os pescadores eles não precisam ir para outro Estado. Então essa é a questão quando as pessoas dizem: “os pescadores estão imigrando”. Se eu encontro um pesqueiro no Pará, e faço três pescarias lá, eu tenho que encostar, eu tenho um local onde eu durma. Ou dorme no barco ou dorme em um local para que possa voltar, completar o rancho e retornar. Ultimamente, eles têm permanecido muito tempo fora. Mas como o peixe voltou *pra cá*, já estão retornando.

Percebemos na narrativa de Lavina que a migração para o Pará ocorre somente quando o peixe em Raposa se torna escasso, visto principalmente no período de estiagem, entre julho a dezembro, como mencionou o Entrevistado 16, pescador.

No que diz respeito à migração de pescadores de Raposa para Santa Catarina, Lavina relata:

Se eu sou profissional, e alguém me fala que em outro Estado eu tenho oportunidade de melhores condições, de melhores salários, de uma pesca industrial, claro que eu irei para outro Estado para ser empregado em uma pesca industrial e essa é a questão que os pescadores estão fazendo. Eu agora estive em Santa Catarina (*em Itajaí, mas onde eu visitei os pescadores foi em Navegantes*) e encontrei vários pescadores nossos e perguntei *pra* ele porque ele permanecia em Navegantes. Eles disseram que é porque lá, além da pesca ser industrial, ela é uma pesca que oferece seguro, que oferece um salário melhor, e então ele foi procurar as melhorias. Essa é a questão que eles estão indo *pra lá*. Nós temos barcos aqui que estão sem mestre, porque os mestres estão procurando qualidade de vida, melhoria. Essa é a questão.

Lavina reconhece que a pesca em Raposa ainda é artesanal, levando o pescador a trabalhar com condições e equipamentos de trabalho limitados, se comparado com Santa Catarina. É onde os pescadores possuem, aparentemente, mais direitos e um maior reconhecimento social da função que desempenham, além de gerar mais renda para o pescador, conforme será mencionado no tópico 3.2.

Como mencionado na fala do Entrevistado 15, pescador, o “devagar de pescar” em Raposa ocorre por motivos que foram narrados pelos pescadores, como a falta de pescado no período de estiagem, que leva os pescadores a migrarem sazonalmente para o Pará. Sobre a discussão em tela, o Entrevistado 25, pescador e mestre de barco, já citado, assim se manifesta: “esse período do inverno o peixe tá mais *pra cá*. Quando chegar o verão a

gente vai *pra* mais longe [...], aí vai ser Carutapera (MA), Apicum-Açu (MA), Salinas (PA), Bragança (PA)”.

O Entrevistado 28<sup>78</sup> relatou que apesar do Pará ter muito peixe, há a problemática da periculosidade causada por piratas que invadem os barcos, amedrontando alguns pescadores de Raposa que não se deslocam mais para o Estado supracitado:

Do Pará a gente tem medo pela seguinte maneira: tem muito pirata. Os *piratã* matando os *pescador*. A gente encosta *num* canto, eles chegam, entram dentro do barco, eles *rende* a gente, prende a gente e ainda mata a gente *pra* roubar o que tem dentro do barco: o pescado. Eles roubavam a rede. Isso há 25 anos. Hoje em dia que *tá* perigoso.

Ainda de acordo com o Entrevistado 15, pescador, há uma espécie de agenciamento que leva pescadores de Raposa para Santa Catarina, algo que ocorre através de uma firma. Para o referido pescador, assim funciona a mobilidade de pescadores do município para o sul do país:

Diz que lá é bom *pra* ganhar o dinheiro deles. Os que vêm de lá eles *diz* que é bom de trabalhar e ganhar dinheiro com pesca *pra* lá. Às vezes eles têm uma pessoa que vai *pra* lá, aí às vezes aquela firma que eles tão trabalhando, aí eles dizem: rapaz a gente *tá* precisando de tantos pescadores, aí eles ligam *pra* cá. Rapaz, vê se fulano de tal [...] que aqui dá certinho *pra* ele. Aí quem já tem vontade de ir, as firmas mandam o dinheiro, passagem e tudo. Lá eles trabalham tudo de carteira assinada.

Com efeito, não há dados oficiais disponíveis na Colônia de Pescadores e na Prefeitura de Raposa, no que diz respeito à quantidade de migrantes que se deslocaram para outros estados para continuar trabalhando com a pesca. A despeito dessa situação, vejamos o que diz o Entrevistado 28, pescador: “aqui na Raposa tem mais de umas 500 pessoas lá”.

O papel da Colônia de Pescadores, de acordo com o funcionário Luan, ajuda a promover a saída do pescador com toda a documentação necessária para que o mesmo possa dar entrada no município em que passará a residir:

Aí o pescador vem aqui, faz a solicitação de transferência, a gente sede a transferência, faz uma declaração informando que ele pagou a quantidade de tempo aqui que ele era colonizado, que ele residia aqui na Raposa e que ele exercia essa profissão. Junto a isso, a gente entrega a ficha de cadastro, com uma

---

<sup>78</sup>Pescador de Raposa presente no Porto do Braga. Entrevista realizada em julho de 2019.

declaração de atividade rural. Nessa declaração de atividade rural é exposto: o quê que ele pesca, o material que ele usa e onde ele pesca. Isso tudo *pra* quando ele chegar nesse município que ele vai passar a residir, e quando ele for se colonizar ou se sindicalizar lá, tem que ter todas essas informações; que quando ele for requerer os benefícios futuramente, o INSS exige que ele apresente documentação do atual sindicato ou colônia e do anterior que ele foi transferido.

Notamos que a migração motivada pela atividade pesqueira para o Pará ocorre quando não há oferta abundante de pescados em Raposa, sendo então um deslocamento temporário, como afirma Lavina: “no Pará, às vezes o peixe está dando pra lá, e então de repente encontra uma noiva, uma namorada e até já fica, entendeu, né?!” Em relação à migração para Santa Catarina, ainda de acordo com Lavina, os pescadores que se deslocam para lá “vão por essa questão, da qualidade de vida, melhores estruturas de barcos e salário. Aqui é artesanal, e lá é industrial, profissional”.

Como relatado no caso de Olga, em que houve a transição entre as funções da rendaria para turismo, o mesmo tem sido observado entre outros agentes espaciais. O ex-pescador e promotor turístico, Carlos, mencionou que um dos motivos pelo qual abdicou da pesca, se transferindo para a atividade turística, é o fato de que muitos barcos em Raposa não possuem a estrutura necessária para angariar outros mares, pelo alto custo em mantê-lo, e pela fatura de peixe que anda em baixa. Assim se coloca o agente espacial supracitado:

É porque a pesca ela hoje tá muito escassa aqui no município de Raposa, na costa maranhense aqui. Um barco hoje sai passa mais ou menos 12 *dia*, 15 *dia*, pescando *pra* poder chegar não pegar 300 kg de peixe. E a despesa é muito grande. Um barco *pra* sair, um barco de 500 kg, 700 kg, por exemplo, a nossa era 700 kg, *pra* sair *pra* pesca, você gastaria 2.000, 2.500, 2.300, *pra* poder ela sair *pra* uma pesca, pescaria, incluindo vale, rancho, gelo.

Como mencionado brevemente no início deste tópico, observamos que há agentes espaciais que conciliam duas atividades, conforme o período do ano em que há maior movimento e lucratividade, como *Zequinha*, pescador e funcionário da empresa de turismo *New Hope*. O mesmo trabalha com pesca e com o turismo, nesse último quando há um maior fluxo acentuado de turistas no município.

Outra entrevistada, Saguyna, é proprietária da Agência de Turismo *Guia Tour Passeios Náuticos*, já mencionada no Capítulo 2. Ela também

mudou da pesca para o turismo. A mesma mencionou que “a gente trabalhava com pesca. Aí a gente começou a ver que tava crescendo o turismo aqui, aí a gente resolveu mudar de pesca para turismo”. Tal fato ocorreu há sete anos, e a mesma não vê sentido em pensar em sair do ramo de trabalho no qual se encontra nos dias de hoje.

Outra questão significativa de ser apontada aqui, se tratando de redes, diz respeito às parcerias que as agências de turismo tecem entre si a fim de fortalecerem os serviços que oferecem para lucrarem mais. Um exemplo disso reside na *Guia Tour Passeios Náuticos*, a qual tem parcerias com agências de turismo de São Luís, que trazem vans com turistas para Raposa para a referida empresa. Ainda mais, essa empresa revende a rendaria para os turistas.

Já a empresa de turismo de Carlos surgiu em 2010. O mesmo possuía uma “lancha” de pesca que adaptou para o turismo, mencionando o seguinte: “nós *paremo* a atividade pesqueira e *vendemo* a outra lancha e *fizemo* outra, aí *botamos* no turismo. Como era Alegria 1, que era de pesca, daí surgiu o nome da empresa Alegria turismo”.

No que diz respeito à renda de bilro, essa é a materialização dos conhecimentos adquiridos ao longo do tempo, que simbolizam o dia-a-dia, o território e a paisagem de Raposa. Nesse sentido, percebemos que as rendeiras possuem uma forte rede entre si e com as suas respectivas famílias – os maridos pescadores, como afirma a Entrevistada 29<sup>79</sup>: “cada rendeira tem o seu marido, filhos *pescador* o marido pescador, então liga uma coisa assim. A Rendeira tece rede (*de pescar*) *promarido* dela [...]”.

Destacamos ainda as redes de conexões que a Entrevistada 29 estabeleceu com outras agentes espaciais em Raposa, ensinando-as a produzir a renda: “eu só tenho um filho, adotivo, né?!, que eu criei, é meu filho né?!, mas eu não tenho filha mulher. Eu já ensinei muita gente né?!, já ensinei muita menina”.

A renda de Raposa não se encontra somente no município. Ela é comercializada em outros espaços, como mencionou a Entrevistada 18, rendeira. A renda também é comercializada em eventos e exposições de feiras

---

<sup>79</sup>Rendeira e proprietária de loja de renda no *Corredor das Rendas* de Raposa. Entrevista realizada em junho de 2019.

no Centro Histórico de São Luís, CEPRAMA e em *Shoppings Centers* de São Luís e São José de Ribamar, no qual os responsáveis pela organização desses eventos contatam as rendeiras diretamente na Associação das Rendeiras.

Além dos espaços citados, a renda de Raposa já foi comercializada em outros estados e países, através de *terceiros*, nesse caso, os atravessadores. Segundo a Entrevistada 18, esses revendem a renda em locais desconhecidos por ela, mas, a mesma tem o conhecimento de que a sua renda já foi revendida em Paris, França.

Para a Entrevistada 29, o fato da renda de Raposa alcançar espaços tão distantes do município é outro motivo que traz o sentimento de identidade, em que a mesma cita: “porque a renda é conhecida no mundo todo, nossa renda. O que falta é só incentivo dos *governante* [...]. Já teve jornalista de países longe aqui nessa casa. Já teve cineasta fazendo filme”.

Percebemos na fala que a Entrevistada 29 é uma das mais antigas moradoras de Raposa. Seus conhecimentos lhe permitiram compartilhá-los com outras mulheres de Raposa, criando desse modo uma rede de aprendizagem e solidariedade no município.

Em suas críticas, notamos que se faz necessário por parte do poder público maior investimento voltado a atender o interesse das rendeiras, que é maior divulgação das potencialidades turísticas de Raposa, no qual se inclui a renda de bilro, valorizando assim essa tradição que já dura décadas no município, além de fomentar a renda financeira, a empregabilidade e o reconhecimento da profissão.

Tais investimentos também se fazem necessários para o ramo do turismo náutico, de modo que reconheçam e explorem sustentavelmente as potencialidades naturais de Raposa. E investimentos com os pescadores, no sentido de ofertar melhores condições de trabalho para que haja uma maior e qualificada renda do ponto de vista financeiro. Sem a pretensão de confundir o leitor, aceitando tal trocadilho, o tópico do texto que se segue, tratará o termo renda com significado de rendimentos financeiros e o artesanato– renda – será reportado a partir do termo rendaria.

### 3.2. A renda dos pescadores, das rendeiras e do turismo

O termo renda possui diferentes conotações. Renda financeira, renda de tecido, dentre outros. A renda, nesta seção deste trabalho, será entendida como a renda financeira proveniente da rendaria, da pesca e da atividade turismo, bem como a partir de fontes secundárias que vêm a complementar os ganhos financeiros das pessoas e famílias pesquisadas, como a profissão docente, por exemplo.

Hall (1997) destaca que no século XX conheceu-se a chamada “revolução cultural”. Temos observado que a cultura tem sido apropriada pelos meios de comunicação, no sentido de levar tal cultura a outros espaços em um curto período de tempo. Nesse sentido, a mídia funciona como uma espécie de jogo de *marketing* na tentativa de convencer e atrair um público alvo para consumir ou se apropriar dos bens culturais e dos espaços que estes ensejam. Nesse sentido, “os meios de produção, circulação e troca cultural, em particular, têm se expandido, através das tecnologias e da revolução da informação” (HALL, 1997, p. 17). Tal consideração não tem sido observada em Raposa, sendo alvo de muitas queixas por parte principalmente das rendeiras, que será explanado neste tópico.

Notamos como a cultura tem o poder de transformar uma realidade, o cotidiano, desde uma escala local a uma escala global, com a inserção de novas relações de trabalho, de consumo e produção. Percebemos, assim, que há um grande movimento econômico em torno da cultura em suas múltiplas abrangências, visto principalmente sob o viés do turismo, no sentido de que os turistas os consomem, gerando lucro para aqueles que vivem essas práticas espaciais.

Ao se tentar instigar os agentes espaciais sobre os proventos obtidos das atividades supracitadas, há também que se explicar a forte carga simbólica e identitária condensadas por meio dos símbolos ali presentes, como o peixe, o barco, a renda e lojas e as agências de turismo, para citar somente alguns. Símbolos esses que revelam, num emaranhado de relações políticas, a cultura do trabalho e da vivência no lugar onde moram, vivem e trabalham e,



sobretudo, estruturam a vida com base em saberes transmitidos entre gerações.

De tal modo, os elementos simbólicos adquirem conotações sociais e econômicas, o que para Do Rio (2012, p. 158), quer dizer que: “as atividades econômicas, por sua natureza e diversidade, produzem diferenciações e desigualdades espaciais”. Tais diferenciações e desigualdades podem ser observadas por aqueles que detêm os recursos e outros não. Em um território com múltiplos agentes espaciais, a diferenciação se observa a partir dos diferentes modos de produção de uso da Terra.

Em Raposa, observamos ainda um sub aproveitamento das potencialidades naturais e humanas, havendo assim uma perda de renda financeira na concepção de alguns dos seus moradores. A própria perda simbólica dos elementos que caracterizam a cultura do município, pelo pouco (re)conhecimento daquilo que Raposa é capaz de oferecer (ou vender) para os visitantes, sendo representado pelo desinteresse na continuação do desenvolvimento da rendaria por parte de algumas filhas de rendeiras.

Para Corrêa (2014), cultura e economia estão intimamente relacionadas quando são levadas em consideração as formas simbólicas espaciais fixas e as formas simbólicas espaciais móveis manifestadas no espaço, e com camadas de significados adquiridas ao longo do tempo, significados que se remetem às identidades dos agentes espaciais e, assim, do próprio espaço. Ademais, é preciso dizer também que é possível, certamente, a criação de novos símbolos “capazes de conferir aos seus usuários status, poder e identidade” (CORRÊA, 2014, p. 32), visto em grandes marcas globais ou mesmo na escala de uma pequena comunidade.

Para Do Rio (2012), há uma série de práticas que revelam a dinâmica econômica no espaço, como por exemplo, a periodicidade do evento, a localidade, a infraestrutura presente, além dos modos de produção que irão determinar o uso da Terra.

Tais práticas, suas desigualdades e as suas problemáticas resultam assim no desenrolar da vida de Raposa. Como a renda financeira adquirida através dos símbolos que remetem a identidade do município que sustenta a vida de pescadores, rendeiras e promotores turísticos, no qual retiram sua

renda financeira para sobreviver, são assim questionamentos que regem os rumos dessa seção.

No que se refere à rendaria, o público que a consome é em sua maioria composta de turistas que vêm para São Luís e que, durante a estadia na capital, ouvem falar a respeito de Raposa, e na ocasião, consomem os produtos ali ofertados, conforme relatado nas entrevistas postas no Capítulo 2. Contudo, as rendeiras entrevistadas relatam que “*as vendas estão baixas*”, por, principalmente, falta de incentivos do governo. Por outro lado, as mesmas rendeiras lembram com saudosismo dos “tempos de antigamente”, nos quais “as vendas caminhavam de vento e polpa”. Sobre este assunto, atentemos para o depoimento da Entrevistada 29, rendeira:

Tem caído muito, a falta de incentivo, né?! Tem gente que chega aqui e nem sabia que tinha renda, o guia que trouxe do hotel. *Tá faltando* isso, o incentivo, no hotel, nas cidades *grande*, mandar fotos, filmagem da renda, um conhecimento primário, profundo, porque antigamente vinha mais, muito.

Percebemos que, a partir do depoimento da rendeira, há uma queixa acerca da falta de divulgação das potencialidades turísticas e culturais de Raposa. De acordo com as rendeiras entrevistadas, o período no qual houve um turismo acentuado em Raposa ocorreu entre os anos 80 e 90, quando àquela época o Governo Federal fez uma intensa campanha de *marketing* para atrair turistas para o município, como afirma a Entrevistada 26, rendeira:

Antigamente quando eu era mais nova, nos meus 10 anos, 8 anos, assim que eu comecei a aprender a fazer renda, eu via a loja da minha avó com muito turista. Isso era anos 90. Nesse tempo era muito turista. Era todo dia; todo dia tinha turista na cidade de Raposa. No tempo do Governo do Sarney tinha mais divulgação, tinha mais coisa nova, [...] era muito divulgado, tanto a renda quanto a cidade, as *praia*. Hoje é divulgado, mas não *tá* sendo tanto quanto antigamente. Todo dia tinha uma reportagem das *rendeira* no jornal. Agora hoje, nem tanto.

Nesse sentido, para que o conhecimento de uma cultura e suas práticas alcance novos espaços, e com isso obtenha uma potencial fonte de recursos financeiros, se faz necessário um amplo *marketing* para que atraia novos consumidores. Tal fato, que antigamente gerava maior renda financeira entre as rendeiras, já não é tão observado nos dias atuais, o que gerou muitas críticas entre os agentes espaciais entrevistados. Isso pode ser confirmado nas

palavras da Entrevistada 29, rendeira: “vivo com muita dificuldade, porque assim, não tem aquela venda como antigamente [...]. Foi no tempo do Sarney que fizeram propaganda. A mulher do Sarney que expandiu”.

Notamos que a falta de visibilidade das rendeiras em outros espaços, conduz assim a um não conhecimento prévio das potencialidades culturais e turísticas de Raposa, não havendo desse modo um maior fluxo financeiro para manter as famílias, como afirma a Entrevistada 26, rendeira:

A Raposa é um lugar muito escondido. Antigamente vinha muito turista, mas agora não vem mais. E o pessoal que mora aqui mesmo que são *raposense*, que são aqui da Terra, eles não se volta pra fazer a renda. Tipo, as mulheres, é tipo assim, umas são pescadoras, mas já são daqui não são do Ceará como veio à geração. Então quem só faz a renda é gente tipo daqui, só que os cearenses (*descendentes*).

Além da pouca divulgação, outro fator que prejudica a comercialização e a manutenção da tradição da renda é a falta de interesse das gerações mais novas no aprendizado da rendaria, como relatou diversas rendeiras entrevistadas. Quando a Entrevistada 26 se pronunciou sobre esta questão, assim o fez:

[...] Eu acho que (*se*)tivesse mais rendeira, tinha mais turismo e era mais *reconhecido* a nossa renda. Porque elas acham que dá muito trabalho e não rende. Tem umas que abrem seu próprio negócio, [...] mas só que não rende, porque logo o turismo *tá* muito fraco. A gente passa muito tempo *pra* fazer uma peça de renda, quase um mês pra fazer um vestido, uma blusa, e tem gente que não reconhece o nosso trabalho. Aí como o turismo *tá* mais fraco, o dinheiro também fica fraco, que tipo assim, a gente depende, que é rendeira depende deles pra fazer a renda, *pra* comprar o material *pra* poder fazer a renda. Ai tem algumas que não faz porque não rende. Por causa do *divulgamento*. *Tá* faltando *divulgamento*. É só isso que precisa.

O depoimento da Entrevistada 26 revelou que as gerações mais novas não possuem o interesse em permanecer no ramo da rendaria por conta do longo trabalho que precisa ser feito, além da remuneração não compatível com o tempo despendido para tanto. Para a Entrevistada 27, rendeira, presente em sua loja no *Corredor das Rendas* enquanto tecia a renda de bilro, há outras razões que precisam ser consideradas, como as tecnologias que ocuparam, *virtualmente*, o espaço da rendaria, “porque a renda é um trabalho demorado e precisa de muita paciência. A jovem prefere a *qualidade*, o celular, a tecnologia”.

A Entrevistada 1, rendeira, também presente em sua loja no *Corredor das Rendas*, mencionou que sua filha não tem o mesmo interesse pela rendaria, assim como ela teve quando era jovem. De acordo com a Entrevistada 1, seus filhos não querem trabalhar nem com a pesca e nem com a renda, pois assim sua filha lhe disse: “mãe a senhora luta demais, mas não vejo retorno”.

Carlos, promotor turístico, relata sua vivência em Raposa, e nos diz que as jovens raposenses não têm o mesmo interesse que suas mães e avós na confecção da renda, havendo assim um impacto na própria cultura de Raposa. Para ele, a renda está intimamente relacionada com o turismo, compondo um conjunto de fonte de renda para as famílias. Para este:

[...] antigamente, você passava via as *criancinhas* de 10 anos, de 15 anos, 12 anos, fazendo renda. Era em (1995), eu lembro disso. Hoje, ou essas pessoas mais velhas já morreram, a juventude de hoje não quer mais fazer isso, não quer mostrar a cultura daqui. O que eles aprenderam com os pais deles, eles não querem mais fazer. A renda que entra hoje em Raposa vem da Paraíba, Fortaleza e até de Barreirinhas. Eles trazem o material pra fazer aqui. Já vem pronto, pra não ter o trabalho de fazer. Aqui (em Raposa) só *fazem* o remate, um desenho, coisa simples. Por que as *moçaszinhas* de hoje elas têm vergonha de ver um turista chegar e *ver* elas batendo a renda. [...] então *tá* acabando a cultura aqui. Turismo hoje não é bico. É fonte de renda, porque *nós recebe* turista de fora.

Como Carlos citou, algumas mulheres que trabalham com renda em Raposa não são necessariamente rendeiras, e sim atravessadoras, no qual recebem os produtos prontos de outros lugares, geralmente de outros Estados, como menciona a Entrevistada 27, rendeira:

Porque muita gente quer ter uma loja, mas não *ter* o significado de uma renda faz um bem pela memória, pelas nossas articulações, é um elo que a gente tem entre família. É por isso que a gente não prefere trazer de fora, prefere manter a tradição e fazer aqui. Elas nem rendeiras são, são atravessadoras do trabalho.

Percebemos pela narrativa da Entrevistada 27 a crítica que a mesma tece para os agentes espaciais que não se apropriam de fato do significado e da importância da rendaria. No caso da Entrevistada 27, que vive simbolicamente e financeiramente da rendaria, tem disso seu dia-a-dia, sua profissão, refletido em sua loja que se localiza no *Corredor das Rendas*. É nesse espaço que também abriga a casa, a família, é aquela de recebe os

clientes. É a casa das relações íntimas familiares que também se abre para o mundo. O trabalho cotidiano, muitas vezes observado nas tardes no qual as rendeiras estão elaborando a renda de bilro, divide espaço com afazeres domésticos e familiares. O trabalho, desse modo, resulta na própria manutenção diária da casa, sendo assim um “espaço geossimbólico, carregado de afetividades e significações” (BONNEMAISON, 2012, p. 293).

Há casos também em que há somente uma rendeira na família. Conforme a Entrevistada 26 relatou, essas encomendam a rendaria do próprio Ceará, onde há familiares:

Uma peça demora muito pra a gente fazer, em media um mês, quando tem da família aí é melhor, mas quando não tem, quando é só uma pessoa da família que faz. [...] Claro que ela vai comprar tanto de fora como vai pedir pra outras rendeiras fazer. Esse é o certo. [...] Claro que tem que ser comprado de fora, Fortaleza, porque tipo, como os descendentes já vieram de lá, então existe gente da família lá também, ainda que faz e manda, ou senão a gente compra lá no lugar que tem lá renda.

A narrativa da Entrevistada 26 no que diz respeito à presença da rendaria cearense em Raposa também é ressaltada pela Entrevistada 18, rendeira, em que ela ainda menciona sobre outras modalidades de rendaria feitas pelas rendeiras de Raposa:

[...] na verdade, na maioria das lojas a renda vem do Ceará. Elas compram do Ceará *pra* vender aqui. Então acaba tudo se comparando. Por isso, às vezes chega gente de longe e diz: “*ixi*, mas essa renda eu vi no Ceará”, porque são os mesmos moldes [...]. E acaba tudo se comparando, só que ultimamente a gente já faz bolsa, bijuteria, fizemos vestidos, essas coisas assim que no Ceará ainda não fizeram, porque de lá é mais a camiseta, essas coisas, e a gente tem tentado inovar[...], fazendo renda com um outro tipo de linha [...] que é tipo capim dourado [...].

Além da questão das gerações mais novas, a Entrevistada 26 relatou que ocorre um conflito territorial-simbólico no próprio *Corredor das Rendas*. De acordo com a mesma, há uma maior permanência e consumo dos turistas das rendarias no trecho inicial do Corredor, além de que existe uma rede que liga algumas rendeiras e alguns promotores turísticos no direcionamento dos turistas para determinadas lojas:

Agora assim, como existem dois setores que a gente chama, que é esse e outro que fica mais lá na frente, [...] que tem umas rendeiras, tem uns jornalistas que vem, mas só que eles só querem filmar aquele pedaço de lá, o outro o daqui parece assim que [...] aqui só existia esse setor, só era aqui que tinha rendeira.

Como lá começou a ter rendeira, aí todo mundo foi pra lá. Então, até os turistas quando vêm, eles ficam só lá naquela parte. É tipo assim: uns *vende* e outros não *vende*. Aí também fica difícil tanto na renda. E tem esses *peessoal*, os *guia*, tem vezes que eles ganham dinheiro. Alguns guias estão sendo comprados, tem uns que trazem *sópra* uma loja e fica só naquela loja.

Ainda conforme as entrevistas realizadas, a insegurança, da recessão econômica, da falta de organização no município, da falta de incentivos por parte do governo, são assim fatores acarretam no fechamento de lojas de renda em Raposa. Sobre essa questão, Edson Duarte, secretário de turismo de Raposa, atribui à crise econômica que atinge o Brasil desde 2015. Assim ele se coloca:

Houve um decréscimo no número de lojas, *tá?! N*ós chegamos a ter vinte e nove *lojinhas* de artesanato e hoje tem vinte e duas, houve aí uma perca, [...] em função da crise. Porque o turismo interno, o ludovicence, o pessoal da região metropolitana, o pessoal das cidades mais próximas, que nos finais de semana trazem excursões pra cá, até mesmo da região sul do estado [...], que vieram *pra* São Luis, vem *pra* Raposa, já tem um perfil diferente: é aquele que não vai comprar o artesanato.

Como muitas rendeiras mencionaram que as vendas de renda estão diminuindo, levantamos assim a hipótese das mesmas terem outros serviços para que houvesse um complemento da renda doméstica, em que foi mencionado por algumas delas, como a Entrevistada 18, em que menciona: “eu não vivo só da renda, eu sou professora, eu trabalho pela manhã, e é por isso que lá só é aberto à tarde [...]. Muitas têm como fonte de renda principal a renda, porque não tem outra fonte, mas, boa parte delas, é um complemento”.

Outra rendeira, a Entrevistada 29, já trabalhou como marisqueira e é aposentada nessa função. Hoje, além dos proventos da aposentadoria, complementa sua renda com a rendaria de bilro, em que “meu marido que também trabalha com peixe, eu também sou aposentada, Graças a Deus. Uma coisa ajuda a outra”.

Também há rendeiras que se dedicam somente à rendaria, como é o caso da Entrevistada 27:

Eu sobrevivo somente da renda. [...] A minha sobrevivência da renda ela se torna mais razoável porque eu trabalho muito e eu faço muita renda, então quanto mais produto eu tenho, mais produto eu tenho pra vender. Então a minha vida é razoável em questão de renda. Dá pra sobreviver, e satisfeita.

Outro ponto mencionado pelas rendeiras diz respeito ao período certo no qual há maior movimento de turistas e de vendas da rendaria, que compreende os meses de junho, julho, agosto, setembro e fins de semana.

Outro fator é o prazer e a satisfação em trabalhar com a rendaria, que é algo que é enfatizado pelas mesmas. Além de ser uma atividade transmitida pelos pais ou avós, a rendaria traz ainda um senso de identidade enquanto mulher rendeira, mulher da sua terra (Raposa), como menciona a Entrevistada 27: “continuei pela tradição, *pra* deixar a tradição da minha família viva”.

É possível auferir assim um alto valor simbólico e cultural na narrativa, sendo a rendaria a representação de um trabalho que dinamiza a economia local e revela práticas cotidianas, sendo que por parte da Entrevistada 27 é algo a ser preservado, dada a importância para si e para sua família. Desse modo, tal tradição se reflete na sua própria filha, que faz rendaria de bilro desde criança, contrariando as críticas feitas acima sobre a não continuidade desta cultura por alguns jovens: “[...] a minha filha já *tá* na quinta. Ela faz a renda desde os sete anos, hoje ela tem quinze. [...] Complementa com o estudo. Ela pretende ingressar em outras atividades, mas nunca deixar morrer a cultura de bilro”.

Tal *sentido* mencionado pela Entrevistada 27, no que diz respeito em manter a tradição da renda, além do vínculo identitário, é também mencionado pelas Entrevistadas 29 e 26, rendeiras. Atualmente, a Entrevistada 29 ainda se encontra na entrada de sua loja, tecendo a rendaria, atividade essa que lhe remete um senso de identidade: “[...] eu acho lindo a renda, eu amo fazer e ver cada peça de renda que sai do nosso cérebro que a gente desenha e faz; *pra* mim é muito compensador Deus ter me dado esse dom”. Na extensão da sua fala e empolgação, ela ainda relata:

*Pra* mim é compensador trabalhar com renda porque eu já criei meu filho, tudo trabalhando com renda, fazendo renda, no tempo em que fazia de lamparina [...]. Fiz muita renda de lamparina à noite, no *farolão* grande [...], mas é compensador. Graças a Deus criei meu filho, ainda trabalho ainda, faço renda, ainda faço as minhas coisas graças a Deus, então *pra* mim é compensador, é ótimo.

Notamos a partir da narrativa da Entrevistada 29 a importância da atividade da rendaria que lhe acompanha por décadas, que começou de modo

rudimentar. Nos dias atuais, ela se encontra sentada em uma cadeira de balanço na entrada de sua loja, no *Corredor das Rendas*, aproveitando a luz solar, o movimento das pessoas e das suas vizinhas colegas de profissão para desenvolver a rendaria de bilro. Outrora, a rendaria e a atividade pesqueira lhe ajudaram a criar seu filho, sendo que hoje ela é principalmente uma atividade que lhe gera satisfação em desenvolvê-la, resultando na própria renda financeira, ajudando assim a manter a vida – feita de sentidos e emoções.

Fato esse, do orgulho, compartilhado pela Entrevistada 26:

Ela (*a avó*) me ensinou, no tempo eu morava com ela, ela me ensinou, até hoje eu faço. Eu acho um trabalho muito bonito. Só com a renda que trabalho. Eu me sinto muito bem fazendo a renda. Eu me sinto muito realizada. Eu me sinto a única pessoa que sabe fazer aquele trabalho.

Como a Entrevistada 26 mencionou, a mesma obteve o conhecimento da rendaria através de seus familiares, o mesmo que acontece entre os pescadores, como cita o Entrevistado 28, pescador: “Eu tenho barco de pesca, eu sou que nem meu pai, eu acho que eu também vou morrer no mar. Só sei fazer isso, pescar”.

Agora, já tratando mais especificamente sobre a renda do ponto de vista financeiro no tocante à atividade pesqueira, a mesma obtida nesse território é variada, de acordo com o período do ano e com a fartura ou escassez do pescado. Para o ex-pescador e promotor turístico Carlos, o período de melhor pesca é durante as chuvas e o pior durante o período de estiagem, por causa dos ventos.

De acordo com Entrevistado 16, ex-pescador e vendedor de pescado, explica o seguinte: “aqui quando *tá* na fartura, aí o peixe fica mais barato: 5,00 reais pescam aqui perto. Quando peixe fica escasso, eles se mandam *pra* lá (*Pará*). [...] Agora não dá muita renda, porque tem muito peixe”.

Ainda tomando como exemplo o Entrevistado 16, o mesmo explica a dinâmica de compra e venda do pescado:

Tem o pescador, tem o vendedor (*carreteiro*), e os *comprador*. No caso nós somos *comprador* de vai e vem, nós *compra* lá em baixo e vende aqui, na balança. Aí quando *tá* ruim de venda, a gente *tamo* comprando e revendendo aqui mesmo. Quando tem fartura, enche o carro com duas ou três caixas e já leva logo, e aqui ele não paga 30,00 de taxa, evita muito dinheiro.



Contudo, como mencionado na primeira seção deste capítulo do trabalho, a pesca de Raposa ainda é artesanal. Se comparado com outros estados, como Santa Catarina, há uma menor renda financeira, o que tem estimulado a migração de pescadores de Raposa para o sul do país. O Entrevistado 28 relatou a respeito do que sabe sobre a renda obtida através da pesca em Santa Catarina:

É porque o pessoal *tão* indo daqui *pra* lá da seguinte maneira: lá antes da gente pescar, a gente já recebe 1500 *real* de vale, você já vai pescar com o dinheiro. Quem dá é o dono do barco. E lá em Santa Catarina é firma, lá você ganha bem. A pesca de Santa Catarina é *evaluida*, ela tem muita [...] tem condição os *barco*, passam meses no mar, tem estrutura, lá a pesca é forte. Lá é a covina, que aqui se chama cururuca (*maior espécie de pescaria*).

Na Feira dos Pescadores, o Entrevistado 15, pescador, mencionou a diferença salarial entre o pescador de Raposa e o pescador de Santa Catarina. Apesar de não haver compatibilidade entre ambos, os depoimentos sobre a renda financeira obtida em Santa Catarina, percebemos que no estado do Sul há uma remuneração maior para o exercício da pesca:

Raposa *tá* devagar de pescar agora porque foi muita gente *pra* Santa Catarina. Tem mais ou menos uns mil que foram *pra* Santa Catarina. Lá tem muito atum, sardinha, tainha, porque o cara do sul não vai entrar no mar, [...] só vai do Maranhão, Ceará, Bahia. Levou *dois pescador* e aí através deles foram mais. Levaram a família. O vale lá é 1.000 (*reais*) e aqui é 100. Lá da *pra* ganhar 5000 e aqui é 100, 200. Pescador de Raposa não tinha uma bicicleta e lá (*em Santa Catarina*) já tem até carro.

Dentre outras problemáticas identificadas, do mesmo modo em que foi observado entre as rendeiras, há sinais de que as gerações mais novas não possuam o mesmo interesse pela questão da pesca, dada à falta de melhores condições de trabalho, de uma estabilidade ao pescador para que possa executar de modo mais eficaz o serviço e também em termos de melhor remuneração financeira. Lavina, enquanto Secretária de Pesca de Raposa, filha de pescador e moradora de Raposa, indagou a seguinte questão:

Tu gostaria de pescar passando a noite toda num barco puxando rede, um barco sem estrutura, que tu tem que puxar rede, tem que pegar chuva ou tu preferia ser um pescador profissional tirando computador da mesa levando para o barco? É isso que nós estamos buscando, levar o filho de pecador a amar a pesca, o curso é pra isso, conscientização.

Tal curso, mencionado abaixo, a ser oferecido pela Secretaria de Pesca busca trazer o interesse do filho do pescador para a pesca, além de haver um maior e melhor manejo nos recursos naturais existentes em Raposa, havendo assim uma tentativa por parte do poder público em manter as tradições e a própria cultura pesqueira entre as gerações mais novas, como cita Lavina:

E eu quero lhe dizer que nós agora estamos trabalhando para um curso mestre em pesca com outros apetrechos de pesca, por exemplo, armadilhas. Nós não temos uma pesca oficializada ou organizada na questão das armadilhas, então nós estamos pensando *numa* busca ao filho de pescador que venha se interessar em ser pescador. Pescador é uma profissão muito ruim: não. O que está sendo ruim é que a nossa pesca é artesanal. A partir do momento que ela passa a ser uma pesca industrial e profissional, ela passa a ser um trabalho excelente, porque tu há de convir que o mar tu não tem como conter as espécies que são geradas dentro dele e é algo quase infinito. E o que precisamos aprender é a conservar no momento certo, entendeu?! E esse curso vai ser em parceria com o IFMA, tem 80% dos módulos já organizados.

Nesse sentido, o curso a ser oferecido pela Prefeitura de Raposa vem a somar com os conhecimentos já obtidos pelos pescadores. É uma tentativa em trazer filhos de pescadores que já não possuem mais interesse em permanecer na profissão, como por exemplo, o Entrevistado 14, ex-pescador e atual vendedor de pescado. O mesmo relatou que pretende dar liberdade para que seus filhos, hoje ainda menores de idade, sigam a profissão que lhe desejarem, mas não esconde o desejo de que um deles venha a lhe ajudar, no ramo da pesca, no qual “filho de peixe, peixinho é, né?! *Pra* poder ajudar o papai”. Percebemos assim que seguir o ramo da pesca, na família do Entrevistado 14, não é mais uma obrigação.

Como o Entrevistado 28 mencionou, ele possui sua própria embarcação, relatando ainda: “a gente tem barco, quem tem barco vive melhor, quem não tem vive trabalhando em um e outro e é uma dificuldade isso, *tá* entendendo?! A pesca não tem ninguém bem não”. Notamos assim que há uma diferença entre aqueles que possuem um barco e outros não. Tal diferença ocorre nos próprios ganhos financeiros, no qual pescadores ou promotores turísticos recebem um vale, que é um valor pela atividade prestada ao dono do barco. Além disso, como mencionado no item anterior, percebemos que tem havido uma mudança de pescadores para a atividade turística, ou

permanecendo em ambas as funções. Tais situações se refletem no depoimento do pescador e funcionário da Agência de Passeios Náuticos *New Hope, Zequinha*:

Financeiramente, a gente não tem uma renda elevada em dinheiro, [...] alguns não tem dinheiro em caixa. Sobrevive do que tem a natureza: o mar [...] que dá o nosso alimento. Turismo dá uma ajuda quando *tá* na temporada, quando *tá* fora da temporada se torna tudo muito difícil [...]. Isso aqui (*o turismo*) é um complemento da renda que ganhamos com a pesca. Mas a maioria das pessoas que tem barco de turismo, ele não *tá* vivendo de pesca, só do turismo. Os donos do barco, que tem dois, três barcos, aí num período forte desse ele já faz bastante passeio [...]. Nós que trabalhamos de marinheiro, prestando serviço pra esse pessoal, então a nossa renda é bem pouca. [...] O funcionário trabalha só *pra* sobreviver.

A promotora turística Olga, da Agência de Passeios Náuticos Carimã, relatou que a lucratividade da renda de bilro é superior aos dos passeios. Mas como mencionado no Capítulo 2, apesar da mesma possuir uma loja de renda, há a preferência em atuar como promotora turística, pois é uma atividade que lhe traz elogios e é ao ar livre. Ela relatou que “o artesanato dá mais que o passeio (*em dinheiro*), porque uma peça de renda ali ela cobre uns dez passeios, entendeu? Então, peça de renda ali vale 300 reais”. Ainda de acordo com Olga, a procura pelo turismo é baixa durante o período chuvoso, sendo que nessa época a mesma mantém suas reservas financeiras obtidos durante a alta estação do turismo.

Carlos, sendo um dos responsáveis pela Agência de Turismo *Alegria*, relatou que dentre os motivos que lhe fez mudar para o turismo é o alto custo em manter o barco para pescaria em alto mar, além da baixa quantidade de peixes em Raposa:

É porque a pesca ela hoje *tá* muito escassa aqui no município de Raposa, na costa maranhense aqui. Um barco hoje sai passa mais ou menos 12 *dia*, 15 *dia*, pescando *pra* poder chegar não pegar 300 kg de peixe. E a despesa é muito grande. Um barco *pra* sair, um barco de 500 kg, 700 kg, por exemplo, a nossa era 700 kg, *pra* sair *pra* pesca, você gastaria 2.000, 2500, 2300, *pra* poder ela sair *pra* uma pesca, pescaria, incluindo vale, rancho, gelo. [...] Então, a mão de obra é muito *caro*, entendeu?! Então *pra* quem não tem um caminhão geleiro, caminhão baú, a estrutura *pra* manter é caro, então foi aí que *paremo* e *entremo* no turismo.

Assim como observado com as rendeiras, há pescadores que se dedicam somente ao ramo da pesca. A renda financeira obtida, conforme

relatado pelos pescadores é a renda financeira que *traz e leva*, como cita o Entrevistado 28:

A pesca ela dá e ela leva. Você hoje ganha mil *real*, aí [...] você perde mil, perde dois mil, aí a gente vai vivendo como Deus quer. [...] Enricar nenhum pescador enrica. A vida é só *pra* ir comendo, a gente um peixe *pra* comer e tudo. É bom a pesca.

A pesca se revela como uma renda cíclica, no qual um dia se tem renda e no outro não. E essa renda é a da sobrevivência, advinda de recursos da natureza que sustentam a vida em Raposa. Nesse sentido, a narrativa do Entrevistado 25, pescador e mestre de barco, é de que a renda obtida com a pesca “também é levada” para manutenção do barco e das próprias despesas, sendo que sempre há um dinheiro em caixa para tal serviço:

[...] Aquilo que eu vou ganhando vou tirando as minhas despesas, o resto a gente vai guardando. Por acaso agora mesmo levei uma peça *pra* oficina aquilo ali a gente vai já tirando, gastando nele de novo, *pra* quando for sair, quando voltar recupera novamente.

O pescador citado ainda menciona que mesmo com as problemáticas da pesca, sempre há uma renda a cada pescaria feita, e ainda tece uma crítica para os profissionais que possuem maior grau de instrução educacional que a sua, pela falta de emprego e de renda em que se encontram atualmente:

[...] eu vejo gente que tem estudo mais alto de que a gente e é dificultoso ganhar um dinheiro a mais, porque pelo estudo que ele tem que ele merecia ter um emprego melhor e não tem. E aqui *pragente* não, [...] aí a gente *temos* salários [...] a gente em 15, 20 dias, a gente tem 2000 *conto*, 3000 *conto*, tá entendendo?! Porque a pesca *pra* gente varia. A gente 15 *dia* de mar, tem 12, tem 13, depende do pescado, a gente tem. A gente não tem aquele dinheiro certo, mas a gente tem aquele dinheiro, 3000, 4000, 5000, é assim.

Para Carlos, promotor turístico, “quando é período das férias, a gente já é procurado *pra* trazer o *gringo* *pra* cá. A gente trabalha mais com o pessoal de fora”. Dentre as empresas pesquisadas, o passeio náutico que oferecem custa em torno de 40,00 R\$ a 50 R\$.

Ainda de acordo com Carlos, há uma ênfase no que diz respeito à condição de balneabilidade das praias de Raposa, no qual “desse jeito a

Raposa tem tudo pra crescer, ela tem o turismo muito bom, as praias daqui não são *poluente*, não tem rede de esgoto despejando na praia”.

Entre as estratégias que Carlos utiliza para angariar novos turistas está em “ter uma boa propaganda, mostrar (*o trabalho*), mostrar a história de Raposa, e falo das fronhas, no caso Carimã [...]. A gente passa por panfleto, mas hoje manda foto por *tablet*”.

A história de Raposa, como relatado no Capítulo 2, no qual consiste na migração de pescadores cearenses, vindo após as mulheres rendeiras são assim narrativas que induzem o turista a conhecer as origens do município, a saber o próprio termo toponímico que leva o nome *Raposa*, levando também a se aprofundarem sobre os conhecimentos do espaço que ocupam momentaneamente, revelando Raposa para o mundo enquanto território simbólico, cultural e identitário.

Para Saguyna, da Agência *Guia Tour Passeios Náuticos*, a mesma se utiliza de algumas estratégias como divulgar na internet os seus serviços de pacotes turísticos, como *Facebook*, *Google*, e principalmente no “boca a boca”, no qual “o cliente, a gente atende bem ele, ele recomenda a gente *pros* amigos, ou às vezes a gente vai pra São Luís, leva os nossos cartões *pras* pousadas, *pras* agências”.

Como relatado anteriormente, apesar da pouca divulgação que é feita das potencialidades turísticas de Raposa, o turismo, segundo o Secretário de Turismo de Raposa, Edson Duarte, tem respondido ao entrave da crise financeira que atinge o Brasil desde 2015, favorecendo assim um turismo voltado para o público local ou nacional:

Mesmo na crise, não houve uma queda considerável (*de turistas*), porque a crise nos beneficiou. Quem não pode viajar do Maranhão para outros estados viajou dentro do próprio estado. E como Raposa se tornou um destino em evidência, com atrativos de fácil acesso e de baixo custo, então houve um aumento considerável.

Ainda de acordo com o Secretário, o turismo é uma atividade que está em plena ascensão em Raposa. É o turismo gastronômico, é o turismo de passeio náutico, partindo do investimento de empresários que investem no município:

Mesmo nesse período de crise, investidores melhoraram seus investimentos, no caso surgiram novos restaurantes, surgiram novas agências de receptivo, surgiram novos meios de hospedagem. No caso o haras que recém inaugurou, com vinte e quatro unidades habitacionais; o grupo aventura rural já esta tratando de construir chalés [...].

Assim como foi notado entre as rendeiras, a pesca ainda remete aos entrevistados um senso de identidade. O pescador e promotor turístico *Zequinha*, cita com orgulho a sua profissão de promotor turístico. Tal orgulho é refletido naquilo que ele aprendeu ao longo da vida, observando a dinâmica da natureza e da sociedade raposense, transmitido para os turistas nos passeios: “é muito gratificante eu repassar um pouco do conhecimento que eu tenho do ambiente, eu fico muito satisfeito em fazer isso. Se as pessoas me perguntam [...] e tiver no meu alcance eu responderei tudo aqui”.

Para o Entrevistado 25, a pesca significa movimento, é entrar em contato com o barco e o mar. Para o pescador citado:

Já tenho trinta, trinta e cinco anos de pescaria. Já tô numa idade certa, não tenho mais *pra* onde sair [...]. A gente tem aquele costume [...] passa dois, três meses em terra eu fico doido *pra* ir pro mar, eu fico inquieto, quê que eu to fazendo aqui [...] às vezes eu venho aqui da uma olhada [...] a gente sente saudade do mar, [...] dessa profissão.

Notamos assim, entre os agentes espaciais entrevistados, o conhecimento, o reconhecimento e o orgulho de fazer parte das territorialidades da pesca, da renda e do turismo. As narrativas reforçam o elo que há entre estes *três territórios* e suas respectivas territorialidades, seja por vínculo familiar, fraternal, ou pela ajuda mútua, onde quase todos se conhecem e mantêm vivos estes aqui chamados de territórios da vida. Apesar das problemáticas enfrentadas, as territorialidades ainda revelam práticas antigas que ainda se sustentam no município pela vontade, pelo desejo e pela própria sobrevivência.

A sobrevivência que é oriunda do trabalho, trabalho que gera renda financeira que mantém a vida em Raposa, principalmente oriunda da busca pelo turismo, pelo momento de lazer naquilo que o município oferece, como as praias, é assim discussão a ser tratada no próximo tópico.

### 3.3. Entre o lazer e o trabalho: uma interpretação sobre a Praia de Carimã

Trabalho e lazer são duas práticas que acompanham o homem em seu cotidiano. Do trabalho é possível se prover a renda financeira, realizado por longos períodos da semana, do mês, do ano; grosso modo, o lazer é o momento do descanso, do encontro pessoal e também familiar.

A realização de tais práticas exige espaço. A cidade é um desses espaços mais expressivos. Ela promove interações diversas entre os homens. As praias dizem respeito a outros espaços que servem, eficazmente, ao trabalho e ao lazer. O litoral nordestino, ou pelo menos parte deste, é um espaço significativo, no qual as pessoas que trabalham convivem com pessoas que trabalham num só tempo, como observado na Praia de Carimã, em Raposa.

Buscamos entender os diferentes modos de apropriação desse território, que é a Praia de Carimã. Cabe compreender “as representações e significados intencionalizados e construídos” (CORRÊA, 2013, p. 83). Ali se encontra barqueiros, que *vendem* as potencialidades naturais daquele espaço a fim de manter suas vidas do ponto de vista financeiro. Encontramos também turistas que se apropriam do espaço com o intuito de desenvolver os seus momentos de lazer.

A Praia de Carimã (ver figura 50), se localiza a uma distância de 5 minutos de travessia de barco entre Raposa e a Ilha de Curupu; essa última é parte do município citado, (ver figuras 51 e 52). Há ainda a opção de fazer a travessia a pé, nos momentos em que a maré está em sua vazante.

O ritmo estressante e agitado do dia-a-dia para boa parte dos trabalhadores faz com que estes procurem por momentos de lazer, como uma viagem. Essa condição é permitida porque esses indivíduos possuem tempo e recurso financeiro para tal. Contudo, tendo em vista a precarização do trabalho e dos direitos trabalhistas, os momentos do lazer podem ser reduzidos para um grupo específico da população. A vida, desse modo, é guiada pela dinâmica socioeconômica que impera.

Contudo, no mundo contemporâneo, parece se multiplicar as opções de lazer, e mais, lazer e trabalho estão cada vez mais intrincados enquanto

atividades do dia-a-dia. Geralmente os momentos de lazer ocorrem aos finais de semana, prática essa que se observa na Praia de Carimã, onde há uma maior procura e presença de turistas e, conseqüente, de homens trabalhando.

**Figura 50:** Localização da Praia de Carimã



Organização de SILVA (2019). Digitalizado por Thomas Hewald (2019)

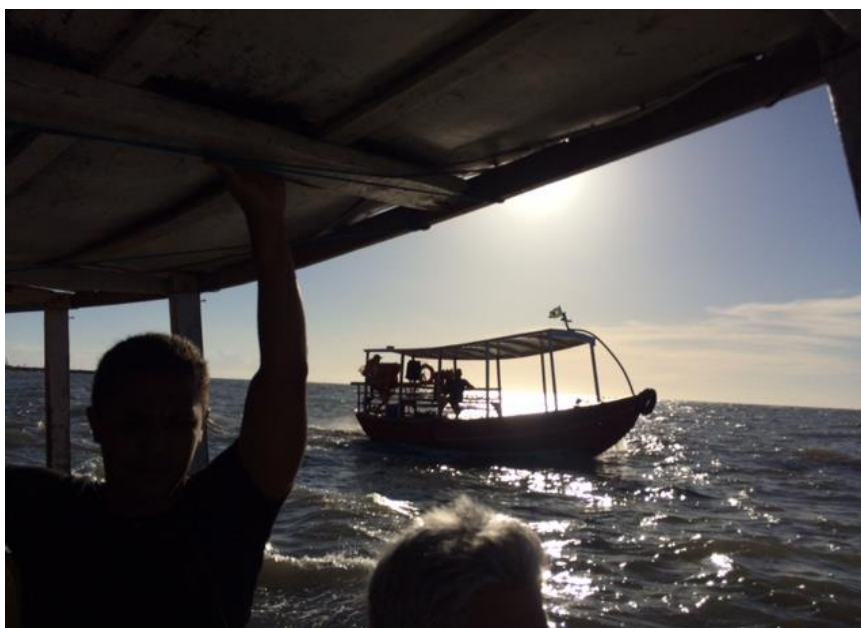


**Figura 51:** Ponto de saída dos barcos para Carimã



Fonte: autoria própria (2019)

**Figura 52:** Trajeto para a Praia de Carimã



Fonte: autoria própria (2019)

O lazer “é definido nos dias de hoje, sobretudo, por oposição ao conjunto das necessidades e obrigações da vida cotidiana” (DUMAZIER, 2000, p. 31), de modo que o sujeito venha a estar presente em outros espaços produzidos ou transformados para esse fim, gerando trabalho e renda para aqueles que *vivem do momento de lazer dos outros*. Coriolano (2006) faz uma

relação entre turismo, trabalho e lazer, e defende que a atividade turística seja entendida como uma prática na qual ocorre tanto o trabalho quanto o lazer, no sentido de que enquanto que algumas pessoas usufruem do lazer outros trabalham. Porém, como apuramos em Raposa, não raro é possível escutar pessoas que nos dizem que ao mesmo tempo em que estão trabalhando estão também tendo momentos de lazer.

Os agentes espaciais entrevistados na Praia de Carimã dispensaram as suas próprias concepções de lazer, dentre eles a Entrevistada 30<sup>80</sup>: “*pra* mim é ótimo né?! Porque a gente passa a semana inteira na escola, no trabalho, então, um momento assim, é bom”; já a Entrevistada 31<sup>81</sup>, assim se pronunciou: “50% de tudo, porque se tu não tiver lazer como é que tu vai colocar o cérebro pra funcionar direito? [...] Lazer é um suspiro”; A Entrevistada 32<sup>82</sup>, nos disse: “lazer é ter esse momento de tranquilidade, de paz, onde eu possa refletir, sair um pouco do cotidiano, então esse momento bem impar”.

Para se chegar à Praia de Carimã, é preciso contatar os barqueiros ou os auxiliares que ficam posicionados próximos aos seus barcos, que segundo o Entrevistado 33<sup>83</sup>, são chamados de “biana”, uma embarcação típica de Raposa. A saber, geralmente os passeios saem quando pelo menos metade dos assentos do barco já esteja ocupada. De todos os barqueiros entrevistados, a tarifa de 6,00 R\$ foi aquela apontada com mais frequência quanto ao valor cobrado para se fazer trajeto de ida e de volta.

Ao que foi constatado entre os barqueiros que fazem a travessia para a Praia de Carimã, o valor da tarifa é rateado entre o dono do barco e o acompanhante, este último, geralmente o filho do dono do barco, familiar ou uma pessoa contratada para realizar esse serviço, como explica o Entrevistado 34<sup>84</sup>: “o filho trabalha com o pai só no período das férias, começou o colégio aí eu já pago outra pessoa *pra* trabalhar comigo”. Ideia semelhante se repetiu por meio das palavras do Entrevistado 35<sup>85</sup>: “[...] ele (*pai*) é doente, não pode ficar

---

<sup>80</sup>Banhista presente na Praia de Carimã. Entrevista realizada em julho de 2019.

<sup>81</sup>Praticante de esporte náutico. Entrevista realizada em julho de 2019.

<sup>82</sup>Banhista presente na Praia de Carimã. Entrevista realizada em julho de 2019.

<sup>83</sup>Barqueiro e promotor turístico em Raposa. Entrevista realizada em julho de 2019.

<sup>84</sup>Barqueiro, filho do dono do barco. Promotor turístico, em Raposa. Entrevista realizada em julho de 2019.

<sup>85</sup>Barqueiro e promotor turístico em Raposa. Entrevista realizada em julho de 2019.

fazendo muito esforço, e tem problema de coração. Aí eu sou mais velho e tenho que ajudar”.

Percebemos que muitos barqueiros que fazem a travessia para a Praia de Carimã são oriundos de Raposa, de municípios da Região Metropolitana de São Luís e da Baixada Maranhense. Além disso, identificamos que parte dos entrevistados já tiveram outras ocupações, e que, por alguns insucessos financeiros, mudaram para a atividade náutica em Raposa, geralmente iniciando como funcionário do barco, alcançando com o tempo a posição de proprietário de um barco de passeio.

Os barqueiros entrevistados relataram ainda que viram em Raposa e na Praia de Carimã uma oportunidade de novo trabalho e, assim, vislumbram aumentar as suas rendas financeiras, como disse o Entrevistado 33, barqueiro, que trabalha no ramo há quinze anos:

Na época eu trabalhava como frentista, num posto de combustível. Aí eu saí do posto, recebi a minha rescisão. Guardei e comecei a trabalhar em um barco do tio meu como guia local. Ia fazer os passeios, eu guardava, meu pai me ajudou a comprar esse primeiro barco, aí desse daqui eu parti pro segundo barco, que levei três anos *pra* juntar.

O Entrevistado 33 revela ainda que o investimento feito no primeiro barco lhe rende hoje uma boa condição de vida, provido tanto do passeio náutico quanto da travessia que faz para a Praia de Carimã:

Hoje é uma atividade que vale a pena, meus filhos estudam em escola particular, eu tenho meu transporte próprio, a minha casa é bem confortável. Mas eu dependo dos meus clientes, das pessoas que colaboram comigo *pra* desenvolver essa atividade, e cada ano a demanda vem crescendo. Já passei quatro funcionários meus *pra* outros barcos, por causa da demanda.

A fala do Entrevistado 33 mostra a solidariedade que, aparentemente, ocorre entre os barqueiros que fazem os passeios náuticos e a travessia para Carimã. A solidariedade se dá, sobretudo, em tempos de dificuldade, como explica o Entrevistado 36<sup>86</sup>: “a relação é de ajudar uns e outros, a relação é de companhia, de trabalho”. Ele ainda narra como aprendeu a conhecer o território de onde tira o seu sustento, que também perpassa pelo *companheirismo* praticado em Raposa: “(foi) praticando, e pelos meus colegas. Na hora que eu

---

<sup>86</sup>Barqueiro e promotor turístico em Raposa. Entrevista realizada em julho de 2019.

vim pra cá, teve uma pessoa *pra* me ajudar que eu não sabia, *pra* fazer o trajeto, e hoje eu já sou um bom profissional”.

O Entrevistado 35, barqueiro, filho do dono de barco, já trabalha na referida travessia há sete anos. Antes de iniciar nesse ramo, trabalhava como pedreiro e residia em São Luís com a sua família. Seu pai e seu irmão, também começaram trabalhando na embarcação de terceiros. Juntaram uma quantia em dinheiro para depois comprarem os seus próprios barcos. Hoje residem em Raposa.

Percebemos que o trabalho da travessia para a Praia de Carimã gera também lazer. O lazer é possível pelo conhecimento de território que os possuem os barqueiros, que mostram Raposa ao *mundo* e também parecem se divertir, trabalhando para viver, como diz o Entrevistado 33:

*Pra mim é um momento de lazer e também é uma parte de sobrevivência, porque eu dependo disso aqui. O turista chega, ele quer conhecer a praia, ele quer conhecer o mangue, ele quer conhecer o mar, ou a atividade da pesca em si. Mas eu me divirto também porque eu faço o que eu gosto. E fico mais satisfeito, porque é daqui desses recursos naturais que a nossa cidade oferece é que eu mantenho o meu negócio. Já tenho duas embarcações, já emprego seis pessoas (dois comandantes, dois guias e tenho mais uma auxiliar, que prepara o peixe no barco).*

Do encontro com o mundo em Raposa, no caso dos turistas, surgem novas amizades, conversas mais alongadas, a confiança em que o passeio ou a travessia será feita de modo seguro, como afirma a Entrevistada 37<sup>87</sup>:

*[...] é uma responsabilidade muito grande, porque no momento que a gente tá navegando, a gente é responsável pela vida todas aquelas pessoas, mas se tiver todos os itens de segurança e as normas de navegação certa, é lazer *pra* eles e é *pra* mim também.*

A respeito das amizades supostamente construídas através dos passeios à Praia de Carimã, o Entrevistado 38<sup>88</sup>, relata: “[...] todos os dias a gente encontra pessoas bacanas que vai com a gente nesses passeios [...] a gente come a comida deles no barco, eles a nossa [...], é bom demais”.

Ainda sobre a questão posta acima, a Entrevistada 37 mencionou que dentre as amizades que fez, em especial, uma marcou a sua vida. De acordo

---

<sup>87</sup>Barqueira e promotora turística em Raposa. Entrevista realizada em julho de 2019.

<sup>88</sup>Barqueiro e promotor turístico em Raposa. Entrevista realizada em julho de 2019.

com a barqueira, uma turista paulista, que conheceu em Carimã, teria gostado muito do seu jeito de ser ao ponto de ter lhe ajudado financeiramente a manter a sua filha na escola, e com bons materiais escolares. A Entrevistada 37 ainda acrescenta acerca da sua experiência com o *networking* proveniente do passeio e da travessia para Carimã:

É muito bom trabalhar no mar, é muito bom trabalhar com as belezas naturais, com o meio ambiente e conhecer pessoas novas, porque no turismo todo fim de semana eu conheço pessoas novas e, querendo ou não, a maioria se torna *amigo*, ai a gente se torna uma família bem grande.

Além da Praia de Carimã despontar como um território do trabalho para os barqueiros, e do lazer, para os turistas, os barqueiros ainda expressam seus outros espaços ou momentos de lazer. Para o Entrevistado 39<sup>89</sup>: “tem o lazer da madrugada que a gente sai *pras* festas, *pra* brincar”. Já para o Entrevistado 36, barqueiro: “beber uma *cachacinha*, um *choppezinho pra* passar o stress”. Tratando ainda da relação dos barqueiros com Carimã, há também quem acredite que Carimã “é o paraíso na terra, morar e trabalhar no mar, com essas dunas. [...] Eu não me vejo morando longe do mar” (depoimento da Entrevistada 37).

Contudo, na contramão da ideia de paraíso, muitas vezes a chegada em Carimã é acompanhada de uma cena ruim, ambientalmente falando, para a imagem turística daquele espaço: a presença de lixo, deixado por frequentadores aqui chamados de desavisados, lixo encontrado, sobretudo, nos galhos das árvores e na área de praia.

Em Carimã podemos observar também uma série de currais de pesca montados pelos pescadores, e refeitos anualmente, concorrendo, sem dúvidas, para a manutenção da vida daquelas famílias. Naquele contexto, é possível observar tendas que servem para abrigar os pescadores, as suas redes e os peixes pescados no curso do dia (ver figura 53). Há ainda também uma intensa circulação de motos, que utilizam os barcos para fazer a travessia.

---

<sup>89</sup>Barqueiro e promotor turístico em Raposa. Entrevista realizada em julho de 2019.

**Figura 53:** Barraca que abriga pescadores

Fonte: autoria própria (2019)

A Praia de Carimã é uma das poucas praias próprias para o banho de mar de toda a Região Metropolitana de São Luís, motivo que atrai visitantes para seus momentos de lazer, como menciona a Entrevistada 40<sup>90</sup>: “além da simplicidade, é bem bonito, e ainda não tá tão poluída. Então enquanto eu puder aproveitar mais ela ainda desse jeito, vai ser melhor *pra* mim”. De certo, muitos buscam a Praia de Carimã como uma espécie de refúgio. Para os entrevistados, Carimã significa um lugar de paz, capaz de proporcionar tranquilidade e encontro consigo mesmo ou com os amigos, onde podem se sentir longe das praias mais agitadas de São Luís.

Confirmando o que está sendo dito, as Entrevistadas 32 e 41<sup>91</sup>, banhistas, respectivamente, assim avaliam Carimã, para a primeira: “aqui é um ambiente singular, peculiar, lindo e tranquilo e que dá *pra* gente aproveitar bastante com amigos e familiares [...], a água é aparentemente limpa e é de fácil acesso [...]”; para a segunda: “aqui é bom porque não tem a questão de poluição, tem a questão de ser mais próximo de casa, e a preservação da natureza”.

---

<sup>90</sup> Banhista presente na Praia de Carimã. Entrevista realizada em julho de 2019.

<sup>91</sup> Banhista presente na Praia de Carimã. Entrevista realizada em julho de 2019.

Como mencionou o Entrevistado 42<sup>92</sup>, “Carimã é sinônimo de tranquilidade e também do agito, da diversão”. A diversão é traduzida na paisagem quando se vê muitos usuários banhando na praia, praticando futebol, pescando de modo artesanal e com a prática de esportes náuticos, como caiaque e *jetski*, sendo esse praticado com maior intensidade nos rios e igarapés próximos à Praia de Carimã (figura 54).

**Figura 54:** Prática esportiva náutica



Fonte: autoria própria (2019)

Infere-se assim que a Praia de Carimã faz emanar entre trabalhadores que se apropriam desse território um sentimento de ser e pertencer àquela Terra. A vida que se mostra aparentemente como *difícil*, ganha sopros de esperança mediante a criatividade de homens e mulheres que reconhecem as potencialidades naturais do lugar e fazem do barco um instrumento que impulsiona o viver. As embarcações representam emprego, sustento, diversão, espaço para uma rede de comunicação dada pelas circunstâncias do passeio náutico, por meio das quais obtêm ganhos o dono do barco, o seu acompanhante, as suas famílias e turistas. A *maré*, por sua vez, requer daquelas pessoas cautela, conhecimento e disposição. Destarte, aqui, dizemos

---

<sup>92</sup> Banhista presente na Praia de Carimã. Entrevista realizada em julho de 2019.

que, assim com os seres humanos, a Praia, a sua natureza, possui também suas *linguagens*, comunicações estas que estão impregnadas nas ideias de lugar, nas tradições e na cultura de quem se faz Carimã.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscaremos aqui recordar e refletir algumas das questões centrais desta pesquisa, teóricas e empíricas. Contudo, as considerações agora colocadas só são definitivas para a condensação deste estudo, como requer o seu caráter, não sendo jamais entendidas como acabadas para as possibilidades de investigações afins à área geográfica estudada. Em todo caso, acerca da experiência de desenvolver tal empreitada, deixemos aqui registrado o quão foi valioso enveredar por problemáticas geográfico-culturais em meio à realidade de vida do município de Raposa - MA.

Com efeito, para fins de aprofundamento teórico, consideramos necessário ventilar reflexões alinhadas com a abordagem cultural em Geografia e, para tanto, apresentando um quadro que intencionou mostrar a evolução do campo de estudos Geografia Cultural, que já conta com mais de um século de contribuição ao conhecimento das práticas espaciais de homens e mulheres. A saber, a cultura demorou a ser compreendida como uma categoria de análise abordada na Geografia. As resistências foram diversas. Contudo, a cultura estava presente de modo indireto nos estudos de Geografia.

No que tange aos estudos em Geografia Humana, os ditos estudos de Geografia Cultural se expandiram e foram influenciados, sobretudo, pelas escolas norte-americana, alemã e francesa. Nos Estados Unidos, a escola de Berkeley encetou ganhos expressivos a partir do estudo da morfologia da paisagem, creditando ao homem o papel de agente modelador. Os espaços rurais, tidos como *lócus* do tradicional, eram os espaços privilegiados de investigação. Em seu turno, a escola de Berkeley desenrolou os seus investimentos teórico-metodológicos principalmente a partir do século XX, tendo como um dos representantes o geógrafo Carl Sauer.

Dada a limitação das abordagens da referida escola, tal direcionamento teórico-analítico não conseguiu angariar um grande número de geógrafos, fato esse refletido, por exemplo, nos anos de 1950 e 1960, por ser considerada uma ciência demasiadamente empírica e que pouco aprofundava o conceito de cultura. À época, à busca era por uma Geografia de resultados práticos, *imediatos*, afinal, o mundo vivia o pós-segunda guerra mundial, período no qual

em que parecia que as respostas rápidas eram extremamente necessárias à reconstrução dos países.

Na década de 1960, com a introdução da obra *Readings in Cultural Geography*, dá-se o início de novas abordagens em Geografia Cultural. Desse modo, nas décadas de 1970 e 1980, novos temas surgem a este campo de estudos, ao que se reconhece um novo momento dado pela “virada cultural”, vivido e debatido em escala global (CORRÊA e ROSENDAHL, 2003).

É a partir da chamada “virada cultural”, com a introdução de novas temáticas à Geografia Cultural, que hoje é possível desenvolver estudos com abordagens plurais em Geografia, como este que segue em suas considerações finais. Raposa e seus territórios de vida foram as expressões de nosso interesse, alcançado pelas artes do *viver pescando*, *viver da rendaria*, *viver fazendo turismo*.

Entendemos, assim, que **a cultura é fundamental para a compreensão da realidade das comunidades e dos seus territórios de vida**; territórios esses repletos de significados, formando um campo forte de (re)criação de identidades e de símbolos que remetem à origem e o cotidiano dos agentes espaciais que os constituem. Passado, presente e futuro dizem respeito a tempos e espaços experienciados, em Raposa - MA, por exemplo.

Raposa tem sua origem a partir de pescadores cearenses que migraram devido a uma seca extrema que atingia o nordeste brasileiro nos anos de 1950. Entre outros estados, e até pela proximidade, o Maranhão funcionou com uma dessas paragens daqueles homens. Naquele contexto, Raposa se tornou conhecida como a *Terra Prometida* (COSTA e SEABRA, 2015), obtendo esta conotação especial mediante a fartura do peixe e de outras condições ambientais favoráveis. Após tais pescadores conhecerem tal espaço, esses retornariam ao Ceará a fim de buscar os seus familiares, vindo com eles as esposas, apontadas como as mulheres que implantariam em Raposa a cultura da rendaria – hoje marca espaço-identitária do lugar.

De certo, **as práticas tradicionais da pesca e da rendaria são exercidas em Raposa para fins de manutenção da vida, como artes estratégicas do viver, gerando ganhos financeiros, mas extrapolando, em muito, esta ordem**. Os depoimentos alcançados dão conta do gosto e do

orgulho que parte dos agentes diz ter no tocante a estas práticas. Em outras palavras, são práticas intrinsecamente relacionadas com a terra significada que é Raposa. Com isso, seria bastante expressivo dizer que o saber fazer, o domínio das técnicas e a ocasião para tanto, exige de tais agentes espaciais o conhecimento do território.

Desse modo, foram investigados os territórios simbólico-culturais da pesca, da rendaria e do turismo. As narrativas oriundas dos pescadores, das rendeiras e dos promotores turísticos revelaram, na somatória com as observações realizadas em campo, o modo como se relacionam e organizam os seus espaços, bem como se movimentam e se fixam, imprimindo na paisagem a marca de suas territorializações.

A organização espacial dos pescadores é compreendida acentuadamente nos portos e na **Feira dos Pescadores, local onde ocorre a compra e a venda de pescados e o cotidiano são marcas territoriais da vida**. Ali a vida é compartilhada, as territorialidades são delineadas e a pesca, e tudo que a envolve, continua sendo traduzido com um saber transmitido entre gerações. Dizendo de outro modo: **a vida ali se movimenta conforme o movimento dos saberes e ambições dos homens**. As ações imprimem a vida numa trama complexa de relações, de ajuda entre as pessoas, regadas por conversas e acordos não fáceis de serem apurados e na condução de fazer levar *o pão de cada dia* para casa. Nesse sentido, a pesca não movimenta somente a economia de Raposa: a partir dela se constitui relações emocionais comunicadas por vários mecanismos.

Como as coisas ali parecem mesmo estar intrincadas, poderemos afirmar que **Raposa se revela como um espaço no qual há fortes vínculos de amizade mantidos entre o território da pesca, o território da rendaria e o território do turismo** – didaticamente assim propostos nesse estudo. Dentre outros elementos, percebemos essa relação através da comunicação. Há, sem dúvidas, um emaranhado campo de comunicação que diz do poder que as pessoas têm de *se virar* para viver. O lugar parece que ensina isso; ensina a resolver os problemas do dia-a-dia: *ensina costurar rede de pesca, traçar bilro e fazer turismo*.

Particularmente tratando da vida dos pescadores, a Colônia dos Pescadores se revelou como um geossímbolo que para alguns possui um valor que reforça as suas cargas identitárias de homens e mulheres do mar, sendo este um espaço interpretado como mediador dos pescadores e instâncias governamentais, como na esfera da federação. Seguro desemprego, seguro defeso, aposentadoria junto ao INSS são direitos que os pescadores solicitam por meio da Colônia e que são aqui tidos como estratégias de continuidade da vida no município de Raposa.

No que diz respeito às rendeiras, as mesmas se concentram no trecho conhecido como *Corredor das Rendas* de Raposa, localizado na renomeada Avenida dos Pescadores, toponímia essa que para uma rendeira entrevistada não foi a melhor escolha feita pelo poder público, por privilegiar os *pescadores* na Avenida em que as rendeiras se concentram. Mais uma vez, entre as nomenclaturas *Corredor das Rendas* e Avenida dos Pescadores, é possível perceber como as atividades da pesca e da renda, neste caso, configuram espacialmente um quadro singular chamado Raposa.

Os geossímbolos da renda se revelam nos espaços onde a vida se desenrola cotidianamente, como o próprio *Corredor das Rendas*, que representa o desenrolar do trabalho cotidiano que faz a vida se manter – cultural, identitária e financeiramente. Outros geossímbolos caros à cultura da rendaria em Raposa são as casas das rendeiras, que funcionam como moradia e como fábrica, concentradas, em sua maioria, no referido Corredor.

Alvitramos chamar aqui tais **espaços de casas-fábricas da cultura de rendaria. Nestes territórios o saber da cultura de rendaria é transmitido para as novas gerações.** Não obstante tenha sido apuradas resistências quanto à continuidade da prática da rendaria por parte das gerações mais novas, ali as crianças tendem a aprender fazendo, como foi o que aconteceu com grande parte das rendeiras entrevistadas. A prática ora ocorre na calçada, ora na sala. Pelos compartimentos dessas casas, como é também no tocante às casas dos pescadores, é possível encontrar os instrumentos utilizados na fabricação dos produtos. Com sorte, o turista, por exemplo, pode acompanhar como a renda é feita ali e pode sentir com as relações familiares também vão

sendo tecidas por meio da arte da renda, sendo levado a conhecer a história do lugar e do dia-a-dia da mulher rendeira.

A Associação das Rendeiras Bilros de Ouro é outro geossímbolo que permite que as rendeiras estabeleçam proximidade e vínculo entre si e busquem novas alternativas de vida. É um território onde são combinadas estratégias para (re)produção da renda, no qual, também, se alimenta uma preocupação com a reprodução do saber que esta envolve. Assim, os cursos oportunizados pela Associação, além de revelar parcerias com outras instituições, buscam “manter viva a cultura de bilro”, para utilizarmos uma expressão repetida muitas vezes pelas rendeiras.

Em relação aos promotores turísticos, tais agentes espaciais se concentram nas proximidades do ponto final dos ônibus, na orla do município, já mostrados no corpo dissertativo. Como vimos, as agências de passeios náuticos localizam-se próximas entre si. **Nesse território do turismo, parcerias são construídas entre os trabalhadores de Raposa, o que perpassa pela compreensão de ter os visitantes como consumidores das potencialidades naturais e culturais do município.** A par da concorrência exercida pelos agentes espaciais pesquisados, percebemos ainda certa colaboração para *fazer a coisa dá certo*. Esse parece ser o entendimento que predomina naquele contexto.

A atividade turística também revela os seus geossímbolos: a agência em si, sede de negociações, mas também local de moradia em alguns casos; o barco, instrumento e espaço de interação turística e social, que muitas vezes foi adaptado para tanto, adquirindo outro significado; o conjunto espacial de praia, dunas e restaurantes, estrutura básica utilizada para atrair os turistas. A saber, percorrer tais espaços significa encontrar um território no qual lazer e trabalho formam um par de estímulos humanos importante à vida. De um lado, há vida para quem trabalha, de outro, há vida para quem estar fazendo lazer.

O próprio itinerário dos passeios náuticos ofertados pode ser lido em termos geossimbólicos. Seguindo as belezas naturais, os promotores turísticos elegem quais elementos devem ser mostrados aos turistas e o que fica de fora do passeio. A história local é outro atributo inserido em parte dos passeios ali realizados, lançada como uma espécie de “brinde” aos turistas. Este talvez seja

um dos pontos em que Raposa precisa melhorar para, de fato, poder ofertar um melhor produto turístico. A história local é contada ainda de modo muito simplista e os próprios agentes turísticos reconhecem que é preciso avançar neste sentido, direcionando críticas ao poder público.

A saber, as narrativas de vida alcançadas em campo demonstraram que **o conhecimento da Terra, o que envolve o sentimento de ser e viver em Raposa entre (des)conhecidos, convivência nem sempre amistosa, revela a vida por meio da relação de homens e mulheres com o mar, com a arte de tecer renda e com a tarefa de recepcionar estrangeiros.** Tudo isso envolve *tirar da terra* o sustento, o excedente, configurando territórios e territorialidades que podem se refazer no curso do dia, no sobe e desce da maré e a cada tempo de férias e/ou festivo. Esses territórios da vida traduzem a identidade cultural-espacial de Raposa, que é reflexo de crenças, saberes e memória, de trabalho, de lazer e de desejos. Eis um conjunto de significados (i)materiais que remete **Raposa enquanto Terra única e plural.**

Única também no sentido de que os agentes espaciais preservam os saberes adquiridos por décadas, o que se manifesta nas práticas espaciais e falas. O modo de fazer a rendaria, o turismo não predatório e a pesca artesanal dizem de Raposa como um lugar que coexiste entre o rudimentar e os tempos pós-modernos. Plural também no sentido de que pescadores, rendeiras e promotores turísticos vivem seus territórios providos de saberes e técnicas que se refazem e se complementam. **Em Raposa, pesca, renda e turismo se complementam costurados por homens e mulheres artesãos da vida, das suas próprias vidas e das vidas de outros que lhes buscam.**

Encerramos dizendo que os territórios da vida, como nomeamos, são complexos em suas tramas espaciais e culturais. Em nada concorrerá à pesquisa geográfica uma leitura aligeirada sobre tais quadros espaciais. De certo, deixamos muitas frentes abertas nesta pesquisa, nos fazendo acreditar que ainda há muito a ser investigado sobre aquela realidade. O que propomos aqui pode e deve ser ampliado por outros estudos, pois assim a ciência se estrutura.

Diante da ainda reduzida bibliografia que discute sobre Raposa, principalmente relacionando pesca, rendaria e turismo, consideramos que este

trabalho pode ensejar e contribuir para estudos futuros, bem como para investigações de outras realidades geográficas afins. Esperamos também que esta obra possa ser proveitosa às decisões dos agentes espaciais pesquisados, proporcionando ao conhecimento científico uma utilização social viável. Dai, indicamos que *viver no litoral* diz respeito a um tema relevante que precisa continuar sendo abordado pela Geografia.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZARYAHU, M. Naming the Past: The Significance of Commemorative Street Names. IN: BERG, L. D.; VUOLTEENAHU, J. **Critical Toponymies: The Contested Politics of Place Naming**. Ashgate Publishing Limited. Surrey, 2009.

AZEVEDO, R. C.; VIEIRA, M. do S. M.; MELO, E. B. **Raposa: uma visão antropolinguística**. SIOGE. São Luís, 1980.

BASTOS, L. C.; SANTOS, W. S. dos. **A entrevista na pesquisa qualitativa: perspectivas em análise da narrativa e da interação**. Quartet: FAPERJ. Rio de Janeiro, 2013.

BERDOULAY, V. Espaço e Cultura. IN: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. **Olhares Geográficos: modos de ver e viver o espaço**. Bertrand Brasil. Rio de Janeiro, 2012.

BERG, L. D.; KEARNS, R. A. Naming as Norming: "Race", Gender and Identity Politics of Naming Places in Aotearoa/ New Zealand. IN: BERG, L. D.; VUOLTEENAHU, J. **Critical Toponymies: The Contested Politics of Place Naming**. Ashgate Publishing Limited. Surrey, 2009.

BNDES. **Rendas de Bilro de Raposa**. Encarte promocional da renda de Raposa. (s/d).

BONNEMAISON, J. Around Territories. IN: **Two decades of l'espace géographique: an antology**. Special issue in English. P. 205-220. 1993.

\_\_\_\_\_. **Culture and Space: Conceiving a New Cultural Geography**. I. B. Tauris. New York, 2005.

\_\_\_\_\_. Viagem em torno do território. IN: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. **Geografia Cultural: uma antologia**. Volume I. EdUERJ, Rio de Janeiro, 2012.

CAPRA, F. **As conexões ocultas: ciência para uma vida sustentável**. Editora Pensamento - Cultrix. São Paulo, 2002.

CARDOSO, M. F. **O Maranhão por dentro**. Lithograf. São Luís, 2001.

CARLOS, A. F. A. **A (re) produção do Espaço Urbano**. EdUSP. São Paulo, 1994.

\_\_\_\_\_. **O lugar no/do mundo**. FFLCH. São Paulo, 2007.

CLAVAL, P. As abordagens da Geografia Cultural. IN: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. **Explorações Geográficas**. Bertrand Brasil. Rio de Janeiro, 1997.



\_\_\_\_\_. A contribuição francesa ao desenvolvimento da abordagem cultural na Geografia. IN: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. **Introdução à Geografia Cultural**. Bertrand Brasil. Rio de Janeiro, 2003.

\_\_\_\_\_. **Terra dos Homens: a Geografia**. Editora Contexto. São Paulo, 2010.

CORIOLOANO, L. N. M. T. **O turismo no discurso, nas políticas e no combate à pobreza**. Annablume Editora. São Paulo, 2006.

CORRÊA, R. L. **Trajetórias Geográficas**. Bertrand Brasil. Rio de Janeiro, 1997.

\_\_\_\_\_. **Região e organização espacial**. São Paulo: Ática, 2003.

\_\_\_\_\_. A Geografia Cultural e o Urbano. IN: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. **Introdução à Geografia Cultural**. Bertrand Brasil. Rio de Janeiro, 2003.

\_\_\_\_\_. A Geografia Cultural no Brasil. IN: BARTHE-DELOIZY, F., and SERPA, A., orgs. **Visões do Brasil: estudos culturais em Geografia**. Salvador: EDUFBA; Edições L'Harmattan, 2012, p. 11-25. ISBN 978-85-232-1238-4. A

\_\_\_\_\_. **Formas Simbólicas e espaço: algumas considerações**. UFRJ, 2007. Disponível em: <http://www.geographia.uff.br/index.php/geographia/article/view212/204>. Acesso em 24 de junho de 2018.

\_\_\_\_\_. **Sobre a Geografia Cultural**. Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. 2009. Disponível em: <http://ihgrgs.org.br/artigos/contibuicoes/Roberto%20Lobato%20Corr%C3%AAa%20-%20Sobre%20a%20Geografia%20Cultural.pdf>. Acesso em 25 de maio de 2018.

\_\_\_\_\_. **Organização do Espaço: dimensões, processo, forma e significados**. Revista Geografia. Número Especial, P. 7- 16, V. 36. Rio Claro, 2011. Disponível em: <https://gen2011urc.files.wordpress.com/2012/03/organizac3a7c3a3o-do-espac3a7o-dimensc3b5es-processo-forma-e-significados-e28093-roberto-lobato-corr3aaa.pdf>. Acesso em 10 de novembro de 2018.

\_\_\_\_\_. **Redes Geográficas: reflexões sobre um tema presente**. Revista Cidades. Nº 16, P. 199-218, V. 9, 2012.

\_\_\_\_\_. Espaço e Simbolismo. IN: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. **Olhares Geográficos: modos de ver e viver o espaço**. Bertrand Brasil. Rio de Janeiro, 2012.

\_\_\_\_\_. Formas simbólicas espaciais: o shopping center. IN: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. **Geografia Cultural: uma antologia**. Volume II. EdUERJ. Rio de Janeiro, 2013.

\_\_\_\_\_. **Cultura, Política, Economia e Espaço**. Revista Espaço e Cultura. UERJ, Rio de Janeiro, Nº 35, P. 27-39, jan./ jun, 2014.

CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. Geografia Cultural: Introduzindo a temática, os textos e uma agenda. IN: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. **Introdução à Geografia Cultural**. Bertrand Brasil. Rio de Janeiro, 2003.

COSGROVE, D. E.; JACKSON, P. Novos rumos da Geografia Cultural. IN: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. **Introdução à Geografia Cultural**. Bertrand Brasil. Rio de Janeiro, 2003.

COSGROVE, D. E. Em direção a uma Geografia Cultural Radical: problemas da teoria. IN: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. **Introdução à Geografia Cultural**. Bertrand Brasil. Rio de Janeiro, 2003.

\_\_\_\_\_. **Social Formation and Symbolic Landscape**. The University of Wisconsin Press. Madison, 1998.

\_\_\_\_\_. Mundo de Significados: geografia cultural e imaginação. IN: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. **Geografia Cultural: uma antologia**. Volume I. EdUERJ. Rio de Janeiro, 2012.

COSTA, R. P.; SEABRA, M. C. T. C. de. **As palavras sob um viés cultural: o léxico dos pescadores da Raposa, Maranhão**. Editora UEMA. São Luís, 2015.

CRANG, M. **Cultural Geography**. Routledge. London and New York, 1998.

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO MARANHÃO. Nº 219. 18 páginas. São Luís, 1994. Disponível no Acervo Público de São Luís.

DO RIO, G. A. P. A espacialidade da economia: superfícies, fluxos e redes. IN: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. **Olhares Geográficos: modos de ver e viver o espaço**. Bertrand Brasil. Rio de Janeiro, 2012.

DUMAZIER, J. **Lazer e Cultura Popular**. Perspectiva. São Paulo, 2000.

DUNCAN, J.S. O Supraorgânico na Geografia Cultural Americana. IN: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. **Introdução à Geografia Cultural**. Bertrand Brasil. Rio de Janeiro, 2003.

EYLES, J. The Geography of Everyday Life. IN: GREGORY, D.; WALFORD, R. **Horizons in Human Geography**. Palgrave Macmillan, 1989.

FEITOSA, A. C.; TROVÃO, J. R. **Atlas Escolar do Maranhão: Espaço Geo-Histórico e Cultural**. Grafset. João Pessoa, 2006.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Zahar. Rio de Janeiro, 1978.

HAESBAERT, R. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. Porto Alegre, 2004. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>. Acesso em 20 de junho de 2018.

\_\_\_\_\_. **Territórios Alternativos**. Editora Contexto. São Paulo, 2006.

\_\_\_\_\_. **O Mito da Desterritorialização**. Bertrand Brasil. Rio de Janeiro, 2006.

\_\_\_\_\_. Identidades Territoriais. IN: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. **Geografia Cultural: uma antologia**. Volume II. EdUERJ, Rio de Janeiro, 2013.

\_\_\_\_\_. **Viver no Limite**. Bertrand Brasil. Rio de Janeiro, 2014.

HALL, S. **A Centralidade da Cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo**. Revista Educação e Realidade. UFRGS, Nº 22(2), P. 15-46, jul./dez, 1997.

HELLER, A. **O cotidiano e a história**. Paz e Terra. São Paulo, 2000.

HISSA, Cássio Eduardo Viana. **Entrenotas: compreensões de pesquisa**. UFMG. Belo Horizonte, 2017.

IBGE. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. XV Volume. Rio de Janeiro, 1959. Disponível no Acervo Público de São Luís.

IBGE. **Coleção de Monografias Municipais: Paço do Lumiar, Maranhão**. Nova Série, Nº 38, 1982. Disponível no Acervo Público de São Luís.

JOHNSON, N. C. Public Memory. IN: DUNCAN, J. S.; JOHNSON, N. C.; SCHEIN, R. H. **A Companion to Cultural Geography**. Blackwell Publishing. Malden, MA, 2004.

JONES, O.; GARDEN-HANSEN, J. **Geography and Memory: Explorations in Identity. Place and Becoming**. Palgrave Macmillan. New York, 2012.

LE BOSSÉ, M. As questões de identidade em Geografia Cultural – algumas concepções contemporâneas. IN: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. **Paisagens, Textos e Identidade**. EdUERJ. Rio de Janeiro, 2004.

\_\_\_\_\_. As questões de identidade em Geografia Cultural – algumas concepções contemporâneas. IN: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. **Geografia Cultural: uma antologia**. Volume II. EdUERJ. Rio de Janeiro, 2013.

McDOWELL, L. The Transformation of Cultural Geography. IN: GREGORY, D.; MARTIN, R.; SMITH, G. **Human Geography: Society, Space and Social Science**. Macmillan Houndmills, 1994.

\_\_\_\_\_. A transformação da Geografia Cultural. IN: GREGORY, D.; MARTIN, R.; SMITH, G. **Geografia Humana: Sociedade, Espaço e Ciência Social**. Editora Jorge Zahar. Rio de Janeiro, 1995.

MOREIRA, D. A. **O método fenomenológico na pesquisa**. Pioneira Thomson. São Paulo, 2002.

MORRILL, R. L. **The Spatial Organization of Society**. Wadsworth Publishing Company. Belmont, California, 1970.

PHIPPS, A. M. **Learning the Arts of Linguistic Survival: Languaging, Tourism, Life**. Channel View Publications. Clevedon, Buffalo, Toronto, 2007.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. Editora Ática. São Paulo, 1993.

REIS, J. R. S. dos. **Cidade de Raposa: encanto das águas**. Revista A Biana. Edição 01. Ano 01. Fevereiro de 2007. Raposa, 2007.

\_\_\_\_\_. **Carimã**. EdFUNC. São Luís, 2007.

RELPH, E. **An inquiry into the relations between phenomenology and Geography**. Canadian Geographer. XIV, N°3. Toronto, 1970.

RIBEIRO, A. C. T. **Por uma sociologia do presente: ação, técnica e espaço**. Letra Capital Editora. Rio de Janeiro, 2013.

RODRIGUES, A. A. B. Geografia e Turismo– notas introdutórias. **Revista Do Departamento De Geografia**, 6, P. 71-82. São Paulo, 2011.

RODRIGUES, R. S. E. **A criação do município de Raposa: uma análise da origem legal**. Monografia em Graduação em História Licenciatura – Centro de Estudos Básicos. UFMA. São Luís, 1998.

ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. Geografia Cultural: apresentando uma antologia. IN: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. **Geografia Cultural: uma antologia**. Volume II. EdUERJ. Rio de Janeiro, 2013.

ROSENDAHL, Z. Território e territorialidade: uma proposta para o estudo da religião. IN: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. **Geografia Cultural: uma antologia**. Volume II. EdUERJ. Rio de Janeiro, 2013.

SACK, R. D. **Human Territoriality**. Cambridge University Press. New York, 1986.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. EdUSP. São Paulo, 2002.

\_\_\_\_\_. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** EdUSP. São Paulo, 2002.

SAQUET, M. A. **Os tempos e os territórios da colonização italiana.** Porto Alegre, 2002. Disponível em: [http://www2.fct.unesp.br/pos/geo/dis\\_teses/01/01\\_marcos.pdf](http://www2.fct.unesp.br/pos/geo/dis_teses/01/01_marcos.pdf). Acesso em: 15 de junho de 2019.

SAQUET, M. A.; SPÓSITO, E. S. **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos.** Expressão Popular. São Paulo, 2009.

SAUER, C. O. Geografia Cultural. IN: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. **Introdução à Geografia Cultural.** Bertrand Brasil. Rio de Janeiro, 2003.

SERPA, A. **Espaços Culturais: vivências, imaginações e representações.** EdUFBA. Salvador, 2008.

SILVA, J. B. da; CAVALCANTE, T. C.; DANTAS, E. W. C. **Ceará: um novo olhar geográfico.** Edições Demócrito Rocha. Fortaleza, 2007.

SILVA, N. **Cidade de Raposa: análise geográfica do espaço socioambiental.** Câmara Municipal de Jovens Escritores. Rio de Janeiro, 2009.

SILVA, V. P.; SILVA, R. G. S. **A Geografia e o estudo da vida cotidiana: um caminho para a compreensão do espaço.** Revista Caminhos da Geografia. V. 15, Nº 50, P. 164-171. Uberlândia, 2014. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/24754/14967>. Acesso em 20 de agosto de 2018.

SOARES, B. R. Cidade e Município: Observações sobre o poder local. IN: SILVA, J. B.; LIMA, L. C.; ELIAS, D. **Panorama da Geografia Brasileira I.** Annablume Editora. São Paulo, 2006.

SOUZA, M. L. de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial.** Bertrand Brasil. Rio de Janeiro, 2015.

SPOSITO, E. S. **Geografia e Filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico.** UNESP. São Paulo, 2004.

TELES, R. **Fundamentos Geográficos do Turismo.** Elsevier. Rio de Janeiro, 2009.

VUOLTEENAHO, J.; BERG, L. D. Towards Critical Toponymies. IN: BERG, L. D.; VOULTEENAHO, J. **Critical Toponymies: The Contested Politics of Place Naming.** Ashgate Publishing Limited. Surrey, 2009.

WAGNER, P. L.; MIKESELL, M. W. Os temas da Geografia Cultural. IN: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. **Introdução à Geografia Cultural**. Bertrand Brasil. Rio de Janeiro, 2003.

WYLIE, J. **Landscape**. Routledge. London and New York, 2007.

ZIEGENFUS, R. C.; LE BOSSÉ, M. Cultural/ Human Geography. IN: STOLTMAN, J. P. **21<sup>st</sup> Century Geography: a reference handbook**. Sage Publications. Los Angeles, London, New Delhi, Singapore, Washington. 2012.

## APÊNDICE I – Roteiros de entrevista com os agentes espaciais pesquisados



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DO  
MARANHÃO



### TERRITÓRIOS DA VIDA EM RAPOSA – MA: Geossimbolismos de Rendas, Redes e Barcos

#### Roteiro de Entrevista Geral

\*\*\*

- 1º. Nome. Idade. Tempo de residência. Reside em Raposa?
- 2º. Como e quando ocorreu a ocupação dos primeiros pescadores em Raposa?
- 3º. Como se deu a migração das mulheres rendeiras para Raposa?
- 4º. Qual é a origem do termo *Raposa*?
- 5º. Para o (a) senhor (a), quem foi Chico Noca?
- 6º. Existem nomes de ruas ou avenidas que homenageiam pescadores, rendeiras ou pessoas que marcaram a história de Raposa?
- 7º. Para o (a) senhor (a), quem foi o Braga? Qual a origem do mesmo?
- 8º. Quando ocorreu a inauguração e reforma do Porto do Braga?
- 9º. Para o (a) senhor (a), quem foi a Emília? Qual a origem da mesma?
- 10º. Como o (a) senhor (a) vê que tais nomeações remetem ao senso de identidade ou pertencimento ao município de Raposa?
- 11º. Quem mais o(a) senhor(a) nos indicaria para conversarmos sobre?
- 12º. Espaço aberto para o(a) senhor(a) nos colocar quaisquer outras informações/acréscimos sobre a pesca em Raposa.

**GRATO!**

*Alex Nunes Silva (orientando).*

*José Arilson Xavier de Souza (professor orientador).*



**TERRITÓRIOS DA VIDA EM RAPOSA – MA: Geossimbolismos de Rendas,  
Redes e Barcos**

**Roteiro de Entrevista – Direção da Colônia de Pescadores de Raposa**

\*\*\*

- 1º.** Nome. Idade. Tempo de residência. Reside em Raposa?
- 2º.** Qual o significado e a importância da Colônia de Pescadores para o município de Raposa?
- 3º.** Como a Colônia identifica alguém que é pescador e quais critérios utilizados para torná-lo membro da Colônia?
- 4º.** Quais são os serviços prestados pela Colônia?
- 5º.** Há parceria com outros órgãos ou institutos?
- 6º.** Qual é o perfil do usuário da Colônia? Qual a predominância do sexo biológico?
- 7º.** Existe alguma parceria com a Feira de Pescadores de Raposa?
- 8º.** A Colônia possui dados a respeito da migração de pescadores para outros Estados? Se sim, como a Colônia ajuda nesse processo?

\*\*\*

**Roteiro de Entrevista – Associados à Colônia de Pescadores**

- 1º.** Nome. Idade. Tempo de residência. Reside em Raposa?
- 2º.** Quais serviços o (a) senhor (a) busca na Colônia de Pescadores?
- 3º.** Qual a importância da Colônia para o exercício da sua profissão?
- 4º.** De que forma a Colônia reforça seu senso de identidade enquanto pescador ou marisqueira?
- 5º.** Você é membro da Colônia de Pescadores? Se sim, quanto paga de adesão a mesma?



6º. De que forma o (a) senhor (a) se sente representado pela Colônia?

7º. Qual a relação entre a Colônia com os colonos?

**GRATO!**

*Alex Nunes Silva (orientando).*

*José Arilson Xavier de Souza (professor orientador).*



**TERRITÓRIOS DA VIDA EM RAPOSA – MA: Geossimbolismos de Rendas,  
Redes e Barcos**

**Roteiro de Entrevista – Pescadores de Raposa**

\*\*\*

- 1º.** Nome. Idade. Tempo de residência. Reside em Raposa?
- 2º.** Como você aprendeu a pescar?
- 3º.** Alguém da sua família também trabalha com pesca, com renda ou com turismo? Se sim, porque você decidiu continuar com a pesca?
- 4º.** O senhor possui filhos? Ele ainda tem interesse em trabalhar com pesca?
- 5º.** Como anda a situação da pesca em Raposa?
- 6º.** Para onde o peixe é comercializado?
- 7º.** Quais estratégias o senhor utiliza para comercializar o pescado?
- 8º.** Como os pescadores se organizam na Feira dos Pescadores? Qual horário de funcionamento?
- 9º.** A pesca de alguma forma lhe remete ao senso de identidade e pertencimento ao município de Raposa?
- 10º.** Há algum elo entre pescadores, rendeiras e promotores turísticos?
- 11º.** Como é viver simbolicamente da pesca?
- 12º.** Como é viver financeiramente da pesca?
- 13º.** O senhor desempenha ou já desempenhou outra função?
- 14º.** O senhor saberia citar mais a respeito da migração de pescadores de Raposa para outros Estados? Em termos financeiros e sociais?

**GRATO!**

*Alex Nunes Silva (orientando).*

*José Arilson Xavier de Souza (professor orientador).*



**TERRITÓRIOS DA VIDA EM RAPOSA – MA: Geossimbolismos de Rendas,  
Redes e Barcos**

**Roteiro de Entrevista – Rendeiras**

\*\*\*

- 1º.** Nome. Idade. Tempo de residência. Reside em Raposa?
- 2º.** Qual a sua opinião a respeito do renome da Avenida Principal para Avenida do Pescador?
- 3º.** Qual é a origem da renda?
- 4º.** Qual a origem da sua família? Sua mãe era rendeira? Porque decidiu continuar? Sua filha tem interesse?
- 5º.** Como a senhora aprendeu a fazer a renda de bilro?
- 6º.** Qual a diferença entre a renda de Raposa com a renda do Ceará?
- 7º.** Como se dá o processo de produção da renda de bilro?
- 8º.** Quanto tempo se leva para produzir uma renda?
- 9º.** Como ocorreu o surgimento do *Corredor das Rendas*?
- 10º.** Como ocorreu o surgimento da Associação das Rendeiras?
- 11º.** Quais são as finalidades da Associação? Quais problemáticas enfrentadas?
- 12º.** Por quais motivos o novo prédio da Associação ainda não funciona?
- 13º.** De quais formas com o funcionamento da Associação poderia ajudar as rendeiras?
- 14º.** Como as rendeiras se organizam na Associação das Rendeiras?
- 15º.** A renda de bilro de alguma forma lhe remete ao senso de identidade e pertencimento ao município de Raposa? Qual significado da mesma?
- 16º.** Há algum elo entre pescadores, rendeiras e promotores turísticos?
- 17º.** Como é viver simbolicamente da renda?
- 18º.** Como é viver financeiramente da renda?
- 19º.** Como andam as vendas da renda de bilro? Para onde a mesma é vendida?

**20º.** Como a senhora se sente parte de Raposa desenvolvendo a atividade da renda?

**21º.** A senhora desempenha ou já desempenhou outra função?

**GRATO!**

*Alex Nunes Silva (orientando).*

*José Arilson Xavier de Souza (professor orientador).*



**TERRITÓRIOS DA VIDA EM RAPOSA – MA: Geossimbolismos de Rendas,  
Redes e Barcos**

**Roteiro de Entrevista – Promotores turísticos**

\*\*\*

- 1º. Nome. Idade. Tempo de residência. Reside em Raposa?
- 2º. Desde quando o (a) senhor (a) trabalha no ramo do turismo?
- 3º. Conte-me mais a respeito da sua origem? Seus pais eram cearenses? Eles eram pescador e rendeira?
- 4º. Por quais motivos o (a) senhor (a) trabalha com o turismo? Já trabalhou com renda ou com pesca? Ou há dupla função?
- 5º. Quais são os serviços oferecidos pela sua empresa? Há parceria com outros órgãos ou institutos?
- 6º. Quais as problemáticas enfrentadas no ramo do turismo?
- 7º. A atividade turística de alguma forma lhe remete ao senso de identidade e pertencimento ao município de Raposa? Qual significado da mesma?
- 8º. Há algum elo entre pescadores, rendeiras e promotores turísticos?
- 9º. Como é viver simbolicamente do turismo?
- 10º. Como é viver financeiramente do turismo?
- 11º. Como andam as vendas de pacotes náuticos?
- 12º. Quais as estratégias que o (a) senhor (a) utiliza para angariar novos clientes?
- 13º. Como o (a) senhor (a) se sente parte de Raposa desenvolvendo a atividade turística?

**GRATO!**

*Alex Nunes Silva (orientando).*

*José Arilson Xavier de Souza (professor orientador).*



**TERRITÓRIOS DA VIDA EM RAPOSA – MA: Geossimbolismos de Rendas,  
Redes e Barcos**

**Roteiro de Entrevista – Turistas**

\*\*\*

1º. Nome. Idade. Onde você reside?

2º. Quantos dias passa em Raposa?

3º. Como você ouviu falar de Raposa?

4º. O que você leva consigo de Raposa? Algo material ou simbólico?

5º. Qual imagem você leva de Raposa?

**GRATO!**

*Alex Nunes Silva (orientando).*

*José Arilson Xavier de Souza (professor orientador).*



**TERRITÓRIOS DA VIDA EM RAPOSA – MA: Geossimbolismos de Rendas,  
Redes e Barcos**

**Roteiro de Entrevista – Prefeitura de Raposa**

\*\*\*

1º. Nome. Idade. Função que desempenha.

2º. Em qual ano que a Praça Chico Noca foi inaugurada?

3º. Quando houve a inauguração do Porto do Braga? Quando ocorreu a reforma?

4º. A prefeitura dispõe de dados a respeito de pescadores raposenses migrando para outros Estados? Qual a visão da Prefeitura sobre tal temática? Porque os pescadores de Raposa buscam outras cidades?

5º. Como anda a questão do turismo em Raposa?

6º. Porque há lojas de renda fechando em Raposa?

7º. Gostaria de acrescentar algo?

**GRATO!**

*Alex Nunes Silva (orientando).*

*José Arilson Xavier de Souza (professor orientador).*



**TERRITÓRIOS DA VIDA EM RAPOSA – MA: Geossimbolismos de Rendas,  
Redes e Barcos**

**Roteiro de Entrevista – Condutores de barcos para Praia de Carimã**

\*\*\*

- 1º.** Nome. Idade. Onde o senhor reside?
- 2º.** Desde quando você trabalha com essa travessia?
- 3º.** Porque decidiu trabalhar com essa função?
- 4º.** Quem é o proprietário do barco?
- 5º.** Qual significado desse trabalho para você?
- 6º.** Você vê esse trabalho como uma forma de lazer? Se sim, há outros tipos de lazer? Quais?

\*\*\*

**Roteiro de Entrevista – Frequentadores da Praia de Carimã**

- 1º.** Nome. Idade.
- 2º.** Com quem você vem para a Praia de Carimã?
- 3º.** O que significa a Praia de Carimã para você?
- 4º.** Por quais motivos você escolhe essa praia?
- 5º.** Qual é a sua concepção de lazer?
- 6º.** Qual é a sua frequência de momentos de lazer?
- 7º.** Qual é a importância desse momento de lazer em Carimã para você?

**GRATO!**

*Alex Nunes Silva (orientando).  
José Arilson Xavier de Souza (professor orientador).*



Silva, Alex Nunes.

Territórios da vida em Raposa-MA: geossimbolismos de rendas, redes e barcos / Alex Nunes Silva. – São Luís, 2019.  
191 f

Dissertação (Mestrado) – Curso de Geografia, Universidade Estadual do Maranhão, 2019.

Orientador: Prof.Dr. José Arilson Xavier de Souza.

1.Território. 2.Territorialidade. 3.Vida. 4.Raposa-MA. 5.Geossimbolismo.  
I.Título

CDU: 913(812.1)